



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO -
PPGE

DUÍLIA DE JESUS LOPES MELO

CORPOS NEGROS, EDUCAÇÃO E TERRITÓRIOS DE
IDENTIDADE NO TEMPO PRESENTE: REFLEXÕES A PARTIR
DE ESTUDANTES DE UMA ESCOLA PÚBLICA DE ENSINO
MÉDIO EM MURITIBA/BA

SALVADOR/BA

2024

**CORPOS NEGROS, EDUCAÇÃO E TERRITÓRIOS DE
IDENTIDADE NO TEMPO PRESENTE: REFLEXÕES A PARTIR
DE ESTUDANTES DE UMA ESCOLA PÚBLICA DE ENSINO
MÉDIO EM MURITIBA/BA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia, como requisito a obtenção do Título de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cecilia de Paula Silva

Coorientador: Prof. Dr. Carlos Adriano Oliveira

SALVADOR/BA

2024

Melo, Duília de Jesus Lopes.

Corpos negros, educação e territórios de identidade no tempo presente [recurso eletrônico] : reflexões a partir de estudantes de uma escola pública de ensino médio em Muritiba/BA / Duília de Jesus Lopes Melo. - Dados eletrônicos. - 2024.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria Cecília de Paula Silva.

Coorientadora: Prof. Dr. Carlos Adriano Oliveira.

Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, Salvador, 2024.

Disponível em formato digital

Modo de acesso: <https://repositorio.ufba.br/>

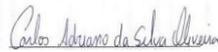
1. Negros - Educação. 2. Cultura afro - brasileira. 3. Negros - Identidade racial. 4. Brasil - [Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003]. 5. Relações étnicas. 6. Relações raciais. 7. Escolas públicas. I. Silva, Maria Cecília de Paula. II. Oliveira, Carlos Adriano. III. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação. IV. Título.

CDD 371 - 829. ed.

Banca



Professora Doutora Maria Cecilia de Paula Silva (orientadora)



Professor Doutor Carlos Adriano da Silva Oliveira (co-orientador)



Professora Doutora Cleidinalva Silva Cerqueira



Professora Doutora Priscila Gomes Dornelles Avelino



Professora Doutora Rosângela da Silva Souza

AGRADECIMENTOS

A Deus, que me direciona, primeiramente pelo sopro de vida e pela oportunidade que me concedeu pela realização e concretização deste projeto.

Aos estudantes do Colégio Estadual Manoel Benedito Mascarenhas por confiarem a mim um pouco de si.

Ao Matias de Jesus, meu pai, por ter escolhido deixar de herança o estudo e os livros. Por tudo que já passamos juntos e por todas as páginas lidas e corrigidas também.

Para Maria das Graças, minha mãe, por um dia ter me dito “não aceite parar por aqui.” E por todos os ensinamentos diretos e indiretos sobre a vida.

Para Maria Graciete, tia Gal, minha mãe de todos os momentos. A ti, minha total e eterna gratidão por todos os anos de tanto cuidado.

A Ana Julia, o presente que Deus me deu, por toda paciência indireta e pelo tempo não direcionado a ela, mas que não deixava de dizer “te amo mamãezinha”. É pra você e por você, meu amor.

A Cecilia, minha orientadora, por me mostrar desde o início do mestrado quão difícil, mas fascinante é o mundo acadêmico. E por todo seu empenho.

A Carlos Adriano, meu coorientador, por todo empenho, dedicação e despertamento social para os trabalhos acadêmicos.

Para as queridas Manoela e Renata, por nosso primeiro encontro e nossas escritivências...

Aos colegas do mestrado, especialmente por me lembrarem que eu ainda tinha foco.

A Quécia, a preparada para galgar o sucesso, gratidão por todo incentivo e ajuda.

Aos colegas do grupo HCEL e DECOLONIALIDADE, foram aprendizagens para a vida né...

As minhas pareceristas, professoras Rosângela, Cleidinalva e Priscila Dornelles pelas contribuições dadas, porque precisamos lutar contra a maré ...

A Eliana Conceição Braga Nunes, diretora do Colégio Estadual Manuel Benedito Mascarenhas, pela permissão de desenvolvimento do meu trabalho e

por entender que os nossos estudantes precisam ser ouvidos e podem ter voz e vez.

A Iraci Mascarenhas, vice-diretora do Colégio Estadual Manoel Benedito Mascarenhas que contribuiu de forma impressionante com os fatos históricos do São José do Itaporã.

A Nélia, coordenadora do Colégio Estadual Manoel Benedito Mascarenhas por toda sua presteza e dinâmica na colaboração com os dados.

A CAPES, por abrir as portas para que mais pretos sejam possibilitados de avançar nos estudos de Pós-Graduação na Bahia.

A todos os professores do mestrado, especialmente Cecilia, Gilvanice, Marcos Sorrentino, Miguel Bordas, Rejane, Rafael Sânzio e Ronaldo por derramarem umas gotas de conhecimento com suas teorias acadêmicas na minha pequena caixa mágica.

CORPOS NEGROS, EDUCAÇÃO E TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE NO TEMPO PRESENTE: REFLEXÕES A PARTIR DE ESTUDANTES DE UMA ESCOLA PÚBLICA DE ENSINO MÉDIO EM MURITIBA/BA

RESUMO

A presente pesquisa está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia PPGE/UFBA, na área de concentração Educação, Sociedade e e Práxis Pedagógica - linha de Pesquisa Educação,Cultura Corporal e Lazer e compõe as pesquisas realizadas pelo grupo de pesquisa da Cultura Corporal Educação, Esporte, Lazer Meio Ambiente e Sociedade (HCEL/UFBA/CNPq). Esta produção teve por objeto de investigação as manifestações dos corpos negros no ambiente escolar e suas expressões concedidas a partir de princípios de uma história ainda segregadora, dos saberes dessas culturas. O objetivo central foi analisar as manifestações da identidade negra presente em produções de estudantes de ensino médio de uma escola estadual em Muritiba (Ba) e como objetivos específicos pretendemos historicizar os Núcleos Territoriais de Educação , reconhecer as manifestações da identidade negra presentes em produções de estudantes da referida unidade escolar , bem como refletir como a práxis pedagógica e a história do tempo presente podem contribuir para uma perspectiva de educação decolonial. Como caminho metodológico, idealizamos uma pesquisa documental, de cunho qualitativo subsidiada pela metodologia da pesquisa histórica do tempo presente e para a técnica de análise de dados seguiu-se com a análise documental. A presente pesquisa segue no formato multipaper, e para tal , desenvolvemos artigos que reflitam os objetivos dessa pesquisa, sendo assim, cada artigo apresenta uma revisão de literatura, de caráter descritivo e analítico. Como resultado, foi possível observar que a busca para analisar as manifestações da identidade negra presente em produções de estudantes de ensino médio de uma escola estadual em Muritiba- Bahia nos permitiu a descrição de seis documentos estudantis sendo:2 imagéticos,3 textuais e 1 textual-imagético.Tratando-se das análises, pôde -se constatar que os estudantes têm conhecimentos da cultura africana e afro-brasileira,o que evidenciou a presença da Lei 10. 639/03 na unidade escolar.Constatou-se ainda que os estudantes estão despertos para os conceitos de negritude, discriminação e intolerância religiosa. Apesar de os princípios da Lei 10.639/03 estarem presentes no chão da escola,em alguma perspectiva constatamos a necessidade de uma melhor aproximação nas discussões mais críticas referentes ao povo negro , partindo assim para o aprofundamento de conceituações descoloniais ,e pós -coloniais também.

Palavras-chave:Corpos Negros.Culturas.Educação.Identidades. Lei 10639/03.

BLACK BODIES, EDUCATION AND TERRITORIES OF IDENTITY IN THE PRESENT TIME: REFLECTIONS FROM STUDENTS AT A PUBLIC HIGH SCHOOL IN MURITIBA/BAHIA

ABSTRACT

This research is linked to the Postgraduate Program in Education at the Federal University of Bahia PPGE/UFBA, in the area of concentration Education, Society and Pedagogical Praxis - line of Education, Body Culture and Leisure Research and forms part of the research carried out by the group of research into Body Culture Education, Sport, Leisure, Environment and Society (HCEL/UFBA/CNPq). This production's object of investigation is the manifestations of black bodies in the school environment and their expressions granted based on the principles of a history that is still segregating, of the knowledge of these cultures. The central objective was to analyze the manifestations of black identity present in productions by high school students from a state school in Muritiba (Ba) and as specific objectives we intend to historicize the Territorial Education Centers, recognize the manifestations of black identity present in student productions of the aforementioned school unit, as well as reflecting on how pedagogical praxis and the history of the present time can contribute to a decolonial education perspective. As a methodological path, we devised a documentary research, of a qualitative nature, subsidized by the methodology of historical research of the present time and for the data analysis technique, document analysis was followed. This research follows a multipaper format, and to this end we developed articles that reflect the objectives of this research, therefore, each article presents a literature review, of a descriptive and analytical nature. As a result, it was possible to observe that the search to analyze the manifestations of black identity present in productions by high school students from a state school in Muritiba-Bahia allowed us to describe five student documents: 2 images, 2 textual and 1 textual -imagetic. In the case of the analyses, it was possible to verify that the students have knowledge of African and Afro-Brazilian culture, which evidenced the presence of Law 10.639/03 in the school unit. It was also verified that the students are awakened to the concepts of blackness, discrimination and religious intolerance. Although the principles of Law 10,639/03 are present on the school floor, from some perspective we see the need for a better approach in the most critical discussions regarding black people, thus starting to deepen decolonial and post-colonial concepts as well.

Keywords: Black Bodies. Cultures. Education. Identities. Law 10639/03.

CUERPOS NEGROS, EDUCACIÓN Y TERRITORIOS DE IDENTIDAD EN LA ACTUALIDAD: REFLEXIONES DE ESTUDIANTES DE UNA ESCUELA SECUNDARIA PÚBLICA EN MURITIBA/BAHIA

RESUMEN

Esta investigación está vinculada al Programa de Postgrado en Educación de la Universidad Federal de Bahía PPGE/UFBA, en el área de concentración Educación, Sociedad y Praxis Pedagógica - línea de Investigación en Educación, Cultura Corporal y Ocio y forma parte de la investigación realizada. realizado por el grupo de investigación Cultura Corporal, Educación, Deporte, Ocio, Medio Ambiente y Sociedad (HCEL/UFBA/CNPq). El objeto de investigación de esta producción son las manifestaciones de los cuerpos negros en el ambiente escolar y sus expresiones otorgadas con base en los principios de una historia aún segregadora, del conocimiento de estas culturas. El objetivo central es analizar las manifestaciones de identidad negra presentes en producciones de estudiantes de secundaria de una escuela pública de Muritiba (Ba) y como objetivos específicos pretendemos historizar los Centros Territoriales de Educación, reconocer las manifestaciones de identidad negra presentes en producciones estudiantiles. de la mencionada unidad escolar, así como reflexionar sobre cómo la praxis pedagógica y la historia de la actualidad pueden contribuir a una perspectiva de educación descolonial. Como camino metodológico se diseñó una investigación documental, de carácter cualitativo, sustentada en la metodología de la investigación histórica de la actualidad y para la técnica de análisis de datos se siguió el análisis documental. Esta investigación sigue un formato multijugador, y para ello desarrollamos artículos que reflejan los objetivos de esta investigación, por lo tanto, cada artículo presenta una revisión de la literatura, de carácter descriptivo y analítico. Como resultado, se pudo observar que la búsqueda para analizar las manifestaciones de identidad negra presentes en producciones de estudiantes de secundaria de una escuela pública de Muritiba-Bahia permitió describir seis documentos estudiantiles: 2 imágenes, 2 textuales y 1 textual. -imagen. En el caso de los análisis, se pudo verificar que los estudiantes tienen conocimientos de la cultura africana y afrobrasileña, lo que evidenció la presencia de la Ley 10. 639/03 en la unidad escolar. También se verificó que la los estudiantes se despiertan a los conceptos de negritud, discriminación e intolerancia religiosa. Si bien los principios de la Ley 10.639/03 están presentes en el ámbito escolar, desde alguna perspectiva vemos la necesidad de un mejor enfoque en las discusiones más críticas sobre las personas negras, comenzando así a profundizar también los conceptos descoloniales y poscoloniales.

Palabras clave:Cuerpos negros.Culturas.Educación.Identidades. Ley 10639/03.

CORPS NOIRS, ÉDUCATION ET TERRITOIRES IDENTITAIRES AU PRÉSENT : RÉFLEXIONS D'ÉLÈVES D'UN LYCÉE PUBLIC DE MURITIBA / BA

RÉSUMÉ

Cette recherche est liée au Programme de Troisième Cycle en Éducation de l'Université Fédérale de Bahia (PPGE / UFBA), dans le domaine de concentration Éducation, Société et Praxis Pédagogique, ligne de recherche Éducation, Culture Corporelle et Loisirs et fait partie de la recherche réalisée par le groupe de recherche Culture du Corps, Éducation, Sport, Loisirs, Environnement et Société (HCEL / UFBA / NCPq). L'objet d'investigation de cette production sont les manifestations des corps noirs en milieu scolaire et leurs expressions accordées à partir des principes d'une histoire encore ségrégationniste, de la connaissance de ces cultures. L'objectif central est d'analyser les manifestations de l'identité noire présentes dans les productions des lycéens d'une école publique de Muritiba (BA) et comme objectifs spécifiques nous entendons historiciser les Centres Territoriaux d'Éducation, reconnaître les manifestations de l'identité noire présentes dans les productions de étudiants de l'unité scolaire susmentionnée, ainsi qu'une réflexion sur la manière dont la pratique pédagogique et l'histoire du temps présente peuvent contribuer à une perspective d'éducation décoloniale. Comme chemin méthodologique, nous avons conçu une recherche documentaire, de nature qualitative, subventionnée par la méthodologie de recherche historique du temps présent et pour la technique d'analyse des données, l'analyse documentaire a été suivie. Cette recherche suit un format multijoueur, et à cette fin, nous avons développé des articles qui reflètent les objectifs de cette recherche, c'est pourquoi chaque article présente une revue de la littérature, de nature descriptive et analytique. De ce fait, il a été possible de constater que la recherche d'analyse de manifestations de l'identité noire présentes dans les productions des lycéens d'une école publique de Muritiba-Bahia nous a permis de décrire six documents étudiants: 2 images, 2 textuels et 1 textual-imagétique. Dans le cas des analyses, il a été possible de vérifier que les élèves ont une connaissance de la culture africaine et afro-brésilienne, ce qui témoigne de la présence de la Loi 10.639/03 dans l'unité scolaire. Les étudiants sont sensibilisés aux concepts de noirceur, de discrimination et d'intolérance religieuse. Bien que les principes de la Loi 10.639/03 soient présents dans l'école, d'un certain point de vue, nous voyons la nécessité d'une meilleure approche dans les discussions les plus critiques concernant les noirs, commençant ainsi à approfondir également les concepts décoloniaux et postcoloniaux.

Mots-clés : Corps noirs; cultures; éducation; identités. loi 10639/03.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|-----------------|----|
| Figura 1 | 23 |
| Figura 2 | 23 |
| Figura 3 | 24 |
| Figura 4 | 25 |
| Figura 5 | 26 |
| Figura 6 | 27 |
| Figura 7 | 28 |
| Figura 8 | 28 |
| Figura 9 | 51 |
| Figura 10 | 55 |
| Figura 11 | 59 |
| Figura 12..... | 61 |
| Figura 13..... | 62 |
| Figura 14..... | 62 |
| Figura 15..... | 65 |
| Figura 16..... | 67 |
| Figura 17..... | 68 |
| Figura 18..... | 78 |
| Figura 19..... | 86 |
| Figura 20..... | 87 |

FLUXOGRAMAS

| | |
|-------------------|-----|
| Fluxograma 1..... | 43 |
| Fluxograma 2..... | 106 |

TABELAS

| | |
|---------------|----|
| Tabela 1..... | 24 |
| Tabela 2..... | 25 |
| Tabela 3..... | 37 |
| Tabela 4..... | 84 |

| | |
|--|------------|
| Tabela de demonstrativos 1..... | 44 |
| Tabela de demonstrativos 2..... | 107 |

QUADROS

| | |
|----------------------|-----------|
| Quadro 1..... | 50 |
| Quadro 2..... | 52 |
| Quadro 3..... | 63 |

GRÁFICOS

| | |
|-----------------------|-----------|
| Gráfico 1..... | 79 |
| Gráfico 2..... | 80 |
| Gráfico 3..... | 81 |
| Gráfico 4..... | 83 |
| Gráfico 5..... | 83 |

LISTA DE SIGLAS

ART-Artigo

BA- Bahia

CAA-Centro de Acompanhamento de Ações Afirmativas

CEMBEMA-Colégio Estadual Manoel Benedito Mascarenhas

EAD- Educação a Distância

EJA-Educação de Jovens e Adultos

HCEL-Grupo de Pesquisa História, Cultura Corporal, Educação e Lazer

HTP- História do Tempo Presente

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LDBEN-Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC-Ministério da Educação

NTE 21 -Núcleo Territorial de Educação do Recôncavo Baiano

PHTP-Pesquisa Histórica do Tempo Presente

PNAD-Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

SEPLAN-Secretaria de Planejamento

SEPPIR-Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade

Racial

SEPROMI-Secretaria de Promoção de Igualdade Racial

SESU-Secretaria de Educação Superior

STF-Supremo Tribunal Federal

UFBA-Universidade Federal da Bahia

UNEB- Universidade Estadual da Bahia

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| MEU PERCURSO FORMATIVO..... | 15 |
| 1.0 Introdução..... | 20 |
| 1.1 Onde o ato começa..... | 23 |
| 1.2 Um corpo especial nesse ato de todos nós..... | 27 |
| 1.3 O caminho..... | 35 |
| 1.4 Entre atos 1..... | 39 |
| 2.0 ATO 1- HISTORIZANDO TERRITÓRIOS E O NÚCLEO TERRITORIAL DE EDUCAÇÃO DO RECÔNCAVO BAIANO..... | 40 |
| 2.1 Introdução..... | 40 |
| 2.2 Caminhos metodológicos..... | 42 |
| 2.3 Repercussões Territoriais..... | 44 |
| 2.4 Discussão..... | 48 |
| 3.0 NÚCLEO TERRITORIAL DO RECÔNCAVO BAIANO: PERSPECTIVAS E DESAFIOS EDUCACIONAIS E CULTURAIS..... | 57 |
| 3.1 Caminhos Metodológicos..... | 57 |
| 3.2 Entendendo Um Pouco O Caminho..... | 58 |
| 3.3 A Identidade Étnico-Racial..... | 64 |
| 3.4 A Cultura..... | 66 |
| 3.5 Considerações territoriais e o recôncavo baiano..... | 70 |
| Referências..... | 71 |
| 4.0 Entre Atos 2 | 74 |
| 4.1 ATOS 2 - MANIFESTA AÍ, NEGRO, A TUA IDENTIDADE: ANÚNCIOS ESTUDANTIS EM UMA ESCOLA PÚBLICA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO EM MURITIBA – BAHIA..... | 75 |
| 4.2 Insinuações Introdutórias..... | 76 |
| 4.3 De Onde Partimos..... | 78 |
| 4.4 Diga-Nos Quem És, Ó Estudante!..... | 79 |
| 4.5 Diga-Nos De Onde És, Ó Estudante!..... | 80 |
| 4.6 Diga-Nos Como Se Declaras!..... | 80 |
| 4.7 Como Mostra-Se A Nós?..... | 82 |
| 4.8 O Que Anuncias? Produção Documental Estudantil..... | 84 |

| | |
|--|------------|
| 4.9 Do Que Resultamos E Concluimos?..... | 97 |
| Referências..... | 99 |
| 5.0 Entre atos 3..... | 102 |
| 5.1 ATO 4 - EDUCAÇÃO E PRÁXIS PEDAGÓGICAS NO TEMPO PRESENTE:REFLEXÕES A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA DECOLONIAL..... | 103 |
| 5.2 Introdução..... | 103 |
| 5.3 Caminhos Metodológicos..... | 105 |
| 5.4 Repercussões pedagógicas..... | 107 |
| 5.5 Discussão..... | 110 |
| 5.6 Conclusão..... | 114 |
| 6.0 CONSIDERAÇÕES NÃO FINAIS | 115 |
| Referências..... | 118 |
| ANEXOS..... | 120 |
| APÊNDICES..... | 127 |

1.0 MEU PERCURSO FORMATIVO

Início esse texto na pretensão de auto biografar-me no pensamento que se constitui também em um momento de historicizar, rememorar, reconhecer e declarar minha identidade. Nasci em 13 de agosto de 1981 enquanto meu pai, Matias de Jesus participava de sua colação de grau na Faculdade de Letras da Universidade Federal Da Bahia. Batizaram-me Duília porque meu pai, leu ainda jovem, um conto de Aníbal Machado, de título “Viagem aos Seios de Duília”. Meu pai, encantado com a protagonista do conto, Duília, jurou que se um dia tivesse uma filha, este seria seu nome. E assim o fez, aqui estou, Duília; filha de uma bonita negra baiana de acarajé, Maria das Graças Ribeiro de Jesus e filha de um negro professor de Letras e artista, Matias de Jesus e neta de uma avó que trabalhava na indústria fumageira. A partir deles é que fui despertada desde nova a entender meu papel como negra na sociedade.

Nascida na bela cidade de São Salvador, passei alguns anos entre idas e vindas, mas boa parte dos meus bons anos de vida fui criada em Cruz das Almas, uma típica cidade do interior com cerca de 60 mil habitantes.

Por conta dos pais boêmios, me lembro das rodas de poesia e teatro da cidade e por isso me apresento como grande apaixonada por tudo que se relaciona com as artes e cultura corporal. No Colégio Cruz das Almas, estudei o primeiro e o segundo grau, científico na época. Instituição na qual participei de inúmeras atividades artísticas e culturais e todas essas atividades me deixavam muito livre. Nessa rememoração, me pego pensando que meu corpo negro, talvez nunca tenha sido evidenciado ou colocado como parte importante na constituição da nossa sociedade. Agora percebo que apesar de diferentes, nossos corpos possam ter sido “homogeneizados” ou pior, “invisibilizados”.

Ao terminar o segundo grau no ano de 1999, decidi tentar o vestibular para as áreas que mais me agradavam. Tentei a Literatura com Inglês, o Direito, e Turismo. Lembro-me de dizer que estar em qualquer um deles, me deixaria a mais realizada das pessoas. Em 2000, passei de primeira nas Letras, e no Direito, tive uma boa colocação, mas teria de aguardar desistências. Me joguei

no curso de Letras da Universidade Estadual da Bahia (UNEB) e por isso, mudei para a cidade de Alagoinhas.

O curso de Letras e aquela cidade me proporcionaram inúmeras e maravilhosas vivências, desde conhecer novas pessoas a trabalhar num curso de línguas (experiência que me fez ter certeza do que queria fazer depois de diplomada. Trabalhar com Inglês e Artes.

Trabalhar e brincar com artes e culturas e dialogar com outras formas de pensar. Esse passou a ser meu pensamento e prática como docente e pessoa, mas esse “pensar artes” se desenvolveu mesmo na minha formação em Letras (2005), e mais especificamente, na participação da disciplina optativa chamada Expressão Corporal (disciplina essa que deixou marcas e me desperta a trabalhar artes, culturas e o corpos até os dias atuais). Existem professores que com suas práticas pedagógicas deixam marcas especiais...Quando aceitei lecionar a disciplina de Artes na escola escolhi deixar marcas. Mesmo não tendo tempo suficiente para desenvolver toda parte conceitual e prática das artes, das culturas e do corpo, decidi deixar marcas, despertar nos estudantes o olhar que vai para além da teoria e dos simples traços.

Meu pensamento e prática sempre buscaram permear pelo simbólico, por tudo que demonstre a representação, a representatividade, a identidade dos estudantes. Entendo que para lecionar disciplinas que envolvem o corpo, deve-se antes de tudo viver o corpo e entender sua cultura. Viver esse que nos permite entender a essência nas mais simples e mínimas coisas (no teatro, num samba de roda, numa letra de música, num poema, num filme, ou num cordel encantado feito em meio a palavras do cotidiano de qualquer pessoa).

Esse é meu grande triunfo, o maior presente para mim mesma e para o outro, conseguir ver a singularidade e a pluralidade nas pequenas coisas. Relacionar trabalhos dos projetos em sala de aula que contribuíram e continuam contribuindo para uma prática educacional mais que libertadora.

Em 2006 fiz o concurso para professor da rede básica de educação do estado da Bahia e fui aprovada. Em 2007, assumi uma vaga como professora de Inglês e logo depois algumas aulas de artes também surgiram. Entretanto, em 2011, por motivos pessoais e minha gravidez, precisei pedir a remoção para outra unidade escolar. Um colega me sugeriu pleitear o Colégio Estadual Manoel

Benedito Mascarenhas, localizado no distrito rural de São José do Itaporã que fica à distância de 20 km da sede, Muritiba, mas à 5 km de Cruz das Almas, cidade na qual resido. É uma questão territorial estranha, eu sei, mas essa é uma conversa para posteriori.

Uma questão interessante é que essa escola atendia um alunado de uma comunidade quilombola chamada Chico Velho. Com o tempo fui percebendo o crescimento dessa população no chão da escola, mas minha inquietação surgiu quando percebi que a prática docente não mudava com essa presença tão significativa para mim, enquanto mulher e consciente do meu corpo negro.

Como única professora negra na área de linguagens dessa unidade escolar que trabalho, sou atuante contra preconceitos, sempre lutei de forma engajada contra a “deturpada” para (não dizer, silenciosa) forma como os negros são tratados, como iguais socialmente, mas diferentes politicamente. Dificilmente consegui, apesar de tudo, um discurso homogêneo dos pares em desenvolver na mesma perspectiva que eu, um projeto que contemplasse a Lei 10.639/08 ou 11.645/11 em sua verdadeira essência, mas lutei e continuo lutando e sei que mesmo não alcançando todos, creio que em alguns sei que deixei marcas de luta e busca por igualdade. A ideia principal é a de sair dessa perspectiva “folclórica” que muitos insistem em continuar apenas para dizer que trabalham, e para isso tenho amadurecido minhas leituras em temas como decolonialidade, antirracismo, entre outros.

Os Projetos Estruturantes que são desenvolvidos no estado da Bahia vieram para despertar especialmente nos docentes que é preciso e possível fazer diferente na Educação Básica de nosso país. Esse foi o caminho que escolhi para desenvolver minha prática artístico-docente ou docente-artística, sempre buscando mostrar aos pares que é totalmente possível um fazer artes que contribua para além da sala de aula, que desperte no estudante o artista que ele já é ou que pode transformar-se em um.

No início de 2020, por conta da pandemia, tive a possibilidade de começar uma segunda licenciatura em Educação Física (EAD), a qual me permitiu alargar os conhecimentos sobre o corpo e principalmente, estreitar as possibilidades e relacionar corpo-cultura-teatro-educação. Logo após a UFBA ofertou a primeira turma do Curso de Licenciatura em Teatro no formato semipresencial, mas com

a Pandemia do Covid 19 as aulas foram estabelecidas, em princípio, como totalmente online. Procurei ver se tinha “atributos” para pleitear uma vaga e consegui. Cursar as disciplinas do primeiro semestre foi uma experiência essencial para as aproximações com as discussões corporais da Educação Física, entretanto, cursar vários componentes na modalidade online me demandavam muito tempo de dedicação e por isso, decidi trancar o curso de Licenciatura em Teatro, mas esse experimentar novo despertou a querer galgar outros degraus em um possível mestrado também.

Por conta desse novo objetivo, decidi fazer um curso preparatório, por estar muito tempo longe do mundo acadêmico. Para tal aperfeiçoamento, também decidi cursar uma disciplina como aluna especial, na Universidade Federal da Bahia (UFBA). A disciplina que me escolheu foi *Corpos, Cultura e Produção de Conhecimento*, ofertada pela professora doutora Maria Cecilia de Paula Silva, uma professora que me ensinou muitas coisas nesse período.

Participar da disciplina “*Corpos, culturas e produção de conhecimento em educação*” como aluna especial e desenvolver meus estudos contribuiu imensamente para meu aprofundamento acadêmico e meu crescimento profissional, uma vez que fui despertada mais uma vez para discutir e aprender sobre as temáticas apresentadas na disciplina.

E mais, me abriu novos horizontes e me despertaram para novas perspectivas acadêmicas, como por exemplo, participar do grupo de pesquisa HCEL (*História, Cultura Corporal, Educação e Lazer*) e com as aproximações, para além do HCEL, temos o pequeno e seletivo grupo *Estudos Decoloniais*, que contribuem de forma *si ne qua non* para os meus estudos do mestrado e para minhas produções. Ouso dizer que estar no HCEL, tem sido um divisor de águas, um marcador importante na minha trajetória.

Com o gosto pela leitura, tenho me debruçado sobre produções de mestres e doutores do grupo de pesquisa, mas para além das leituras, alguns trabalhos me trazem contribuições das mais significativas para meu trabalho dissertativo, a exemplo: a tese do doutor Carlos Adriano Oliveira, intitulada “*Inscrições corporais negras e universidade: produção de sentidos e docência no centro de formação de professores da UFRB, Amargosa-Ba*”; a tese da doutora Rosângela Souza da Silva, intitulada “*Corpos negros e identidades no*

tempo presente: experiências de estudantes do Centro de Formação de Professores, da Universidade Federal Recôncavo da Bahia-CFP/UFRB” e a tese da doutora Cleidinalva Silva Cerqueira, intitulada “ Educação, corpos negros e cultura do rap: rasuras literárias e reescrituras de identidades em uma escola pública de ensino médio de Salvador -BA”,e por último e não menos importante a dissertação da doutoranda Tairine Cristina Santana intitulada “Corpos, memórias e saberes inscritos na educação nos terreiros de candomblé da Bahia no tempo presente”, uma vez que esses trabalhos trazem várias perspectivas e aproximações com a realidade da unidade escolar, tanto no que diz respeito aos corpos quanto aos aprendizados sobre a Pesquisa Histórica do Tempo Presente que pretendo desenvolver em minha pesquisa ,compreender as reflexões dos corpos negros estudantis.

A proposta do referido projeto dissertativo surgiu após a confecção do artigo de revisão intitulado “Análise das manifestações da cultura afro-brasileira e indígena existentes nas marcas nos corpos nessas comunidades relacionadas às problemáticas do ambiente escolar: uma revisão”, onde este me deu a real dimensão do que eu pretendia analisar e discutir. Vale ressaltar que o referido trabalho foi publicado em revista internacional em setembro de 2023.

Assim, partimos para a introdução deste texto dissertativo.

1.0 Introdução

As influências dos modos de viver dos povos africanos e as apresentações de sua cultura contribuíram para a construção da identidade do povo brasileiro. Manifestações estas, que estão presentes de alguma forma, em todas as camadas culturais da sociedade brasileira. Contribuições bastante evidentes desde o período colonial brasileiro até a contemporaneidade (Brasil,2003).

Da mesma forma,as manifestações culturais dessas comunidades nem sempre estão evidenciadas nos ambientes educacionais. Ambientes esses que, por serem promotores do saber, deveriam ter em conta a importância dessas comunidades para o fortalecimento da identidade brasileira, principalmente, no ambiente escolar.

Desse modo, entendemos a escola como um universo bastante diverso, mas na maioria das vezes, não trata seu público com ênfase em uma concepção de diversidade. Ao se falar em educação, não se pode ter em vista somente a escolarização, mas também o preparo para o respeito e a diversidade, aspectos fundamentais para uma sociedade culturalmente e corporalmente plural.

Sobre isso , Silva (2020) considera que:

A educação não pode intensificar a dicotomia entre teoria e realidade. Muito pelo contrário. Devemos enveredar por vias que tornem fecundas as corporeidades comprovem, sintam, percebam, experienciem as teorias nas suas movimentações diárias [...] a práxis da interação do ser corpo como sujeito histórico e social, do corpo como sujeito na educação e a respeito do lugar ocupado pelo corpo na sociedade e no sistema educativo,numa perspectiva múltipla.

Sendo assim, é dever nosso inserir o corpo nesse debate, uma vez que é tema discutido desde o século XVII e já se levantavam debates polissêmicos, ou seja, seus vários significados como nos diz Moreira e Silva (2018)“dois registros bem distintos, pois se tratava ora de submissão e utilização, ora de funcionamento e de explicação: corpo útil, corpo inteligível”

Nessa perspectiva pensar o corpo negro na educação, refletido a partir dos territorios em que estes corpos ocupam e se atravessam pelas mais diversas identidades, posto que estas foram e são construídas cotidianamente, nos possibilita entender a emergência da aplicabilidade da lei 10.639/03 e a 11.645/08 nos espaços de educação.

Destarte, entendemos conforme Whitehead (2019) que:

Não há sentido algum em falar da corporeidade e do corpo como um aspecto distinto da personalidade. Dizer que você não tem um corpo, e, sim, é um corpo, é difícil, senão impossível, para muitos aceitarem e compreenderem.

O corpo deve ser entendido como a possibilidade de manifestação de qualquer atividade humana e é possível considerá-lo como primeiro dos objetos da cultura, porque é através do corpo que outros se concretizam e para além disso, o corpo não existe como mera coisa, ou pensamento, o corpo é energia, atividade, linguagem, emoção, história e formas de expressão.

Para discussão nesse projeto, entendemos o corpo como construção cultural e social já que é assim que se expressam os diferentes corpos. Nessa perspectiva, a Lei 10.639/03 (Brasil, 2003) foi pensada e criada para alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) ou Lei 9.394/96 (Brasil, 1996) e tornou obrigatório o estudo sobre a cultura e história afro-brasileira nas instituições públicas e privadas de ensino.

Assim, somos despertados a entender que a obrigatoriedade do ensino da História Africana e Afro-brasileira nas escolas de ensino fundamental e médio de todo o país, constituiu-se, na atualidade, numa mobilizante fonte de conversas que colocam no cerne das discussões as etnicidades. A ideia é que se possa problematizar questões identitárias, como a ancestralidade e a cultura. Pois segundo Mesquita (2012):

Ambiente (do latim *ambiens* / *ambientes* com sentido de envolver tudo, é o conjunto de substâncias, circunstâncias ou condições em que existe determinado objeto em que ocorre determinada ação. O termo aqui apresentado tem significados especializados em diferentes contextos.

Em conformidade com a literatura, sociologia e a história, o “ambiente social” pode ser entendido como a cultura em que o sujeito habita ou educou-se e no grupo e entidades com quem ele relaciona-se - seja individual ou em grupalmente (Franco; Surdi, 2018). Logo, entendemos a possibilidade de relacionar os estudos sobre os corpos negros e as manifestações culturais corporais dessas comunidades.

Para isso aponto a relevância de estudos como os de (Frutuoso e Oliveira, 2020), (Santos, 2009), (Damascena; Miranda e Silva, 2018) entre outros que abordam cada vez mais a valorização das culturas populares, especialmente, as contribuições das culturas indígenas e africanas de forma significativa para essas comunidades e para toda sociedade brasileira. Dito isto, a divulgação de reflexões existentes sobre a Lei 10.639/03 e a educação antirracista, sugerem uma meditação importante nas discussões decoloniais e fortalecimento das identidades.

Portanto, para o desenvolvimento dessas discussões, faço um recorte a partir do município de Muritiba, o qual faz parte do Núcleo de Identidade do Recôncavo Baiano e do Núcleo Territorial de Educação do Recôncavo Baiano (NTE 21), projeto da Lei Estadual 13.214/2014. Vale ressaltar que esse projeto compreende elementos da política de desenvolvimento territorial para todo o estado da Bahia, levando em consideração as especificidades de cada região demarcada como núcleo. Sendo assim, permeamos nosso estudo através e a partir dos corpos negros estudantis do Colégio Estadual Manoel Benedito Mascarenhas (CEMBEMA), única instituição de ensino médio, de pequeno porte, localizado em São José do Itaporã.

1.1 Onde o ato começa

O CEMBEMA surgiu como idealização e mobilização dos Muritibanos, nascidos no distrito do São José do Itaporã, José Pereira Mascarenhas e Albérico Mascarenhas, respectivamente secretário de educação e secretário de finanças do estado da Bahia, nos anos 2000, porque enquanto estudantes, ambos tiveram como experiência a necessidade de deslocar-se para a cidade de Cruz das Almas de bicicleta para conseguirem concluir os estudos do Ensino Médio.

Assim, através dos secretários, o governo do estado em convênio com Epifânio Marques Sampaio, o então prefeito de Muritiba na época, firmaram parceria para a construção da referida unidade de ensino. Com ato de criação datado em 20 de março de 2001 a instituição recebe o nome Manoel Benedito

Mascarenhas, pessoa muito bem vista na comunidade da época pelo engajamento político e pai de Alberico Mascarenhas, como homenagem.

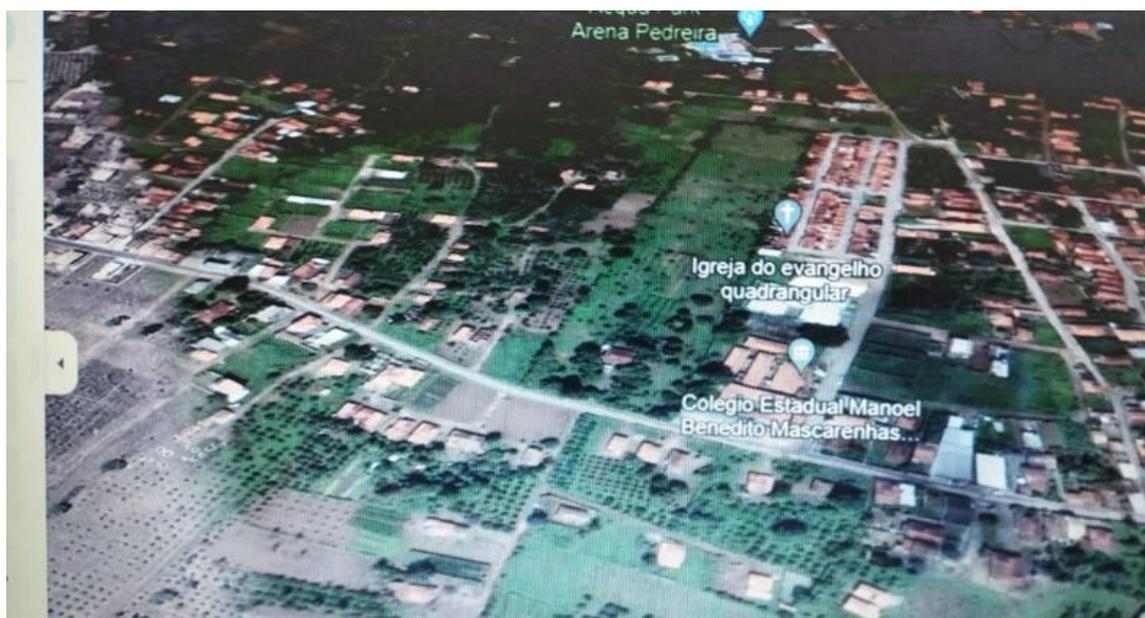
Figura 1– Foto Exterior da Instituição



Fonte: Autoria de Duília de Jesus Lopes Melo,2023

O CEMBEMA está localizado quase no centro econômico-político-socio-educacional do distrito, entretanto, o território é contornado por toda sorte de diversas e pequenas plantações que garantem o sustento de boa parte da população, como demonstramos na figura 2.

Figura 2 - Área que circunda a Unidade de Ensino (via satélite)

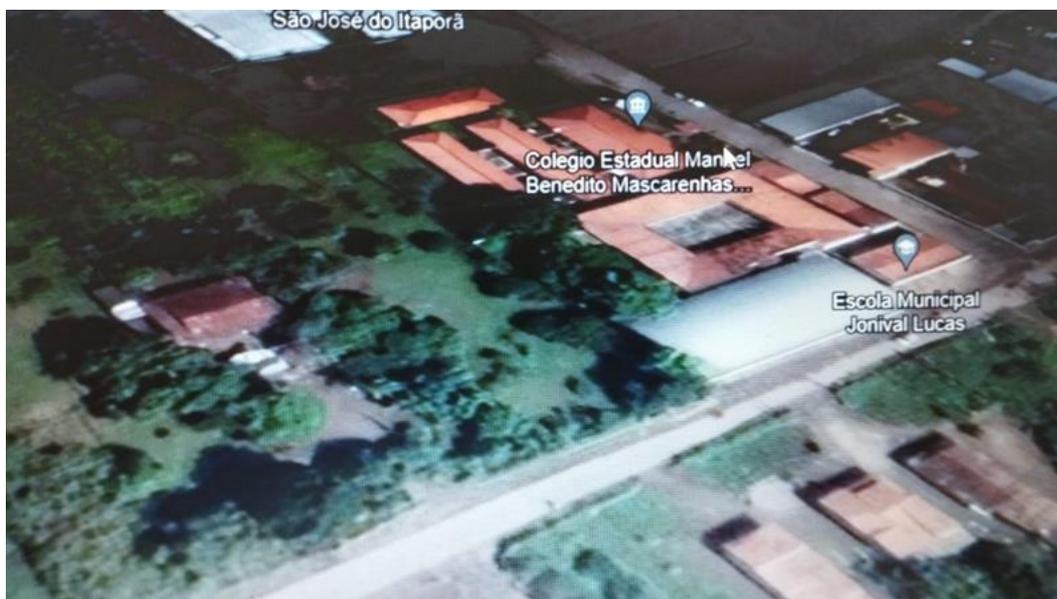


Fonte: site earth.google.com

Acesso:10 de dezembro 2023

Algumas instituições de ensino do município foram construídas nas proximidades da referida unidade estadual, como a Creche Municipal São José do Itaporã e a Escola Municipal Jonival Lucas e estão localizadas na figura 3.

Figura 3 - Foto de Instituições de Ensino Municipais (via satélite)



Fonte: site earth.google.com Acesso:10 de dezembro 2023

A referida instituição oferta educação nos três turnos de funcionamento a modalidade de Ensino Médio desde sua inauguração em 2002 e a partir de 2018, a modalidade de Ensino de Jovens e Adultos (EJA), no turno noturno.

No ano em curso ,2023, foram matriculados um total de 398 estudantes, no ensino médio 332 e 66 na modalidade EJA, conforme as tabelas abaixo:

TABELA 1– Estudantes matriculados por turma (ENSINO MÉDIO)

| Turmas | Matutino | Vespertino | Noturno |
|---------------|-----------------|-------------------|--------------------------|
| 1º ANO | 99 | 52 | - |
| 2º ANO | 69 | 35 | - |
| 3º ANO | 47 | 17 | 32 (TRANSDISCIPLINAR) |

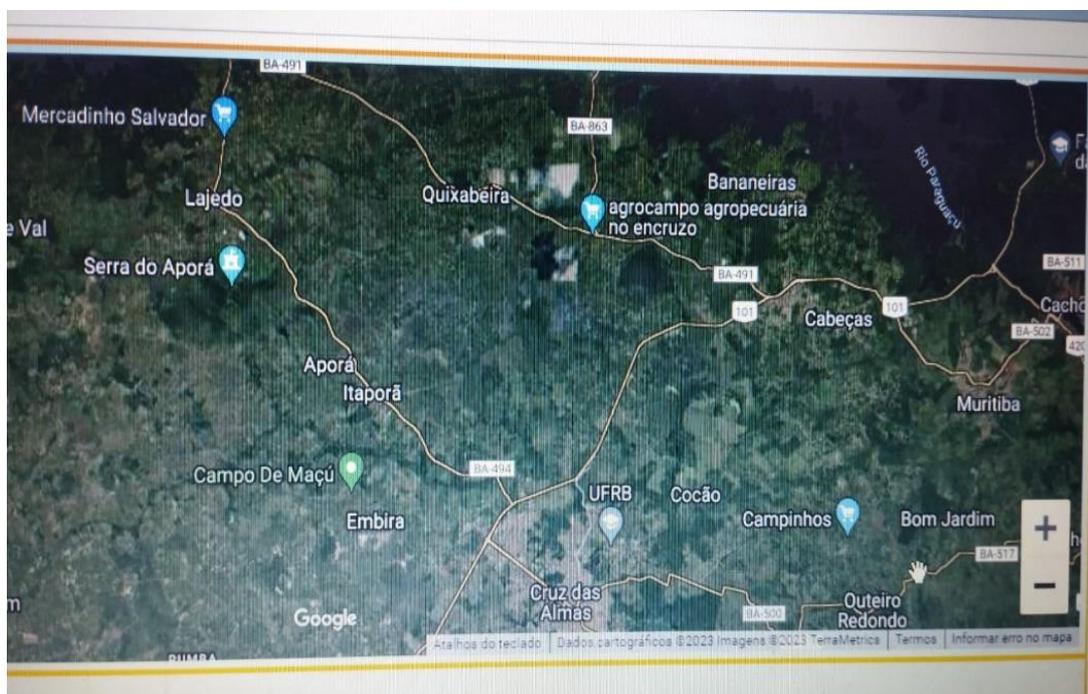
Fonte: Autoria própria, 2023

TABELA 2 - Estudantes matriculados por turma (MODALIDADE EJA)

| Turmas | NOTURNO |
|-----------------|---------|
| EJA (etapa IV) | 51 |
| EJA (etapa VII) | 12 |

Fonte: Autoria própria, 2023

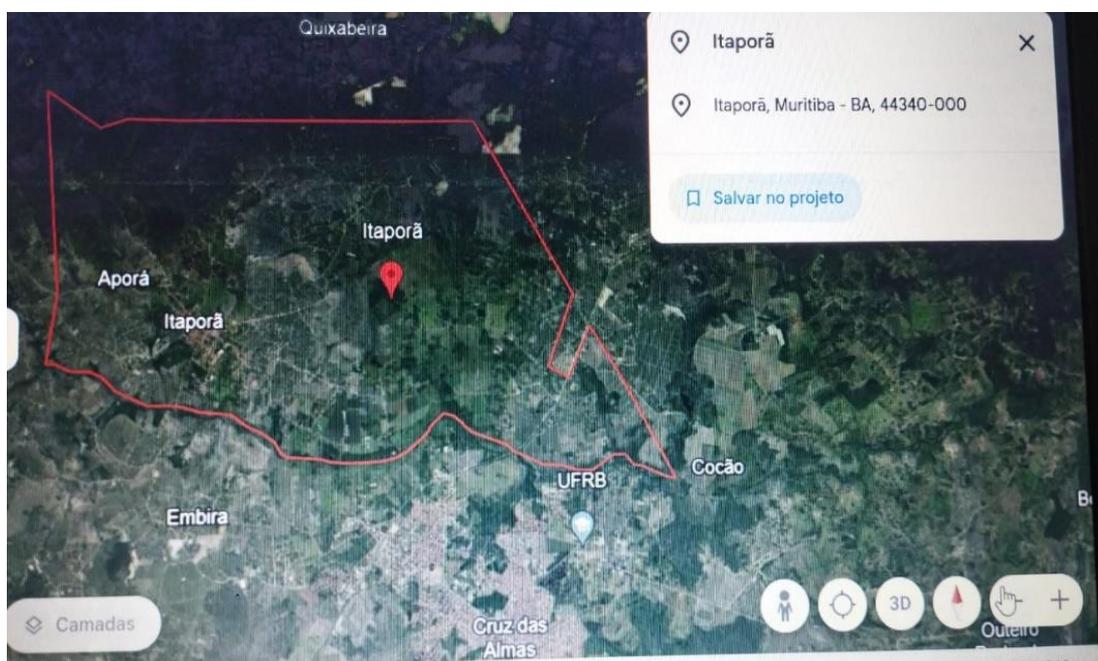
O distrito rural São José do Itaporã, localizado no município de Muritiba, interior da Bahia é um lugar de muito acolhimento, de muitas produções artísticas e científicas, de produção agrícola e pecuária, que como zona rural corresponde, em média, a 37 % de toda área territorial do município de Muritiba possuindo cerca de 10 mil habitantes. O distrito se distancia da sede em 35km .

Figura 4 - Distância entre Muritiba (a sede) e São José(o distrito)

Fonte: site earth.google.com

Acesso:10 de dezembro 2023

Figura 5 - Demarcação da área total do Distrito de São José do Itaporã(via satélite)



Fonte: site earth.google.com Acesso:10 de dezembro 2023

E com sua extensa área ,São José do Itaporã já foi um grande produtor e exportador de fumo e ainda trabalha com grande produção e exportação de limão, beneficiando dezenas de famílias e gerando centenas de empregos diretos e indiretos, a partir dos pequenos produtores e da Cooperativa de Limão.O distrito conta ainda com padarias,farmácias,supermercados, academia, escolas de capoeira,lojas de roupa,concessionária de carro e moto ,e muito mais.

A escola está localizada numa região pouco acessível,35 km de distância da sede, em média, e conta apenas com transporte alternativo para locomoção dos habitantes, sendo que os estudantes dependem, exclusivamente, dos ônibus escolares para sua chegada e permanência na instituição. Os que moram nas adjacências do distrito, precisam caminhar até a rota dos ônibus e se o perderem, terão de caminhar até a escola.

1.2 – Corpo negro nesse ato de todos nós

Cerca de 60 estudantes pertencentes a Comunidade Quilombola do Chico Velho são atendidos pela referida unidade escolar e seus corpos se configuram como primordial para esta pesquisa. A referida comunidade está a distância de 6 km do São José do Itaporã e tem aproximadamente 200 famílias em sua circunscrição.

Em 2016, recebeu a Certificação da Fundação Zumbi dos Palmares e é uma comunidade que possui o Coletivo Chico Vei ,a Associação Comunitária Rural de Baixa Grande e o Grupo de Mulheres Fruto da Terra Quilombola, todos muito ativos quanto às questões referentes ao fortalecimento identitário , com a defesa do território ,a partir da cultura local dos seus como a Feira do Quilombo, discussões sobre o Novembro Negro,o Grupo de Capoeira Arco-Iris ,do grupo de Samba de Roda Raiz do Chico Véi.

Palestras e outros eventos também destacam a importância das mulheres na comunidade. Boa parte da história dessa comunidade quilombola é contada na obra “Memórias de Baixa Grande contadas por nós”, do Coletivo Chico Véi. As figuras abaixo demonstram um pouco da mobilização da população local em 2016 para o reconhecimento da comunidade junto à Fundação Zumbi dos Palmares, órgão responsável por certificar as comunidades remanescentes de quilombo em todo Brasil.

Figura 6 - Período próximo da certificação



Fonte:Coletivo Chico Véi Data : Agosto de 2016

Figura 7 - Mobilização da Comunidade



Fonte: Coletivo Chico Vêi **Data :** Agosto de 2016

Figura 8 - Mobilização da comunidade no Novembro Negro



Fonte: Coletivo Chico Vêi **Data:** 20 de novembro de 2020

Pensar o corpo negro, o corpo quilombola, bem como o corpo do campo, afinal são estes os marcadores corporais que permeiam os territórios do recôncavo da Bahia nos provoca atenção, nesse sentido me inquietei em analisar pelo caminho das identidades, quais os atravessamentos são forjados pelo cotidiano escolar. Destaco que fui percebendo o crescimento dessa população no chão da escola e nesse fazer identifiquei enquanto ausência uma prática docente que não mudava diante da presença tão significativa desses corpos o que para mim, enquanto mulher negra e consciente das potencialidades do meu corpo se configurou como silenciamento.

Portanto, a partir dessas inquietações surgiu a questão dessa pesquisa que busca identificar- **Quais as manifestações das identidades negras presentes em produções textuais e imagéticas de estudantes de uma escola estadual em Muritiba - Bahia tem sido evidenciadas?** Afinal, entendemos que ainda existe uma negação referente às discussões da diversidade corporal e cultural no contexto escolar demonstrando “irrisória relevância no que orienta a Lei 10.639/03 consideramos que esse déficit é uma constante no contexto escolar, bem como, na formação dos professores” (Geledés,2023).

Para além disso, segundo (Moreira e Silva, 2018) “é preciso suscitar corpo e movimento como criadores de sentidos e significados”, mas as autoras vão além ao afirmar “que sentidos e identificações de corpo e movimento sofreram forjamentos históricos que precisam ser problematizados num país onde é grave a desigualdade social e racial”.

Ademais, as representações dos corpos negros no ambiente escolar ainda consentem princípios de uma história segregadora dos saberes destas culturas. Precisamos caminhar a passos mais largos na perspectiva de fortalecermos esses corpos no entendimento que já não são como nos afirma (Silva, 2020) “ corpos objetos,são por fim, sujeitos históricos”.

Uma vez que ,conforme Silva:

Chegamos no século XXI e a educação brasileira ainda é permeada por uma lógica discriminatória,em que parte da população propaga um ideário hostil.Apesar da robusta contribuição da população negra para o Brasil,composto majoritariamente por afrodescendentes,essa população segue invisibilizada no tempo presente. (Silva,2020).

Logo, se faz necessário o fomentar a reflexão sobre o quão importante, relevante e aplicável é a Lei 10.639/03, bem como apresentando os avanços na execução desta lei e suas reverberações que marcam e ressignificam esses corpos. Dessa forma, o corpo deve ser entendido como a possibilidade de manifestação de qualquer atividade humana e “ pode ser considerado o primeiro dos objetos culturais, pois é por meio dele que todos os outros existem” e para além disso, “ o corpo não é uma coisa, nem ideia, o corpo é movimento, gesto linguagem sensibilidade, desejo, historicidade e expressão criadora” (Nóbrega, 2010,p.105).

Diante das discussões expostas ,entendemos a necessidade de suscitar debates acerca dessa temática tão importante para a população negra e para educação, pois compreendemos que não há sentido uma educação que não reflita os corpos que por ela são afetados, corroborando com uma prática de silenciamento histórica da sociedade brasileira, esta que ainda não protagoniza o corpo negro e suas manifestações por meio de suas práticas pedagógicas.

Para isso, delineamos como **objetivo geral da pesquisa** - Analisar as manifestações das identidades negras presentes em produções de estudantes de uma escola estadual em Muritiba,Bahia. E como **objetivos específicos**- Historicizar os Núcleos de Educação da Bahia evidenciando o município de Muritiba inserido no Núcleo de Educação do Recôncavo, Reconhecer as manifestações de identidade negra a partir do olhar estudantil de uma escola estadual em Muritiba,Bahia , bem como , Iniciar uma pesquisa integrativa da literatura com o intuito de analisar como a práxis pedagógica e Pesquisa Histórica do Tempo Presente podem contribuir para uma educação decolonial.

Entretanto,para discutir sobre a educação brasileira, entendemos que a necessidade de discussão referente a formação da sociedade brasileira como tal, multiétnica, formada por indígenas, negros e brancos, onde os primeiros nunca tiveram seu papel de destaque na cultura brasileira (Lima & Frutuoso, 2018). Na verdade estes estão apresentados pelo olhar do colonizador, atribuídos à incapacidade cognitiva, à ausência de alma entre outros fatores que permeiam a construção simbólica do pensamento social brasileiro e assim referenciaram historicamente a construção das políticas educacionais, os modelos de educação e suas função na formação da sociedade brasileira.

Assim, precisamos demarcar as contribuições desses grupos na formação da população brasileira, pois estas se manifestam no contexto cultural, social e principalmente educacional, logo é imprescindível para o fortalecimento da identidade étnica do Brasil. Todavia, entendemos que a “constituição” do povo brasileiro se deu pela intenção de hegemonia da brancura, previsão de João Batista de Lacerda em 1911, que previa um embranquecimento do Brasil, fruto da miscigenação. Nesse percurso, no que tange ao corpo negro, este sempre esteve e/ou foi colocado em papéis e funções subalternas. Para (Spivac, 2010) “o subalterno retrata as camadas inferiores da sociedade que são constituídas por modos específicos de exclusão do mercado, representação política e jurídica e possibilidade de participação plena em estratos dominantes”. Ou seja, para manutenção desses lugares sociais, leis foram criadas o que condicionaram a marginalização da população negra e legitimaram violências históricas e simbólicas, assim como a folclorização da cultura indígena.

Gramsci (1985) desenvolveu seu conceito de hegemonia política e cultural, descrevendo-a como um tipo de dominação ideológica de uma classe sobre outra, particularmente da burguesia sobre o proletariado. No olhar desse autor é preponderante relacionar poder e classes sociais, onde há supremacia de um povo sobre outros, através da introdução de sua cultura.

Assim, quando analisamos a história da educação, percebe-se que a luta do povo negro até nos dias hodiernos tem sido difícil de mudar, uma vez que essa hegemonia do branco em relação ao negro não teria mais fundamento porque querendo os brancos ou não, o Brasil é um país muito diverso etnicamente. (Loureiro, 2020)

As discussões sobre essa diversidade étnica no Brasil existe já a partir do século XX e desde então no ideal de transformação e muitos autores entendem e demonstram que a desigualdade racial sempre foi fruto da escravidão e que as diferenças raciais estavam e estão ligadas à questão da classe social, situação vista até os presentes dias (Munanga, 1999) Assim, a necessidade de criação de uma lei que tivesse um peso reparador sempre foi uma cobrança, não atendida, do Movimento Negro aos estados.

Para (Frutuoso, 2020)

Com efeito, importante o estudo do Movimento Negro Brasileiro como verdadeiro ator político para uma mudança social, principalmente quando se diz respeito à educação brasileira e ao seu fundamental papel na luta contra o racismo e os pensamentos coloniais construídos.

Nesse sentido, podemos destacar que a educação é o terreno fértil na construção de um pensamento social, na forja das identidades e dos corpos, por isso esta segue em disputa histórica de poder, afinal os conteúdos, as referências se apresentam e se fortalecem no ambiente escolar. Sobre isso, destaca-se a luta do movimento negro pela implementação da lei 10.639/03, bem como outras políticas de ações afirmativas que atuam como reparação histórica diante das desigualdades que ainda acometem a população negra e indígena. Nesse sentido, Nilma Lino Gomes nos diz que:

Não se pode olvidar, nesse contexto, o importante papel do Movimento Negro Brasileiro na busca por ressignificar a ideia de raça, trazendo esta como potência de emancipação do povo negro, questionando a história brasileira e a forma como ela é narrada, a fim de tentar demonstrar como o racismo opera na vida dos brasileiros, não somente na estrutura do Estado, mas de uma forma geral e corriqueira (Gomes, 2017, p. 21).

Sendo assim, sempre que pensarmos em educação precisamos ressaltar as contribuições do Movimento Negro no reconhecimento das produções discursivas entre desigualdades e diversidade que precisam ser ressignificadas na educação. Gomes (2017), reintera o pensamento de Gonçalves e Silva (2000) ao perceber que o povo brasileiro não alcançaria o fato histórico que vivenciamos atualmente sem a ação tão perseverante do Movimento Negro, que atuou como verdadeiro ator político na /para a educação brasileira.

Conforme Martins (2021) discorre, o ambiente escolar, em sua maioria, ainda é hegemônico e ao longo dos tempos na história do Brasil o que se produziu foi o ideal de um corpo “branco e eurocentrado” que não resguarda nem corrobora com uma cultura corporal diversa. Entretanto, apesar da evidência dessa diversidade corporal e cultural, ainda repercute muito no ensino da educação brasileira um perspectiva hegemônica, discriminatória e racista contra

esses povos que fazem parte da constituição da sociedade brasileira (Moreira & Silva, 2018).

Logo , o debate levantado sobre as questões referentes aos corpos vistos como iguais, fundamentados pela tendência biologizante anteriormente , hoje dá lugar a uma luta referenciada na afirmação cultural e política .(Silva,2020).

Nessa perspectiva, a Lei 10.639/03 (Brasil, 2003) foi pensada e criada para alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) ou Lei 9.394/96 (BRASIL, 1996) e tornou obrigatório o estudo sobre a cultura e história afro-brasileira nas instituições públicas e privadas de ensino. Ainda nessa perspectiva, as discussões sobre a cultura indígena também foram reconhecidas como necessárias e a Lei 10.639/03 (Brasil, 2003) foi substituída pela Lei 11.645/08 para acréscimo do estudo dedicado ao povo indígena (Brasil, 2008).

O parecer procura oferecer uma resposta, entre outras, na área da educação, à demanda da população afrodescendente, no sentido de políticas de ações afirmativas, isto é, de políticas de reparações, e de reconhecimento e valorização de sua história, cultura, identidade. Trata, ele, de política curricular, fundada em dimensões históricas, sociais, antropológicas oriundas da realidade brasileira, e busca combater o racismo e as discriminações que atingem particularmente os negros.

Entretanto, apesar de a escola ser um universo bastante diverso , ela ainda não tem tratado seu público com ênfase em uma concepção de diversidade. Ao se falar em educação, não se pode ter em vista somente a escolarização, mas também o preparo para o respeito e a diversidade, aspectos fundamentais para uma sociedade culturalmente plural (Moreira & Silva, 2018) .

Sendo assim, a cultura que está em discussão nesse texto refere-se à prática de significação e resulta de todos os atos sociais do indivíduo. E a cultura do povo negro afro-brasileiro faz parte desta .Para além destes, as práticas corporais quilombolas também demandam investigações e destaques nos mais diversos ambientes de escolarização ,inclusive no universo acadêmico, lugar no qual as teorias são suscitadas, os estudos são promovidos e evidenciados ,e a produção acadêmica introduz debates e intervenções de fundamental importância para a sociedade .

Quanto a presença do corpo negro ,uma pesquisa do Centro de Acompanhamento de Ações Afirmativas (CAA) ,baseada em dados da PNAD,

2020 e do IBGE,2020, revela que em 2001 a presença de estudantes pretos e pardos era de 31%,já em 2020 já era de 52%.Para além disso,as pesquisas revelam que as notas dos discentes cotistas é mais elevada em relação aos não cotistas.Assim como , as teses e dissertações construídas destacam que a presença desses corpos tem aumentado.

Dessa forma, a evidência está na necessidade em suscitar mais discussões sobre determinadas questões acerca da problemática envolvendo a educação e o povo afro-brasileiro, pois muitos momentos tem demarcado esse combate por uma educação que inclua o negro nesse processo ,entendendo que este ainda se constitui como uma necessidade de forjar e promover o corpo sujeito histórico (Miranda e Silva,2023) .

Como fortalecimento e reparação para esse sujeito histórico, a Lei de Cotas em 2023 foi revista,atualizada e ampliada através do Projeto de Lei 5.384/2023 alterando a citada lei 12.711/12 onde os quilombolas também serão beneficiados em muitas perspectivas. Isso significa que precisamos de mais olhares que reconheçam e subsidiem as contribuições históricas e culturais destes corpos além de debates sobre identidade, pertencimento e desconstrução de preconceitos.

Nessa perspectiva ,o percurso decolonial no ambiente escolar, pode desdobrar-se para a construção de uma educação que prestigie as culturas dos povos que constituem a sociedade brasileira,mais especialmente indígenas , africanos e afro-brasileiros. (Wash,2017; Martins 2021).

Assim,para Catherine Wash(2017) " [...] O decolonial denota, então, um caminho contínuo de luta no qual " de exterioridade e construções alter(n)ativas podem ser identificados, tornados visíveis e incentivados". De todas as formas, o que se tem evidenciado é a necessidade de o educador tomar para si as atribuições que lhe cabem na medida de despertar as discussões sobre identidade, alteridade e a consciência de pertencimento nos educandos .

Então, de modo efetivo, o trabalho decolonial intenta conceber uma sociedade mais justa e equânime, buscando desconstruir a universalização dos saberes eurocentrados, na perspectiva de experienciar "soluções as questões relacionadas à colonialidade, ao racismo, ao patriarcado e ao capitalismo" (Lima & Frutuoso, 2018).

Para além disso, estudos evidenciam que muitos são os educadores desinteressados dominar os princípios da Lei 10.639/03 referentes ao ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira, assim como não obedecem nem buscam desenvolver atividades que suscitem o sentimento de pertença, demonstrando que este é um grande obstáculo para que os espaços escolares sejam concebidos como espaços de pertencimento para todos os cidadãos étnico-raciais.(Geledés,2023).

Partindo para o pressuposto dos métodos e procedimentos, neste trabalho, a ideia de reconhecer a partir do outro configura a possibilidade dos participantes (sujeitos) problematizarem as comunicações e transformações essenciais de sua comunidade.

1.3 O caminho

Nesse sentido, o estudo dedicou-se pela metodologia da pesquisa histórica do tempo presente (HTP) fundamentando-se na abordagem qualitativa (Minayo,2002;Delgado e Ferreira, 2014) .

Segundo Ferreira (2000) “a história do tempo presente constitui um lugar privilegiado para uma reflexão sobre as modalidades e os mecanismos de incorporação do social pelos indivíduos de uma mesma formação social”.

Mais que isso, a pesquisa histórica do tempo presente permite que nos empenhemos em estudos que possibilitem “desdobramentos memorísticos e de temas como identidade e comemorações”.Além disso, autoriza a participação ativa de “ sujeitos protagonistas ou testemunhos do passado que possam oferecer seus relatos e narrativas como fontes históricas a serem analisadas (Delgado e Ferreira, 2014) .

Em verdade, entendemos que a história do tempo presente traz contribuições inúmeras para as discussões levantadas nesse trabalho, uma vez que evidencia a luta dos negros para participar efetivamente da sociedade brasileira, dos séculos de escravidão onde essa parte da população teve direitos violados.

As contribuições da pesquisa histórica do tempo presente trazem ainda uma “pluridade de fontes que podem incorporar a instância da memória em

suas dimensões coletiva e individual.” Assim, elementos da história oral, da pesquisa descritiva, entrevistas, análise documental, questionários, relatos, entre outros podem ser utilizados para atingir esses objetivos (Ferreira, 2000; Minayo, 2002). Para além disso, a pesquisa histórica nos permite o olhar mais crítico e ativo para essa parte da população brasileira que ainda sofre as agruras e resquícios de uma escravização que perdurou por séculos.

Assim, para desenvolvimento deste trabalho, nos dedicamos à fonte documental, uma vez que os documentos também são elementos fundamentais de análise da história do tempo presente e concordamos com Oliveira (2007) ao nos dedicarmos a um tipo de pesquisa que “caracteriza-se pela busca de informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico, como relatórios, reportagens, de jornais, revistas, filmes, gravações, fotografias, entre outros”, ou que devam ser reanalisados, na busca de interpretações outras ou a complementação de informações.

Dessa forma,

Pode-se dizer que a pesquisa documental é aquela em que os dados obtidos são estritamente provenientes de documentos, com o objetivo de extrair informações neles contidas, a fim de compreender um fenômeno. O método utilizado para analisar os documentos chama-se **método de análise documental**. A pesquisa documental é um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos de variados tipos (Kripka; Bonoto; Scheller, 2015, p. 244). grifo nosso

[...] o pesquisador deve entender os documentos como meios de comunicação, pois foram elaborados com algum propósito e para uma finalidade, sendo inclusive destinado para que alguém tivesse acesso a eles. Assim, indica que é importante compreender quem o produziu, sua finalidade, para quem foi construído e a intencionalidade de sua elaboração. (Kripka; Bonoto; Scheller, 2015, p. 244).

Para além disso, como a escolha de um documento a ser analisado na pesquisa deve estar relacionado com o problema levantado a que se procura uma resposta e que esta não é aleatória, assim é a escolha dos participantes dessa pesquisa, os referidos estudantes da unidade escolar do município de Muritiba-Bahia.

Iniciamos a apreciação dos documentos, fazendo um roteiro de busca, uma vez que os estudantes foram cientes da pesquisa. Os estudantes convidados para a pesquisa foram os de 2º e 3º ano, pois entendemos que os

mesmos já teriam participado de atividades e eventos referentes às discussões etnico-raciais na unidade escolar, em momento pós-pandemia (COVID 19).

Para desenvolvimento da pesquisa, primeiramente fez-se o acompanhamento durante o ano de 2023 das produções estudantis a partir de alguns projetos desenvolvidos pela instituição, com os projetos promovidos pela Secretaria Estadual de Educação da Bahia. Os projetos acompanhados foram: Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana (mês de Julho); Feira de Ciências (mês de Setembro); Projetos Estruturantes (mês de Outubro) e a Consciência Negra (mês de Novembro).

Enquanto os projetos do Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e o da Consciência Negra tiveram temática voltados para autores e atividades específicos, os projetos Projetos Estruturantes e a Feira de Ciências tiveram temática livre. Fato esse, que se configurou como importantíssimo para a pesquisa, uma vez que a escolha de discussão etnico-racial partiu dos estudantes.

Assim, recepcionamos para análise documentos de 05 estudantes, documentos esses textuais, imagéticos ou ambos. As obras, em sua maioria não foram produzidas para o desenvolvimento desse texto dissertativo, uma vez que os mesmos participaram de alguns dos projetos desenvolvidos na unidade escolar, conforme a tabela abaixo:

TABELA 3: Produções Estudantis e seus respectivos Projetos

| Projeto | Produção estudantil |
|----------------------------|---------------------|
| FACE(Canção Estudantil) | 01 |
| AVE(Artes Visuais) | 02 |
| TAL(Artes Literárias) | 01 |
| FECIBA(Feira de Ciências) | 01 |

Entendemos que a perspectiva de discussão etnico-racial evidenciada nas produções sendo uma escolha exclusiva dos estudantes pudessem trazer reflexões si ne qua non para o fundamento dessa pesquisa. A escolha das técnicas de investigação dialogou com as intenções da pesquisa, especialmente

para problematizar uma compreensão qualitativa dos participantes e influências implícitas ao objeto.

Como procedimentos metodológicos da análise das informações, seguimos alguns princípios comumente adotados na pesquisa qualitativa, uma vez que tais procedimentos dialogam com mais intimidade para análise do nosso objeto que é produção estudantil onde buscamos responder o objetivo dessa dissertação. Pretendeu-se ainda a criação e desenvolvimento de uma caracterização dos estudantes para conhecermos a realidade local e apresentar as evidências a partir das questões levantadas no referido levantamento.

Para finalizar, a formatação da dissertação esteve pautada no formato multipaper, uma vez que buscamos desenrolar o objetivo dessa dissertação na forma de artigos, evidenciando a movimentação de ideias. Assim, em termos de estrutura os artigos foram chamados de atos pelo gosto artístico da autora com as peças teatrais e por entendermos que nesse formato multipaper as peças se encaixam e se entrelaçam para formar o todo dissertativo.

O primeiro artigo ou ATO 1, intitulado **“Historizando territórios e o Núcleo Territorial de Educação do Recôncavo Baiano”**, traz uma revisão integrativa de literatura sobre os territórios e uma análise documental, no sentido de situar o município de Muritiba histórica, educacional e culturalmente dentro do Recôncavo Baiano.

Com o ATO 2, **“Manifesta aí, negro, a tua identidade: anúncios estudantis em uma escola pública estadual de Muritiba, Bahia”**, a ideia é de análise documental no intuito de reconhecer as manifestações da identidade negra a partir do olhar estudantil da escola pública em questão.

No ATO 3, **“Educação e práxis pedagógica no tempo presente: reflexões para uma perspectiva decolonial”**, trazemos uma discussão referente a práxis pedagógica e a pesquisa histórica do tempo presente numa revisão de literatura na perspectiva de uma educação decolonial como caminho para fortalecimento dos corpos presente em instituições de ensino.

Os ATOS são precedidos por ENTRE ATOS, onde estão descritos, resumidamente objetivos, metodologia e fundamentação teórica. Por último, teremos uma seção com possíveis considerações e uma síntese dos ATOS.

1.4 Entre atos 1

HISTORICIZANDO TERRITÓRIOS E O NÚCLEO TERRITORIAL DE EDUCAÇÃO DO RECÔNCAVO BAIANO

No artigo refletimos sobre os conceitos de território, em especial, quando pretendemos extrapolar o termo como sendo apenas “área demarcada” e intentamos aproximá-lo de discussões referente à história, à identidade, à cultura e à educação de determinada comunidade. Tratando das possíveis relações entre educação e território, partimos do desejo de historicizar os Núcleos Territoriais de Educação da Bahia. Propositamos analisar os objetivos para os quais os Núcleos Territoriais foram criados e se os mesmos logram êxito no contexto educacional-identitário-social baiano. Para tal estudo, desenvolvemos uma pesquisa integrativa de literatura, com recorte entre 2016 e 2023, contextualizando o município de Muritiba no Núcleo Territorial do Recôncavo Baiano.

As considerações evidenciam que apesar haver êxito nos objetivos para os quais os núcleos foram criados, ainda há a necessidade de uma melhor consonância entre os municípios limítrofes do Núcleo Territorial do Recôncavo Baiano, além de discussões mais aprofundadas na temática descentralização.

2.0 HISTORICIZANDO TERRITÓRIOS E O NÚCLEO TERRITORIAL DE EDUCAÇÃO DO RECÔNCAVO BAHIANO

Duília De Jesus Lopes Melo

RESUMO

O presente trabalho ergue-se dando notoriedade as discussões sobre educação e questões relacionadas ao território com a intenção de analisar os objetivos para os quais foram criados os núcleos territoriais de educação, em especial no estado da Bahia, e se os mesmos logram algum êxito no contexto educacional-identitário-social baiano. Para responder tal intencionalidade desta pesquisa, foram construídas duas seções, sendo a primeira uma pesquisa integrativa da literatura e a segunda, uma pesquisa documental referente ao Núcleo Territorial de Educação do Recôncavo Baiano e o município de Muritiba. Como resultado, foi possível observar que a partir das discussões referentes aos Territórios de Identidade, outras secretarias seguiram na mesma diretriz e no caso da educação, foram criados os Núcleos Territoriais de Educação. Além disso, os Núcleos de Educação logram êxito na perspectiva da territorialização, entretanto as discussões referentes à descentralização demonstram que a temática ainda pode ser melhor conduzida. Além disso, observou-se nos panoramas educacionais e culturais que o município de Muritiba está inserido no contexto histórico do Recôncavo Baiano. Assim sendo, entendemos que a criação dos Núcleos Territoriais de Educação ainda precisa produzir uma interação maior de seus municípios, criando mecanismos para que os municípios que fazem parte do território do Recôncavo Baiano interajam entre si na perspectiva de fortalecimento desse território, onde apesar das diferenças existentes, uma efetiva aproximação cultural e educacional dos mesmos fortaleça a identidade territorial de todos os sujeitos que pertencem a este lugar.

Palavras-chave: Território – Identidade - Cultura - Núcleos Territoriais de Educação

2.1 Introdução

Os discursos relacionados à notoriedade da cultura e da identidade têm sido promovidos nos mais diversos campos do saber, especialmente quando relacionados às discussões sobre a educação e algumas questões sobre território. Assim, como território, inicialmente somos levados a concepção de lugar, de espaço e para “a configuração territorial é dada pelo conjunto formado pelos sistemas naturais existentes em um dado país ou área e pelos acréscimos

que os homens super impuseram a esses sistemas naturais” (Coelho, 2022 *apud* Santos, 1996). Mas, ao examinarmos tal enunciado, apreendemos que o conceito de território pode ser extrapolado de ser apenas “área demarcada”, atingindo outra profundidade pois, de alguma forma acaba se aproximando das relações sociais (Coelho, 2022).

Nessa perspectiva,

[...]o território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais influi (Coelho, 2022 *apud* Santos, 1996; Oliveira, 2003, p.174).

Assim, podemos considerar que não há território sem a mobilidade, ação humana desenvolvida entre semelhantes nesse espaço em comum e não apenas na concepção habitual que estabelece o território como uma compreensão do jogo de poder, político e econômico. (Coelho, 2022; Azevedo e Silva, 2019). Muitas são as noções atuais relacionadas a território e elas estão associadas aos vários campos do saber e se apresentam em muitas perspectivas, pois como nos diz Guimarães (2022):

Enquanto os geógrafos tende a enfatizar a materialidade do território, [...]a Ciência Política enfatiza suas construções a partir de relações de poder [...]ligadas à concepção de Estado); a Economia ,que prefere a noção de espaço a território, percebe-o muitas vezes como um fator locacional ou como uma das bases da produção ;a Antropologia destaca sua a dimensão simbólica ,[...]; a Sociologia o enfoca [...] nas relações sociais ,em sentido amplo, e a Psicologia ,finalmente , incorpora-o no debate sobre a construção da subjetividade.

Sendo assim, e diante do exposto acima, podemos dizer que a escola é um dos territórios da educação na perspectiva de ser entre outras coisas, o instrumento em que “hábitos, costumes e valores (cultura) de uma comunidade são transferidos de geração em geração” (Moreira e Silva, 2018). Entretanto, as manifestações culturais de muitas comunidades nem sempre estão evidenciadas nos ambientes (territórios) educacionais. Ambientes esses que, por serem onde se produzem e promovem o saber, deveriam tem em conta a importância dessas comunidades para o fortalecimento da identidade brasileira, principalmente, no ambiente escolar.

Diante do exposto, ao correlacionarmos território e educação, direcionando-os para as discussões relativas à comunidade, identidade e cultura deparamo-nos com os núcleos territoriais de educação que nada mais são do que uma tentativa de “reorganização do sistema educacional” (Guimarães, 2022). Assim, pesquisas e estudos demonstram cada dia mais a necessidade de valorização da história, da identidade, cultura e da educação das comunidades nos mais diversos territórios e como esses têm contribuído de forma significativa para toda a sociedade brasileira. Dito isto, a divulgação de reflexões existentes sobre os núcleos territoriais de educação, sugere uma meditação importante nas discussões de cultura e fortalecimento das identidades (Coelho, 2022; Azevedo & Silva, 2019; Silva et al., 2022).

Entretanto, ainda existe uma fragilidade referente às discussões da origem, consolidação e consonância com as prerrogativas para as quais os núcleos territoriais foram criados, consideramos que esse déficit é uma constante no contexto educacional e social com um todo (Azevedo & Silva, 2019; Guimarães, 2022). Portanto fica seguinte pergunta: como analisar se os objetivos para os quais foram criados os núcleos territoriais de educação no estado da Bahia foram alcançados e se os mesmos logram algum êxito no contexto educacional-identitário-social baiano?

Por isso, o objetivo desta produção foi realizar uma pesquisa integrativa da literatura que apresenta a história desta construção dos núcleos territoriais a fim de identificar quais foram os objetivos que promoveram a criação desses núcleos e seus possíveis resultados no contexto educacional-identitário-social baiano.

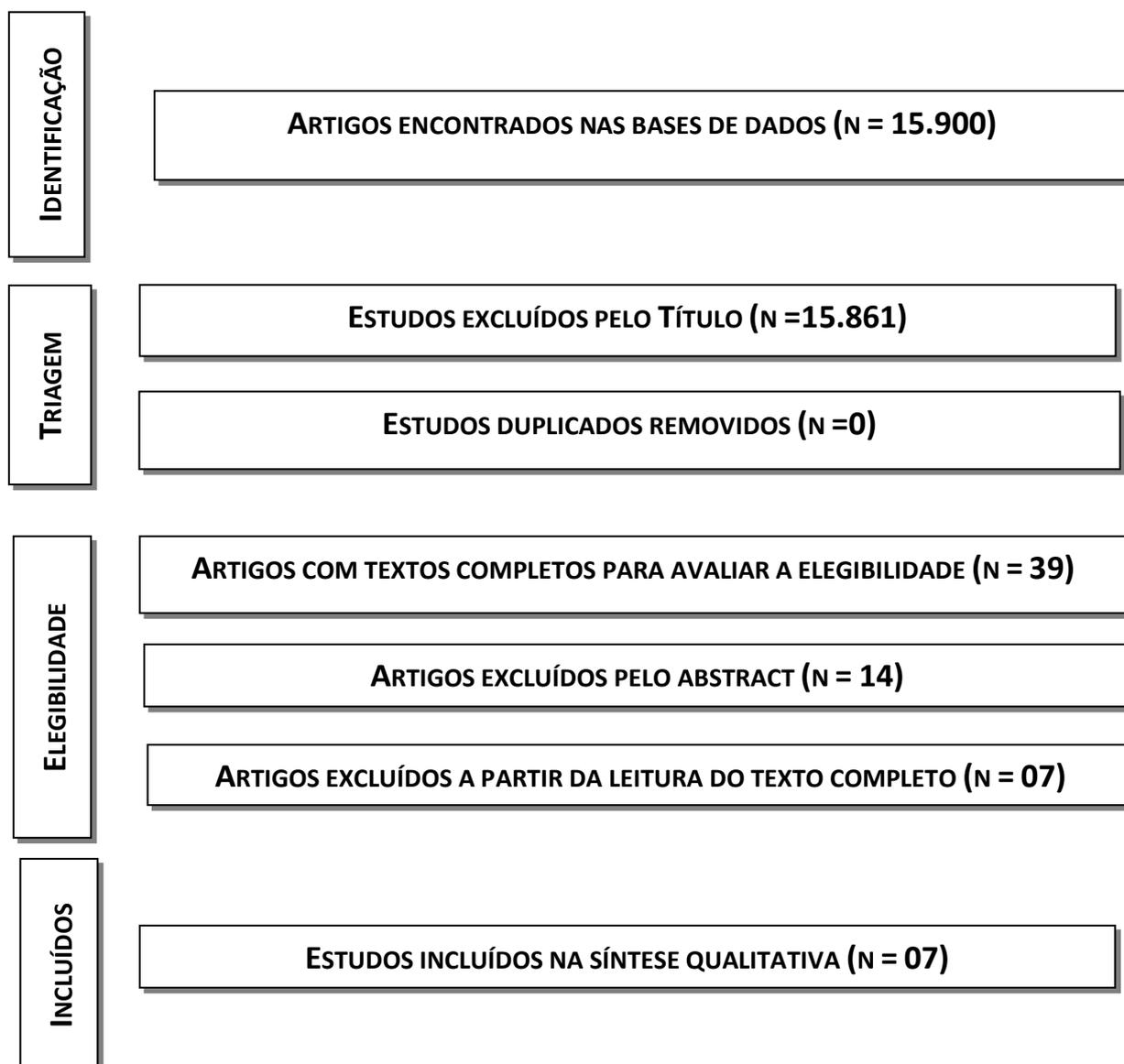
2.2 Caminho metodológico

Para construção desta produção, delimitamos a estruturação inicialmente pela (1) Formulação da pergunta; (2) Definição de critérios de inclusão e exclusão; (3) Estratégia de busca e localização dos estudos; (4) Seleção dos estudos; (5) Extração dos dados; (6) Avaliação da qualidade do estudo; (7) Análise e interpretação dos resultados; (8) Discussão e Considerações Finais.

Foi realizado um levantamento da literatura no período de julho de 2023, abrangendo dois grandes bancos de dados eletrônicos que contemplam extensa

literatura, a saber: SciELO, Lilacs, Scopus, Periódicos CAPES, Google Acadêmico e Banco de Dissertações e Teses da UFBA. Foi utilizada na busca dos trabalhos a combinação dos descritores: “Cultura” AND “Educação” AND “Identidade” AND “Núcleos Territoriais” e, em inglês, “Culture” AND “Education” AND “Identity” AND “Territorial Cores” em todas as bases de dados. Desse modo, foram selecionados 07 artigos sendo incluídos segundo os critérios de elegibilidade conforme a Figura 1. Os critérios de inclusão foram: artigos nos idiomas inglês, espanhol e português, nos últimos cinco anos, quais as origens dos núcleos territoriais de educação na Bahia. Foram ainda excluídos os capítulos de livro, resumos de eventos, relatos de caso, editoriais, revisões sistemáticas, meta-análises e artigos de opinião.

1.0 FLUXOGRAMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E INCLUSÃO DOS TRABALHOS



2.3 Repercussões territoriais

1.0 Demonstrativo dos artigos que formam a Revisão Integrativa.

| | | | |
|------------|---|-----|------|
| Nº 01 | | ANO | 2022 |
| PERIÓDICO | Revista Produção Acadêmica | | |
| TÍTULO | O conceito de Território nas pesquisas sobre o ensino de geografia. | | |
| AUTORES | Ioshua Costa Guedes | | |
| OBJETIVOS | <ul style="list-style-type: none"> • Discutir sobre a trajetória do conceito de território na ciência geográfica nos séculos XX e XXI; • Abordar sobre algumas concepções dessa categoria no Brasil, após a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB); • Abordar acerca do território como conceito no ensino de Geografia. | | |
| RESULTADOS | Verificou-se que há algumas pesquisas relacionadas ao ensino de território, mas que não associam diretamente à prática do professor, em sala de aula. | | |

| | | | |
|------------|---|-----|------|
| Nº 02 | | ANO | 2022 |
| PERIÓDICO | Revista Scientia | | |
| TÍTULO | O território de identidade no Recôncavo Baiano: análise de uma literatura produzida. | | |
| AUTORES | Mariana Amado Alvarez Coelho | | |
| OBJETIVOS | <ul style="list-style-type: none"> • Compreender aspectos conceituais, históricos, socioeconômicos e culturais que envolvem o referido território no estabelecimento das feiras livres. | | |
| RESULTADOS | As feiras livres tiveram papel representativo na formação de cidades no Recôncavo Baiano pelo seu processo de trocas econômicas e de sociabilidade; diante do contexto histórico, estas circunstâncias estabelecem uma relação entre a cultura do local e a prática da feira livre no âmbito do território do Recôncavo Baiano. | | |

| | | | |
|-------|--|-----|------|
| Nº 03 | | ANO | 2022 |
|-------|--|-----|------|

| | |
|------------|--|
| PERIÓDICO | Banco de teses e dissertações da Universidade Católica de Salvador. |
| TÍTULO | Ensino Médio com intermediação tecnológica (CEMIT): análise a partir das percepções dos participantes vinculados ao território de identidade do Velo Chico (BA). |
| AUTORES | Silvana de Oliveira Guimarães |
| OBJETIVOS | <ul style="list-style-type: none"> • Analisar o Programa Ensino Médio com Intermediação Tecnológica (EMITEC) a partir das percepções dos participantes, nas dimensões socioeducacional e territorial, tendo como recorte espacial os Centros Regionais de Ensino Médio com Intermediação Tecnológica (CEMIT) do território de identidade do Velho Chico/BA. |
| RESULTADOS | Foi possível constatar que o EMITEC se configura como efetiva estratégia sob o aspecto educacional, voltada para as comunidades rurais de difícil acesso, ampliando as oportunidades dos estudantes para concluírem a educação básica. |

| Nº 04 | ANO | 2019 |
|------------|---|------|
| PERIÓDICO | Revista Produção Acadêmica | |
| TÍTULO | A escola como território: relações de poder e políticas educacionais. | |
| AUTORES | André de Paula Silva Sandra de Castro Azevedo | |
| OBJETIVOS | <ul style="list-style-type: none"> • Analisar as instituições Escolares pelo viés do conceito de território • Entender como as políticas educacionais estão atuando na escola enquanto território | |
| RESULTADOS | As instituições escolares vêm sendo deixadas um pouco dos estudos territoriais, com poucos estudos sobre a temática. Surge a inquietação de estudar a escola como um território e suas relações de poder. | |

| | | | |
|------------|--|-----|------|
| Nº 05 | | ANO | 2018 |
| PERIÓDICO | Revista Colombiana de Geografia Cadernos de Geografia | | |
| TÍTULO | Território e lugar nas representações no Sertão da Ressaca, Bahia, Brasil | | |
| AUTORES | Geisa Flores Mendes | | |
| OBJETIVOS | <ul style="list-style-type: none"> • Buscar aproximações entre os conceitos de territórios, lugar, memória e representações. | | |
| RESULTADOS | <p>As representações estão intimamente associadas a símbolos e que a criação de símbolos não é arbitrária. A pluralidade é marcante nas representações do sertão e nesse sentido, o sertão é lugar e território e a identidade cultural dá sentido ao território intermunicipal. Partindo do pressuposto que a vivência e experiência produzem um sentido de lugar, concorda-se que existem identidades múltiplas e os sentidos do sertão são amalgama de experiências sociais variadas.</p> | | |

| | | | |
|------------|---|-----|------|
| Nº 06 | | ANO | 2017 |
| PERIÓDICO | Banco de dissertações UEFS | | |
| TÍTULO | Territórios de identidade e políticas públicas na Bahia: gênese, resultados, reflexões e desafios. | | |
| AUTORES | Wilson José Vasconcelos Dias | | |
| OBJETIVOS | <ul style="list-style-type: none"> • Este trabalho objetivou registrar o processo de constituição e consolidação dos 27 territórios de identidade no estado da Bahia, agregando os seus 417 municípios, no período de 2003 a 2016, assim como elencar e analisar os principais resultados na execução de políticas públicas setoriais que consideraram esses territórios como unidades de planejamento e implantação. | | |
| RESULTADOS | <p>O Território vivo planeja, estuda, sistematiza, avalia, cria, divulga, inclui e se renova. Também reclama e critica, mas se responsabiliza e gera laços de fraternidade. Na prática cotidiana de cada território mecanismos contextualizados da articulação e integração de atores no processo de desenvolvimento revelará ainda mais lições a aprender conforme a estrutura social, política e institucional na qual se firmam.</p> <p>Desse modo, avaliar a territorialização implica em apreender os sentidos que os sujeitos atribuem ao</p> | | |

| | |
|--|--|
| | processo que vivenciam, apontando as experiências que significam efetividade no desenvolvimento territorial e, assim se definem como práticas que transformam pessoas e lugares, vidas e espaços, povo e território. |
|--|--|

| | | | |
|------------|---|-----|------|
| Nº 07 | | ANO | 2016 |
| PERIÓDICO | Banco de dissertações e Teses da UFBA | | |
| TÍTULO | TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE NA BAHIA: Saúde, Educação, Cultura e Meio Ambiente frente à Dinâmica Territorial | | |
| AUTORES | Cintia Dantas Flores | | |
| OBJETIVOS | <ul style="list-style-type: none"> • Realizar uma análise do Programa Territórios de Identidade (PTI/BA) a partir das estruturas institucionais das Secretarias de Saúde, Educação, Cultura e Meio Ambiente. • Elaborar um histórico da Política, a fim de entender seus objetivos, e a partir daí analisar a operacionalização do PTI nessas Secretarias, traçando seus limites e perspectivas. | | |
| RESULTADOS | <p>Embora as ações não sejam totalmente isoladas, elas não são pensadas territorialmente, haja vista que a participação observada não se materializa em ações voltadas às demandas territoriais.</p> <p>As ações permanecem localistas, tendo como perspectiva a ideia de alcance, ou seja, a capacidade de irradiação de uma ação num município para seu entorno, mas o território, os seus conflitos e suas contradições não são levados em consideração, e isso, por si só, já demonstra que, na correlação de forças, na maioria dos territórios, a população é o elo mais fraco.</p> | | |

2.4 Discussão

O objetivo do presente texto foi realizar uma pesquisa integrativa de literatura a fim de compreender as origens dos Núcleos Territoriais de Educação da Bahia. As discussões associadas ao conceito de território têm permeado pelos mais variados usos e significados: tanto do pensamento geográfico propriamente dito quanto aos sentidos espaço de poder, aos pensamentos de identidade e até o uso metafórico do corpo. Porém, nesse estudo a atenção será para as perspectivas de território voltadas para identidade no espaço geográfico e na educação (Anjos, 2012).

Assim, nesta construção epistemológica, consideramos que seu progresso está totalmente associado ao sentimento de pertença dos sujeitos com o local, tal como com as conexões historicamente fixadas, pois como aponta (Guedes, 2022):

[...] “é interessante pensar o território como conceito que auxilie na análise contextualizada da realidade de onde possa se refletir sobre o lugar em que o sujeito se encontra, ou seja, buscar incorporar o cotidiano como uma dimensão imprescindível do território”.

Nessa ótica, o estado da Bahia partir de 2007, apresentou o sistema implantado sob a perspectiva territorial no plano das políticas públicas. Segundo Rocha (2023), “a Bahia ousou em territorializar sua gestão de governo, e se tornou o primeiro estado do Brasil a ter um esboço territorial[...]”. Para além disso, “esse modelo implementado teve como referência o de territórios rurais adotado, desde 2003, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) do Governo Federal. Este, por sua vez, resultou da demanda de movimentos sociais ligados à agricultura familiar e à reforma agrária” (Aparecida et al., 2019; Guimarães, 2022).

Segundo a Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN), a formação desses territórios rurais se deu inicialmente a partir de aproximações geográficas e com o movimento de outras instituições para participação nas discussões e implantação dos mesmos, as afinidades na identidade,

pertencimento e cultura também foram levadas em consideração, e para além disso, perspectivas urbanas começavam a ser levantadas (Bahia, 2003).

Entretanto, para evitar distinções entre o urbano e o rural, os territórios foram legitimados a partir da perspectiva da identidade, promovendo assim uma coesão social (Bahia,2003). Assim, o conceito de Território de Identidade (TI) levado em consideração para implantação dos mesmos no Estado da Bahia é que,

“o território é um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão social, cultural e territorial” (Seplan; Serpa,2015).

Logo podemos inferir que a educação faz um papel importantíssimo na construção e no fortalecimento dessas identidades, pois são nos espaços de escolarização e educação não formais que os sujeitos sociais pertencentes a estes territórios se veem representados nas manifestações culturais, artísticas e políticas, ou seja, a participação social e preservação dos espaços e das memórias se tornam práticas cotidianas.

Assim sendo, a configuração territorial da Bahia segue o delineamento abaixo:

27 territórios de identidade; 27 Colegiados Territoriais; até aqui, 4 Planos Plurianuais Participativos Territoriais, com vistas do quinto em 2023; 27 Serviços Territoriais da Agricultura Familiar (SETAF); 27 Núcleos Territoriais de Educação (NTE); um Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial (CEDETER); um Comitê de Acompanhamento do PPA (territorial) (CAPP); 1 Diretoria de Territorialização da Cultura; uma Coordenação Executiva de Desenvolvimento Territorial e Articulação de Consórcios (antes, DPT); 27 Agentes de Desenvolvimento Territorial ligados à SEPLAN; 27 Assistentes Territoriais, ligados à CAR; 27 Representantes Territoriais de Cultura, da SECULT. E uma Lei Estadual – 13.214/2014, que organiza o modelo, mas que ainda não foi regulamentada (Rocha,2023; Seplan).

Para o referido projeto estadual e no ideal para essa configuração descentralizadora, aspectos de importantes na identidade e cultura do território foram levados em conta e seguem destacados no quadro abaixo (Bahia,2015):

QUADRO 1- ASPECTOS DA IDENTIDADE E CULTURA

| | |
|-------------------------|---|
| Culturais | Costumes e valores, religiosidade, manifestações simbólicas, gastronomia, produção cultural, visão da sociedade sobre si mesma e outras formas de expressão da realidade local; |
| Geoambientais | Características geográficas e ambientais, como topografia, hidrografia, clima, fauna, flora, solo, ecossistemas, preservação dos recursos naturais, defesa do princípio da sustentabilidade; |
| Político-institucionais | Capacidade de formação de capital social (capacidade de negociação e cooperação da comunidade em prol de objetivos coletivos), sua institucionalização em organizações sociais e outras formas, grau de articulação política das forças sociais no território; |
| Econômicos | Base produtiva, especialização econômica, conformação dos mercados e fluxos comerciais, produção e distribuição de renda, infraestrutura voltada à produção e às atividades econômicas, capacidade de transporte e comunicações, capacidade de articulação dos recursos locais para gerar oportunidades de trabalho e renda, etc. |

Fonte: Secretaria Do Planejamento – Diretoria De Planejamento Territorial

Assim, deu-se a criação do Programa de Territórios de Identidade em agosto de 2010 a partir do Decreto nº10.531, onde considera que,

Território de Identidade o agrupamento identitário municipal formado de acordo com critérios sociais, culturais, econômicos e geográficos, e reconhecido pela sua população como o espaço historicamente construído ao qual pertence, com identidade que amplia as possibilidades de coesão social e territorial (Guimarães, 2022) *apud* BAHIA, 2010).

Isto posto, a implantação dos TI se dá com a criação e a configuração de 26 Territórios de Identidade formados a partir do grupamento de municípios que posteriormente, terão a mesma demarcação para a educação, cultura e saúde, por exemplo.

FIGURA 9 - TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE DA BAHIA

Fonte: sei.ba.gov.br (acesso em 23 de Outubro de 2023)

Nessa perspectiva, para os mesmos 26 Territórios de Identidade, teremos 27 Núcleos Territoriais de Educação, incluindo a região metropolitana de Salvador onde se seguem com os mesmos princípios dos TI, isto é, a educação, os princípios devem estar alinhados com a perspectiva de identidade, cultura, pertencimento e práticas culturais de cada território.

É válido salientar que, essa tentativa de descentralização na educação da Bahia se dá desde o ano de 1997, com a criação das Diretorias Regionais de Educação (DIREC's) sob o decreto 6.212/1997 e com a definição de 32 diretorias em todo estado. Posteriormente, é que foram criados os Núcleos Regionais de Educação (NRE), em dezembro de 2014, a partir do Decreto nº15.806/14, já definidos pelos parâmetros de implantação dos Territórios de Identidade. Posteriormente, houve apenas a redefinição da nomenclatura para Núcleos Territoriais de Educação (NTE) em 01 de fevereiro de 2017 sob Decreto nº17.377(Bahia,2017).

QUADRO 2: NÚCLEOS TERRITORIAIS DE EDUCAÇÃO COM OS SEUS RESPECTIVOS MUNICÍPIOS

| Territórios | Municípios |
|--------------------------------|---|
| Irecê | América Dourada, Barra do Mendes, Barro Alto, Cafarnaum, Canarana, Central, Gentio do Ouro, Ibipeba, Ibititá, Ipupiara, Irecê, Itaguaçu da Bahia, João Dourado, Jussara, Lapão, Mulungu do Morro, Presidente Dutra, Uibaí, São Gabriel, Xique-Xique. |
| Velho Chico | Barra, Bom Jesus da Lapa, Brotas de Macaúbas, Carinhanha, Feira da Mata, Ibotirama, Igaporã, Malhada, Matina, Morpará, Muquém do São Francisco, Oliveira dos Brejinhos, Paratinga, Riacho de Santana, Serra do Ramalho, Sítio do Mato. |
| Chapada Diamantina | Abaíra, Andaraí, Barra da Estiva, Boninal, Bonito, Ibicoara, Ibitiara, Iramaia, Iraquara, Itaetê, Jussiape, Lençóis, Marcionílio Souza, Morro do Chapéu, Mucugê, Nova Redenção, Novo Horizonte, Palmeiras, Piatã, Rio de Contas, Seabra, Souto Soares, Utinga, Wagner. |
| Sisal | Araci, Barrocas, Biritinga, Candeal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santaluz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano, Valente. |
| Litoral Sul | Almadina, Arataca, Aurelino Leal, Barro Preto, Buerarema, Camacan, Canavieiras, Coaraci, Floresta Azul, Ibicaraí, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Itaju do Colônia, Itajuípe, Itapé, Itapitanga, Jussari, Maraú, Mascote, Pau-Brasil, Santa Luzia, São José da Vitória, Ubaitaba, Uma, Uruçuca. |
| Baixo Sul | Aratuípe, Cairu, Camamu, Gandu, Ibirapitanga, Igrapiúna, Ituberá, Jaguaripe, Nilo Peçanha, Piraí do Norte, Presidente Tancredo Neves, Taperoá, Teolândia, Valença, Wenceslau Guimarães. |
| Extremo Sul | Alcobaça, Caravelas, Ibirapoã, Itamaraju, Itanhém, Jucuruçu, Lajedão, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa, Prado, Teixeira de Freitas, Vereda. |
| Médio Sudoeste da Bahia | Caatiba, Firmino Alves, Ibicuí, Iguai, Itambé, Itapetinga, Itarantim, Itororó, Macarani, Maiquinique, Nova Canaã, Potiraguá, Santa Cruz da Vitória. |

| | |
|---------------------------------------|---|
| Vale do Jiquiriçá | Amargosa, Brejões, Cravolândia, Elísio Medrado, Irajuba, Itaquara, Itiruçu, Jaguaquara, Jiquiriçá, Lafayette Coutinho, Laje, Lajedo do Tabocal, Maracás, Milagres, Mutuípe, Nova Itarana, Planaltino, Santa Inês, São Miguel das Matas, Ubaíra. |
| Sertão do São Francisco | Campo Alegre de Lourdes, Canudos, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Pilão Arcado, Remanso, Sento Sé, Sobradinho, Uauá. |
| Bacia do Rio Grande | Angical, Baianópolis, Barreiras, Buritirama, Catolandia, Cotegipe, Cristópolis, Formosa Do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Mansidão, Riachão Das Neves, Santa Rita De Cássia, São Desiderio, Wanderley. |
| Bacia do Paramirim | Boquira, Botuporã, Caturama, Érico Cardoso, Ibipitanga, Macaúbas, Paramirim, Rio do Pires. |
| Sertão Produtivo | Brumado, Caculé, Caetité, Candiba, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Guanambi, Ibiassucê, Ituaçu, Iuiu, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora, Malhada de Pedras, Palmas de Monte Alto, Pindaí, Rio do Antônio, Sebastião Laranjeiras, Tanhaçu, Tanque Novo, Urandi. |
| Piemonte do Paraguaçu | Boa Vista do Tupim, Iaçú, Ibiquera, Itaberaba, Itaim, Lajedinho, Macajuba, Mundo Novo, Piritiba, Rafael Jambeiro, Ruy Barbosa, Santa Terezinha, Tapiramutá. |
| Bacia do Jacuípe | Baixa Grande, Capela do Alto Alegre, Capim Grosso, Gavião, Ipirá, Mairi, Nova Fátima, Pé de Serra, Pintadas, Quixabeira, Riachão do Jacuípe, São José do Jacuípe, Serra Preta, Várzea da Roça, Várzea do Poço. |
| Piemonte da Diamantina | Caém, Jacobina, Miguel Calmon, Mirangaba, Ouroândia, Saúde, Serrolândia, Umburanas, Várzea Nova. |
| Semiárido Nordeste II | Ajustina, Antas, Banzaê, Cícero Dantas, Cipó, Coronel João Sá Euclides da Cunha, Fátima, Heliópolis, Jeremoabo, Nova Soure, Novo Triunfo, Paripiranga, Pedro Alexandre, Ribeira do Amparo, Ribeira do Pombal, Santa Brígida, Sítio do Quinto. |
| Litoral Norte e Agreste Baiano | Acajutiba, Alagoinhas, Aporá, Araçás, Aramari, Cardeal da Silva, Catu, - Conde, Crisópolis, Entre Rios, Esplanada, Inhambupe, Itanagra, Itapicuru, Jandaíra, Olindina, Ouriçangas, Pedrão, Rio Real, Sátiro Dias. |
| Portal do Sertão | Água Fria, Amélia Rodrigues, Anguera, Antônio Cardoso, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Feira de Santana, Ipecaetá, Irará, Santa Bárbara, Santanópolis, Santo Estêvão, São Gonçalo dos Campos, Tanquinho, Teodoro Sampaio, Terra Nova. |

| | |
|------------------------------------|---|
| Sudoeste Baiano | Anagé, Aracatu, Barra do Choça, Belo Campo, Bom Jesus da Serra, Caetanos, Cândido Sales, Caraíbas, Condeúba, Cordeiros, Encruzilhada, Guajeru, Jacaraci, Licínio de Almeida, Maetinga, Mirante, Mortugaba, Piripá, Planalto, Poções, Presidente Jânio Quadros, Ribeirão do Largo, Tremedal, Vitória da Conquista. |
| Recôncavo | Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Salinas da Margarida, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Félix, Sapeaçu, Saubara, Varzedo. |
| Médio Rio de Contas | Aiquara, Apuarema, Barra do Rocha, Boa Nova, Dário Meira, Gongogi Ibirataia, Ipiaú, Itagi, Itagibá, Itamari, Jequié, Jitaúna, Manoel Vitorino, Nova Ibiá, Ubatã. |
| Bacia do Rio Corrente | Brejolandia, Canápolis, Cocos, Coribe, Correntina, Jaborandi, Santa Maria da Vitória, Santana, São Felix Do Coribe, Serra Dourada, Tabocas do Brejo Velho. |
| Itaparica | Abaré, Chorrochó, Glória, Macururé, Paulo Afonso, Rodelas. |
| Piemonte Norte do Itapicuru | Andorinha, Antônio Gonçalves, Caldeirão Grande, Campo Formoso, Filadélfia, Jaguarari, Pindobaçu, Ponto Novo, Senhor do Bonfim. |
| Metropolitano de Salvador | Camaçari, Candeias, Dias D'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Mata de São João, Pojuca, Salvador, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Simões Filho, Vera Cruz. |
| Costa do Descobrimento | Belmonte, Eunápolis, Guaratinga, Itabela, Itagimirim, Itapebi, Porto Seguro, Santa Cruz Cabrália. |

Fonte: SEPLAN

Desse modo, podemos perceber que o delineamento geográfico dessa normativa através dos territórios de identidade e educação, aqui levantados, está muito bem constituído levando em conta que o estado da Bahia possui 417 municípios e que a proposta é um expediente para um possível afastamento dos grandes centros, na perspectiva de tomada de decisões políticas (Flores, 2016; Rocha, 2023).

Figura 10 -

NÚCLEOS TERRITORIAIS DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA



E mais, esse expediente é uma lógica que parece modelada na /para a eficácia e eficiência que precisa ser amadurecida para uma tomada de decisões desses pequenos coletivos que constituem cada território em particular. Mas em que medida essas decisões estão sendo tomadas para um real fortalecimento desses territórios? (Rocha, 2023)

Não obstante a esta pergunta, Ângelo Serpa em seu livro “Territórios da Bahia: regionalização, cultura e identidade”, traz dados levantados através de entrevistas feitas nos municípios de cinco territórios (a saber, Sisal, Recôncavo, Metropolitano de Salvador, Vitória da Conquista, Portal do Sertão) e os resultados demonstram que apesar dos empreendimentos do Estado da Bahia em propor mudanças, muitos hábitos e práticas ainda precisam ser amadurecidos na prática (Serpa,2015).

E mais, as entrevistas demonstram que a lei existe e está posta, entretanto, as pessoas que comungam nesses espaços territoriais não foram ou não se sentem habilitadas pelo estado para fazer com que todos se sintam efetivamente social e politicamente inseridos nesse contexto territorial (Serpa,2015). Esse sentimento de não pertencimento, no contexto territorial se dá, talvez, pelo fato de que a divisão geográfica existente a partir dos Territórios de Identidade (e por isso também, o de Educação) não esteja na perspectiva de divisão geográfica existente no momento que existiam as DIREC´s, uma vez que nas DIRECS configuravam-se 32 diretoriais e agora na concepção de território tenhamos 27, apenas.

Corroborando com Serpa e Flores, Rocha (2023), em seu texto “Por que território” reitera que apesar da criação dos territórios no ideal de uma organização política pautada nessa perspectiva de desenvolvimento territorial, ainda pode estar faltando direção e conexão.

Assim, entendemos que não obstante o ideal territorial posto em “prática” pelo estado da Bahia, talvez uma consolidação numa ordem “simbólica-cultural, material, política, conceitual e econômica” seja necessária numa perspectiva de fortalecimento e participação para que se revelem resultados baseados no empoderamento da sociedade local (Rocha ,2023).

3.0 NÚCLEO TERRITORIAL DO RECÔNCAVO BAIANO: PERSPECTIVAS E DESAFIOS EDUCACIONAIS E CULTURAIS

Nessa seção passamos a situar historicamente o Núcleo Territorial de Educação do Recôncavo Baiano, os municípios que o compõem e mais especificamente, Muritiba, nosso lugar de pesquisa. Falar sobre o Recôncavo, é falar da história da Bahia e do Brasil. A região está no cerne histórico do país desde a chegada dos portugueses, a criação das capitânicas hereditárias e com o tráfico negreiro, posteriormente.

O termo “recôncavo”, foi utilizado para demonstrar a forma “côncava” da região em relação a baía de todos os santos e constitui-se como uma das regiões mais importantes da Bahia, com cidades que se destacaram e se destacam de maneira muito forte tanto na economia quanto na cultura baiana, especialmente porque muitas cidades dessa região receberam milhares de negros escravizados de África para as mais variadas formas de trabalho desde o Brasil colônia. Diante dessa presença tão marcante, é fato que a influência intelecto-político-econômico-sociocultural- negra seja tão preponderante.

Quando falamos de educação, nessa perspectiva de território, percebemos que tudo está inserido em um grande bloco, composto pela cultura e a diversidade dos 19 municípios que compõem o Recôncavo Baiano.

3.1 - O caminho metodológico

Os procedimentos metodológicos estabelecidos para implantação da presente proposta é a análise documental na busca de um melhor aproveitamento dos aspectos históricos observados nos lugares selecionados para a pesquisa; análise de imagens produzidas e veiculadas em publicações oficiais do Governo da Bahia acerca do Núcleo Territorial de Educação do Recôncavo Baiano buscando extrair dos discursos como foi tematizado este espaço, desde o momento de sua criação.

A pesquisa e análise documental que possibilitam esse trabalho, conta ainda com a pesquisa e análise da obra “Territórios da Bahia: regionalização,

cultura e identidade”, que conta com Ângelo Serpa na organização da obra, uma vez que a referida historiciza de maneira profunda a temática desse trabalho, o Recôncavo Baiano, e mais que isto, a obra apresenta pontos de cultura e as diversas intersecções de uma rede que articula as políticas de desenvolvimento territorial na perspectiva das culturas e das identidades no Recôncavo, no Portal do Sertão, além da região metropolitana.

Dar importância a diversidade de fontes utilizadas, partindo do princípio de que as fontes orais e escritas são permeadas por uma sequência de processos histórico-socio-culturais e que, dessa forma, se organizam e se manifestam numa perspectiva de múltiplas linguagens, tal metodologia possibilita a compreensão dos sentidos e que se expressa nos discursos demonstra-se indispensável. Assim, a partir desta perspectiva, encontramos nos pressupostos da análise documental elementos fundamentais para uma melhor compreensão do nosso objeto.

3.2 Entendendo um pouco o contexto

Em seu texto intitulado “Essa terra chamada Recôncavo”, Nassif (2010) abordando questões geográficas e dos desafios do recôncavo trouxe as novas perspectivas sobre a configuração regional desse espaço, que a partir do IBGE de 1989 já começava com definições outras para novas definições “cartográficas”. Assim, a partir dessas novas perspectivas (proximidade com Salvador, extração de petróleo e criação de Polo Petroquímico, por exemplo), diferenciou-se Mesorregião Metropolitana de Salvador e a região denominada velho Recôncavo Baiano. Como exemplo dessas mudanças e a partir de uma “possível” audiência pública, o município de São Francisco do Conde deixou de fazer parte do Recôncavo em 2014, passando a pertencer a Região Metropolitana de Salvador.

Assim, como nos desperta Santos (2005):

Na democracia de mercado, o território é o suporte de redes que transportam regras e normas utilitárias, parciais, parcializadas, egoístas (do ponto de vista dos atores hegemônicos), as verticalidades, enquanto as horizontalidades hoje enfraquecidas são obrigadas, com suas forças limitadas, a levar em conta a totalidade dos atores.

Segundo Serpa (2015):

A identidade cultural deve servir como paradigma para definição dos limites de uma região, faz-se necessário compreender os códigos de representação dos grupos sociais que ali vivem. [...]baseiam-se na cultura local vivida, que se serve das identidades culturais para encaminhar as aspirações desses grupos/atores.

Dessa forma, se faz necessário lembrar que entre os habitantes do referido município deve haver um sentimento de pertencimento, assim como o reconhecimento das histórias em comum além dos registros de hábitos e tradições. Afinal, se reconhecer enquanto território e lutar por ele, emerge como denúncia das violências históricas da sociedade brasileira praticadas com os diversos territórios ocupados pelos corpos negros, quilombolas e do campo, bem como atua no combate, pois um dos caminhos ainda te sido o silenciamento e o apagamento das memórias que constituem esses sujeitos. Então, o que vemos nessas e outras circunstâncias e que tudo isso lhes é tirado sem consentimento.

Assim, partindo desse pressuposto discursivo sobre identidade e alteridade, partimos para conhecer nosso lugar de pesquisa, o município de Muritiba.

Figura 11- Feira livre- Mercado de Muritiba, 1957



Fonte: IBGE

Na história de Muritiba e seus atravessamentos destacamos que:

Exploradores portugueses e jesuítas, que em 1559 atingiram as regiões de Cachoeira e São Félix, escalando a Serra que margeia o Paraguaçu, alcançaram o planalto e fundaram uma povoação, iniciando-se com a construção de dois templos e conventos, cujas ruínas ainda existem nas Fazendas São Pedro Velho e Fumal, nas proximidades da cidade de Muritiba. Tendo sido o Arraial de Cachoeira inaugurado por ordem de D. Antônio Barreiras, em 1575, o escritor Muritibano Anfilóbio de Castro, em seu livro História e Estrelas de Muritiba, opina que esta povoação tenha sido contemporânea da Cidade Heroíca. Um dos estabelecimentos religiosos acima aludidos teria sido uma Casa de Misericórdia, o que se conclui pelo nome dado à estrada que vai de São Félix àquele local conhecido como Ladeira da Misericórdia. Quanto ao destino dessas instituições, correm duas versões a respeito: a primeira é a de que as construções não tenham chegado ao fim, e a segunda a de que foram concluídas, sendo arrasadas em 1624 pela sanha destruidora dos invasores holandeses. Em 1640, inaugurou-se o novo templo dedicado a São Pedro, no local em que hoje se encontra a atual Igreja Matriz de Muritiba.

[...]A colonização das terras fertilíssimas e mais produtores de cana-de-açúcar, foi se estendendo, mais notadamente nas margens dos rios navegáveis como o Paraguaçu, por exemplo, onde se situavam as terras da antiga Capitania de Antônio Dias Adorno, onde abriam estradas e onde surgiram as povoações de Cachoeira, do seu lado Ocidental, São Félix, e subindo um pouco mais, Muritiba, que nasceu sob a invocação de São Pedro Velho do Monte da Muritiba, cuja freguesia foi criada em 1705 por Sebastião Monteiro de Vide, 5º Arcebispo da Bahia e Primaz do Brasil(IBGE).

No que compreende a formação histórica de Muritiba podemos apontar conforme o IBGE que:

Em 1889, por decreto assinado pelo Governador do Estado da Bahia, Dr. Manoel Vitorino, São Félix foi desmembrado do Município de Cachoeira, figurando Muritiba como Distrito de São Félix.

A Lei nº 1349, de 08 de agosto de 1919, elevou Muritiba à categoria de Vila e município, como território desmembrado do de São Félix. A sua instalação ocorreu a 1º de janeiro de 1920.

Em 1922, a Lei estadual nº 1568, de 03 de agosto daquele ano, elevou Muritiba à categoria de Cidade e Termo.

Na Divisão Administrativa do Brasil referente a 1933, Muritiba figura com três Distritos: Muritiba, São José do Aporá e Cabeças, este criado pela Lei Provincial nº 2149, de 14 de maio de 1881.

Nas divisões territoriais datadas de 31 de dezembro de 1936 e 1937, como também no quadro anexo ao Decreto Lei Estadual de nº 10724, de 30 de março de 1938, o município de Muritiba subdivide-se em 04 Distritos: Muritiba, São José do Aporá (hoje Itaporan), Cabeças (hoje emancipado, com a denominação de Governador Mangabeira) e Santo Antônio do Jordão (hoje Geolândia). A situação permaneceu inalterada até que a Lei nº 628, de 30 de dezembro de 1953, criou mais um

Distrito, o de Cabaceiras do Paraguaçu, onde, em 14 de março de 1847.

Em 1962, se deu o desmembramento de Governador Mangabeira e em 1989, o desmembramento de Cabaceiras do Paraguaçu, ficando atualmente com 02 Distritos: Muritiba e São José do Itaporan.

Fonte: IBGE

Figura 12- Festa do dia da emancipação



Fonte: IBGE

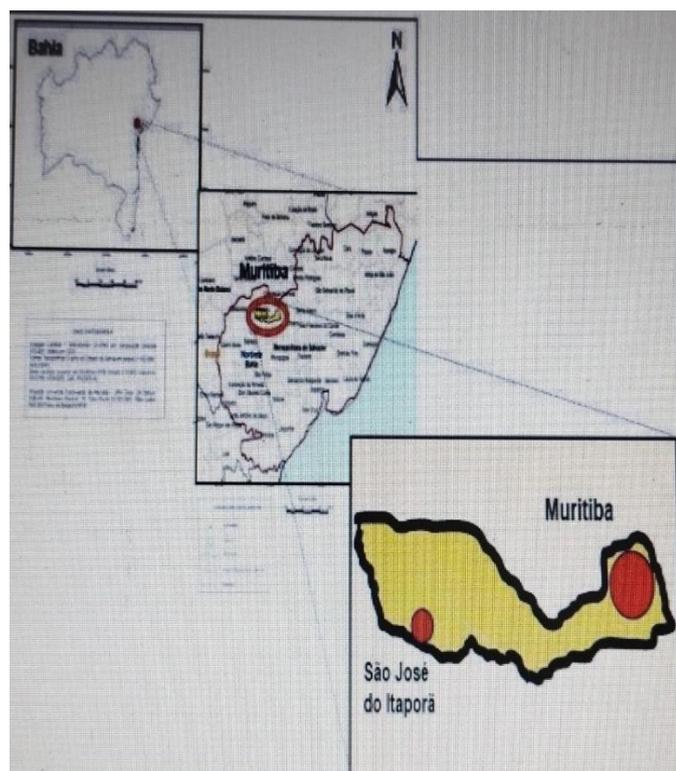
Segundo dados do IBGE de 2022, o município possui uma área territorial com cerca de 564.760.429 km quadrados e uma média de 28.700 habitantes e faz divisa com os municípios de Mangabeira, Cachoeira, Cabaceiras do Paraguaçu (conforme a figura 1), entretanto, por conta da zona rural extensa, chega nas imediações de Cruz das Almas com o Distrito Rural de São José do Itaporã (figura 2).

Figura 13- Mapa de Muritiba e cidade circunvizinhas



Fonte:Junior,2017

Figura 14 - Mapa de Muritiba e o Distrito de São José do Itaporã



Fonte: Infosanas

Na questão administrativa, Muritiba passou por vários processos até se constituir o município configurado até o presente momento, como podemos ver no quadro abaixo:

QUADRO 3

| | |
|-----------|---|
| 1889 | O governador Dr. Vitorino, assina o decreto de desmembramento de São Feliz de Cachoeira, permitindo que Muritiba passe a ser distrito de São Félix. Alguns documentos já datam Muritiba como povoado desde 1571. |
| 1919 | A Lei 1.349 promove Muritiba à categoria de Vila e município , sendo agora território desmembrado de São Felix. |
| 1922 | Promove Muritiba à categoria de Cidade Termo . |
| 1933 | Administrativamente, Muritiba agora representado em três distritos: Muritiba, São José do Itaporá e Cabeças. |
| 1936/1937 | As divisões territoriais e o Decreto Lei Estadual nº10.724, subdividem Muritiba em quatro distritos: Muritiba, São José do Itaporá (atualmente, Itaporã), Cabeças (hoje Governador Mangabeira, já emancipado) e Santo Antônio do Jordão (atualmente, Geolândia). Posteriormente, criou-se ainda o Distrito de Cabaceiras do Paraguaçu. |
| 1962 | Deu-se o desmembramento de Governador Mangabeira. |
| 1989 | Deu-se o desmembramento de Cabaceiras do Paraguaçu e hoje o território é demarcado apenas por Muritiba e o Distrito de São José do Itaporã. |

Fonte. IBGE. Elaboração- Duília de Jesus Lopes Melo (2023)

Segundo dados do IBGE (2017), a economia do município é, majoritariamente agropecuária. Muritiba possui uma área de 3713 hectares plantados e 1934 estabelecimentos cadastrados para o plantio e manutenção dessa cultura que é em parte permanente e outra temporária. Na cultura permanente temos o plantio mais intensificado de laranja, banana e limão (que é o maior destaque entre todos os elementos, permitindo até a instalação de uma cooperativa de beneficiamento do produto, no distrito de São José do Itaporã,

onde se concentram as maiores áreas de plantio). O cultivo temporário é composto por abóbora, amendoim, feijão, mandioca, milho e fumo.

A pecuária Muritibana possui um forte avanço tecnológico para o manejo de galináceos, maior concentração também no distrito de São José do Itaporã. Para além dos frangos, os números relativos aos rebanhos de suínos, ovinos e equinos também são bem expressivos. Tais dados contribuem para a comprovação que a geração de renda do município de Muritiba é em sua maior parte agropecuária, possibilitando uma renda salarial próxima dos dois salários mínimos.

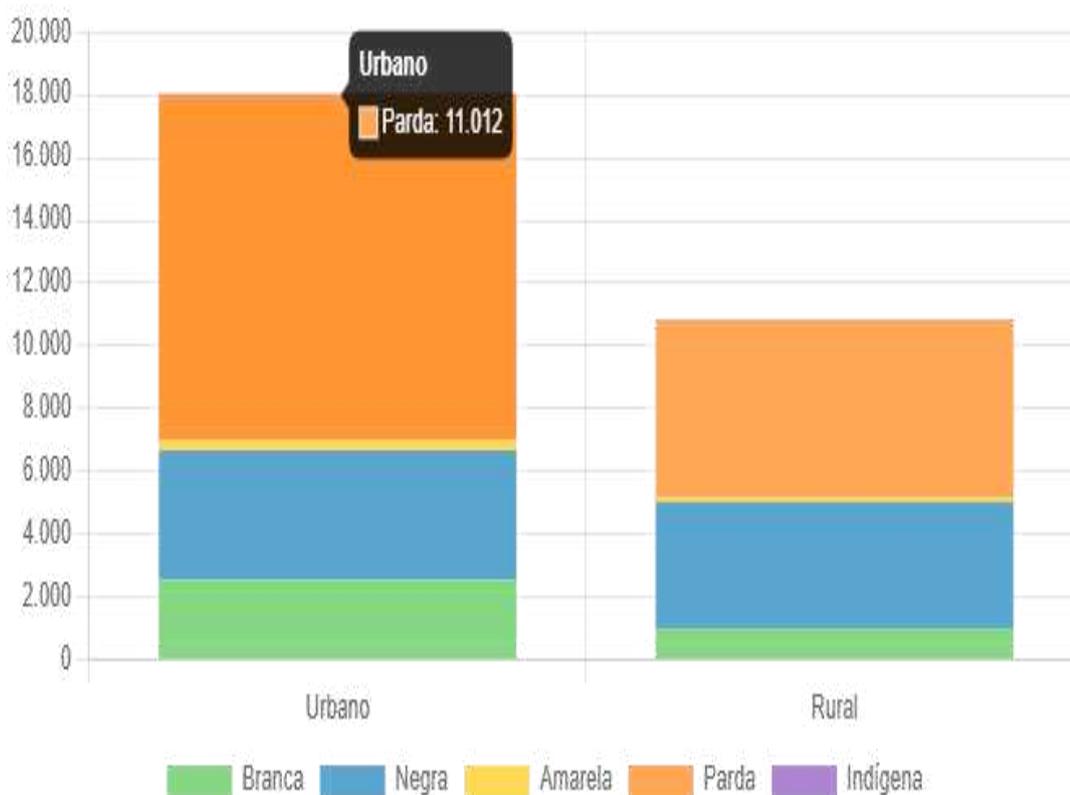
3.3 A identidade étnico-racial

O município apresenta em seu perfil social dos habitantes a autodeclaração de identidade étnico-racial, as seguintes categorias: parda, negra, branca e amarela (aqui, expomos as categorias por ordem de maior autodeclaração) e estão correspondentes a partir das definições de raça/cor do IBGE. Levantamentos feitos pelo Infosbas que é uma ferramenta colaborativa onde se trabalha com informações contextualizadas sobre saneamento e outros dados no Brasil, bem como relacionam a autodeclaração étnico-racial com a região onde moram, se urbana ou rural. Na comunidade gestora participam UFMG, FUNASA, EITA.

Apontamos que não foram encontrados registros de população indígena, logo os dados evidenciam a presença mais que expressiva dos corpos pardos e negros, tanto na região urbana, quanto a rural, reflexo do período de escravista no Brasil e pelo contexto do Recôncavo Baiano que recebeu tantos escravos para os trabalhos nos engenhos (Santos De Souza, 2009).

Assim, se destaca a importância de estudos sobre as territorialidades da Bahia, fazendo uma análise a partir das identidades que se expressam nos territórios de educação e em seu cotidiano por meio de inúmeros marcadores sociais, culturais e estéticos.

Figura 15 - AUTODECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL POR REGIÃO



Fonte: infosanbas.org.br/municípios/muritiba

A autodeclaração denota elementos que compõe a identidade de um povo, de uma comunidade em que se tratando das cidades da Bahia, as experiências históricas se encontram na cultura que é passada através das gerações, onde o conceito de raça primeiramente foi considerado biológico, elementos que ainda confundem muitos sujeitos sociais no processo de autodeclaração, daí a importância de se entender dentro de seu território, conhecer sua história e por quais caminhos ela foi construída, pois atualmente o conceito de raça ocupa um lugar político em destaque para a população negra.

Desse modo, é necessário demarcar a importância da identidade, pois como nos diz (Frutuoso,2020, p.22)

É fácil perceber que a noção de raça e racismo foi algo construído ao longo da história, e que foi se aprofundando no imaginário das pessoas envolvidas, e, posteriormente, para além dos colonizadores e colonizados.

Sobre isso é importante ressaltar que a presença negra na região rural está manifestada pela existência da Comunidade Quilombola da Baixa, certificada pela Fundação Palmares desde 2016 e pela Comunidade de Baixa Pequena, que está em processo para tal certificação.

3.4 A cultura

A cidade de Muritiba, desde a colonização tem a presença do povo negro muito marcante. Sua presença está inserida nas atividades culturais da cidade, especialmente com grupos de capoeira como o KLR, Semente do meu mestre, Berimbau Maneiro e Arco Iris, grupos folclóricos como “Samba de Roda Filhos do Paraguai”, “Segura Véia”, grupo vocal Tangerina.

A cidade conta ainda com algumas outras manifestações culturais ou cerimônias festivas. A mais tradicional é centenária Festa do Senhor do Bonfim, que acontece anualmente no mês de janeiro, com duração de dez dias e diversas apresentações do catolicismo. No período do carnaval o grupo “As muquiranas”, homens vestidos de mulher, saem pelas ruas desfilando e dançando.

O período Junino é bem esperado pela população pela própria animação que o período traz e apesar de não haver investimento em bandas de destaque, a cidade está sempre ornamentada no período e a diversão fica por conta da população que festeja São João. A festa de São Pedro é outro período de grande alegria e confraternização popular. No distrito do São José do Itaporã há a temida e arrojada guerra de espadas, que acontece em algumas ruas, ressaltando que esta prática foi proibida devido ao grande número de pessoas que são atingidas.

A comunidade da Baixa Grande desenvolve ainda a festa de Santo Antônio, padroeiro de devoção da comunidade, que se inicia no culto doméstico com as trezenas para então se dirigir a igreja em procissão e festejar coletivamente, conforme os diversos ritos litúrgicos de origem católica. Sobre esta festa, Nascimento (2021) nos diz que;

O culto ao santo na comunidade é ato de fé herdado historicamente, advindo do processo de colonização nas sociedades escravagistas onde as famílias coloniais tinham Santo Antônio como protetor, e para

além dos altares das Igrejas em que o santo é padroeiro, nas casas da comunidade ele também é venerado. (Nascimento,2021).

Em 2023, a Secretaria de Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, trouxe como tentativa de inovação cultural o projeto “Gente que Brilha”, na perspectiva de apresentar para a sociedade muritibana e região os mais variados tipos artísticos da cidade e como a relação da cultura, do lazer e da arte se atravessam por experiências diversas como por exemplo entre a vida acadêmica e a vida artística de muitos muritibanos.

Figura 16 – Projeto Gente que brilha

GENTE QUE BRILHA

Bruna Rocha

Apesar da formação acadêmica em Direito, a muritibana Bruna Rocha diz sempre tem “flertado” com o canto e a musicalidade.

Não por acaso, no Mestrado, buscou encontrar um equilíbrio entre os fascínios, estudando e pesquisando sobre Direitos Humanos e Jovens meninas integrantes do NEOJIBA (Programa Sociocultural Baiano de Prática e Ensino Musical Coletivo).

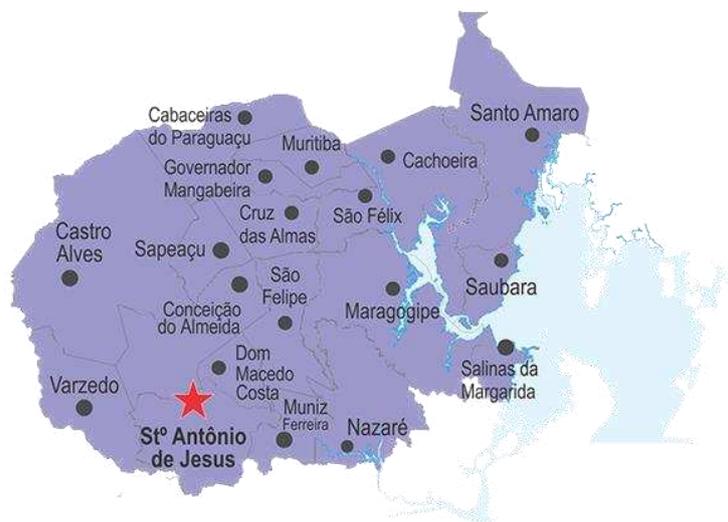
Finalmente em 2020, Bruna topou o convite de cantar em uma peça infanto-juvenil e desde lá se dedica ao canto, não mais apenas como um hobby, mas ampliando-o na sua vida. Atualmente ela é a cantora da peça “Saudades, João” e integra o grupo vocal Tangerina, dirigido por Marcelo Jardim.

MURITIBA
PREFEITURA

SEC. MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER
MURITIBA
PREFEITURA

O NÚCLEO TERRITORIAL DO RECÔNCAVO BAIANO (NTE 21)

Figura 17 - MAPA DOS MUNICÍPIOS DO NTE 21 ATUALMENTE



Fonte: nte21.educacao.ba.gov.br

O NTE 21 atualmente atende a 69 unidades escolares em seus 19 municípios e precisamos entender que na sua “territorialidade regional”, esse espaço necessita estar minimamente incutido dos elos de identidade, seja uma “identidade territorial definidora de alteridade” uma vez que as identidades são construídas a partir dessa alteridade (Serpa, 2015 *apud* Haesbaert, 1997).

Quando nos referimos ao Núcleo Territorial de Educação, o município de Muritiba conta com apenas três instituições vinculadas à educação voltada para o Ensino Médio:

- -Colégio Estadual João Batista Pereira Fraga (zona urbana);
- -Colégio Estadual Polivalente de Muritiba (zona urbana);
- -Colégio Estadual Manoel Benedito Mascarenhas (zona rural, localizado no distrito de São José do Itaporã e atende a quase de 400 estudantes da área rural).

Com esta proposta territorial, alguns programas inovadores foram institucionalizados e já fazem parte do calendário anual das referidas unidades escolares baianas e possibilita a interação das escolas participantes e inscritas.

- Os projetos são:
- Projetos Estruturantes (FACE, DANCE, TAL, FESTE, ENCANTE, PROVE);
- Feira de Ciências;
- Jogos Escolares (futebol, handebol, xadrez, dama, baleado, vôlei, basquetebol, entre outros).

O mais importante a salientar da proposta de desenvolvimento de tais projetos é que eles promovem e despertam o protagonismo estudantil e eles acontecem em três etapas (escolar, territorial e estadual) onde os estudantes concorrem entre seus respectivos projetos até ver quem alcança as melhores colocações. Outro fator importante desses projetos é que muitos deles permitem a interação com a comunidade escolar, que em alguma perspectiva, aproxima as pessoas do próprio município.

A educação municipal conta ainda com a presença de mais de 20 escolas que atuam entre o fundamental I e II, sendo que mais da metade atende ao alunado de toda a zona rural muritibana (MURITIBA). Em alguns eventos da secretaria municipal de educação, as escolas estaduais são convidadas, especialmente para a feira de ciências municipal e o desfile cívico anual, em comemoração ao aniversário da cidade, em 8 de agosto.

Entretanto, as relações educacionais município-estado, estado /municípios do território não dialogam muito, no sentido de interação, de promoção e engajamento apesar de ser esta a proposta territorial de educação.

Assim, o objetivo do presente estudo foi realizar uma pesquisa documental a fim de tentar historicizar o Núcleo Territorial de Educação do Recôncavo Baiano, além das perspectivas e dos desafios educacionais e culturais, no município de Muritiba. Observou-se que o município de Muritiba está inserido totalmente no contexto histórico território do Recôncavo Baiano. Evidenciamos que muitas são atividades educacionais e culturais desenvolvidas no município, que acontecem de forma bastante participativa e dialógica da comunidade também.

Entretanto, ainda há a necessidade de criação de mecanismos onde os municípios que fazem parte do território do Recôncavo Baiano interajam entre si na perspectiva de fortalecimento desse território, que apesar das diferenças existentes, possa haver uma efetiva aproximação cultural e educacional dos mesmos.

Talvez seja evidente a necessidade de estudos futuros que despertem para discutir e demonstrar como se desenvolvem essas relações da população negra do município com a proximidade de regiões de remanescentes quilombolas nesse contexto educacional do recôncavo baiano.

3.5 Considerações

O objetivo do presente estudo foi realizar uma revisão integrativa de literatura a fim de compreender as origens dos Núcleos Territoriais de Educação na Bahia, refletindo sobre os marcadores sociais e culturais que compreendem as identidades territoriais dos sujeitos muritibanos. Nesse sentido, observou-se inúmeros conceitos relacionados ao termo território. Percebemos que desde 1997 com a criação das DIRECS, já existiam prerrogativas, discussões e decretos que deliberam a educação no estado da Bahia sob a perspectiva da descentralização e territorialização.

Assim, evidenciamos que a partir das discussões referentes aos Territórios de Identidade, outras secretarias seguiram na mesma diretriz e no caso da educação, foram criados os Núcleos Territoriais de Educação. Entretanto, entendemos a necessidade de uma maior consonância entre os municípios de cada território na perspectiva de um fortalecimento no empoderamento social dos mesmos, pois este se configura como caminho de constante emancipação histórica e social, bem como contribui para o fortalecimento deste território e das identidades.

REFERÊNCIAS

Anjos, R. S. **Textos básicos da instrumentação geográfica. Material didático educação cartográfica; cultura de espaço centro de cartografia aplicada e informação geográfica.**2012, Brasília – Distrito Federal-Brasil. [Http://www.dga.unb.br](http://www.dga.unb.br)

Aparecida, M., Da, R., Santos, S., Infantil, E., Santos, A. R., Simons, A., Marques, P., Caraíbas, J., Soares, F., & Alves De Oliveira, T. (2019). **Referencial Curricular Municipal para Educação Infantil e Ensino Fundamental.**

Azevedo.A., & Silva, P.A. **A escola como território: relações de poder e políticas educacionais The school as territory: power relations and educational policies.** Caderno de Geografia, 29,2019. <https://doi.org/10.5752/p.2318-2962.2019v29>

Bahia. Decreto nº 12.354, de 25 de agosto de 2010. Institui o Programa Territórios de Identidade e dá outras providências. **Diário Oficial [do] Estado,** Poder Executivo, Salvador, BA, ano XCIV, n. 20353, 26 de agosto de 2010, seção 1, p. 28-30.

Bahia. **Perfil dos Territórios de Identidade. Salvador: SEI, 2018b. 3 v.** Disponível em: <https://www.sei.ba.gov.br/index.php>.

Bahia. **A Política territorial do Estado da Bahia,** 2003.

Baldissera, M. **Intervenções feministas nas ruas da américa latina: as artistas se apropriam de seus corpos** (Vol. 22). <https://orcid.org/0000-0001-8502-0737>,2021.

Coelho, M. A. A. (2022). **O Território de Identidade no Recôncavo Baiano.** Revista Scientia, Salvador,2022, 7, 10–25.

Delgado, L., & de Ferreira, M. **História do tempo presente e ensino de história. History of present time and history teaching,**2013.

Ferreira, Marieta de Moraes. **História do tempo presente: desafios.** Cultura Vozes, Petrópolis, v.94,nº 3, p.111-124, maio/jun., 2000.

Flores, C. D. **Territórios De Identidade Na Bahia: Saúde, Educação, Cultura E Meio Ambiente Frente À Dinâmica Territorial.** Universidade Federal Da Bahia Instituto De Geociências Curso De Pós-Graduação Em Geografia, 2016.

Franco, M. A., & Surdi, A. C. **Corpo Cultura Educacao Fisica e Fenomenologia.** v.1,2018.

Frutuoso, P. K. **Pensamento decolonial e a luta antirracista no Brasil: análise da aplicação da lei 10.639/03 nos cursos de graduação da UDESC.** <https://doi.org/10.639/03,2020>.

Gaia, P. P., W., I. D., Cardoso, L. C. R., da Silva, M. D. D., & de Almeida, D. M. F. **Quilombola bodily practices: A study of academic production in physical education** +. Movimento, 27. <https://doi.org/10.22456/1982-8918.111523,2018>.

Guedes, I. C. **O conceito território nas pesquisas sobre o ensino de Geografia**, 2022.

Guimarães, S. **Ensino médio com intermediação tecnológica (EMITEC): análise a partir das percepções dos participantes vinculados ao território de identidade do velho chico (BA)**. Universidade Católica do Salvador, 2022.

Junior, O., Barbosa, N. **Território, territorialidade e participação social: um olhar sobre São Francisco do Conde – Bahia**. VI Encontro Nacional e X Fórum Estado, Capital, Trabalho. UFS, 2017.

Kripka, R. S. L.; Bonoto, D. D. E. L.; Schelle, M. **Pesquisa Documental considerações sobre conceitos e características na Pesquisa Qualitativa /Documentary Research: consideration of concepts and features on Qualitative Research**, Investigação Qualitativa em Educação, Investigación Qualitativa en Educación, 2015, vol:2, p.243-247

Lima, F. DA S., & Frutuoso, P. K. **Aprendendo para transgredir a práxis pedagógica**. 1–17, 2018.

Loureiro, C. W. **Paulo Freire, Autor de Práxis Decolonial?**

Martins, Rodolfo B. **Diversidade cultural, descolonização e educação [física] antirracista**. Revista Espaço Acadêmico, n.227, 2021.

Minayo, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, p. 07

Moreira, A. J., & Silva, M. P. C. **No ensino da educação física: a importância da educação étnico-racial**. HOLOS, 34, 2018. <https://doi.org/10.15628/holos.2018.2891>

Munanga, K. **Rediscutindo a mestiçagem. Identidade nacional versus identidade negra**, Ed Vozes, Petrópolis, 1999, p.129.

Nascimento, Simone. **Festa de Santo Antônio na comunidade quilombola de baixa Grande: devoção e tradição**. 31º Simpósio Nacional de História. Revista História, Verdade e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2021.

Nassif, Paulo. **Esta terra chamada Recôncavo Baiano**. A TARDE, A2, Salvador, em 16 de Agosto de 2010.

Nobrega, Terezinha Petrucia. **Uma Fenomenologia do Corpo**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2010

Oliveira, C. A. **Inscrições corporais negras e universidade: produção de sentidos e docência no centro de formação de professores da UFRB, Amargosa-BA,2022**

Rocha, M. **Porque Território,2023.**

Santos, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. Fundamentos Teórico E Metodológico Da Geografia. Hucitec. São Paulo 1988.

Santos De Souza, D. **Na teia da escravidão trabalho e resistência no Recôncavo baiano na primeira metade do século XVIII**. In Revista de História (Vol. 1)2009. http://www.revistahistoria.ufba.br/2009_1/a04.pdf

Santana, R. **São José do Itaporã, distrito de Muritiba: viabilidade da transição de distrito para município**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia,2023.

Serpa, A. **Territórios da Bahia: regionalização, cultura e identidade.2015, EDUFBA.**

Silva Damascena, Q., Oliveira . Miranda, E., Silva,M.C de Paula . **Identidade negra, educação e silenciamento: o olhar pedagógico para a aplicação da lei 10.639/03**. Revista Teias,2018 . <https://doi.org/10.12957/teias.2018.29461>

Silva,P.de . Roque, J., & De Castro, B. **Indicações geográficas baianas e as diferenças marcadas**. Bahia's geographical indications and the marked differences, 2022. (Issue 1). www.ser.ufpr.br/geografar

Whitehead,M. **Letramento Corporal: Atividades Físicas e Esportivas para Toda a Vida**.Instituto Airton Sena,2019.

Site:cidades.ibge.gov.br

Site: infosanbas.org.br/municípios

4.0 Entre atos 2

“MANIFESTA AÍ, NEGRO, A TUA IDENTIDADE: anúncios estudantis em uma escola pública estadual em Muritiba, Bahia”,

Após conceituarmos territórios e entendermos os objetivos pelos quais os núcleos territoriais foram criados ,em especial os de educação e situarmos o município de Muritiba no contexto do recôncavo baiano, demonstrando vários aspectos importantes sobre o município como: população ,economia, polo gerador , identidade étnico-racial , educação e cultura, no artigo intitulado **“MANIFESTA AÍ, NEGRO, A TUA IDENTIDADE: anúncios estudantis em uma escola pública estadual em Muritiba, Bahia”**, objetivamos reconhecer as manifestações da identidade negra a partir do olhar estudantil de uma escola estadual de ensino médio em Muritiba Bahia.

Descrevemos, analisamos, refletimos e tentamos reconhecer como acontecem as manifestações do corpo negro. Como caminho metodológico, dialogamos com a Pesquisa Histórica do Tempo Presente com a Pesquisa e Análise Documentais pois entendemos que a partir dessas escolhas conseguimos construir um texto crítico, descritivo e analítico que possa refletir como e que o corpo negro tem manifestado nesta unidade de ensino, localizada em São José do Itaporã, distrito de Muritiba.

Para base teórica, nos referenciamos com autores que têm dedicado seus estudos ao corpo, mais especialmente no corpo negro, as identidades e possíveis reverberações relacionadas a esta temática. Assim, nos pautamos em leituras de: Kabengele Munanga, Stuart Hall, Carla Akotirene, Ribeiro, Almeida, Silva entre outros.

4.1 MANIFESTA AÍ, NEGRO, A TUA IDENTIDADE: Anúncios estudantis em uma escola pública estadual em Muritiba, Bahia

Duília de Jesus Lopes Melo

O discurso também é instrumento de poder, prático e simbólico
(BORDIEU, 1989);

RESUMO

O presente trabalho pautado em insinuações introdutórias apresenta a importância e presença do corpo negro em um colégio de ensino médio, em São José do Itaporã, distrito de Muritiba, Bahia. Este trabalho objetivou reconhecer as manifestações de identidade negra a partir do olhar estudantil, evidenciando como os mesmos manifestam suas identidades nos documentos produzidos em sala de aula nas mais diversas possibilidades desenvolvidas na referida unidade escolar. Na insinuação metodológica, utilizamos uma abordagem qualitativa, com pesquisa e análise documental, alicerçada na Pesquisa Histórica do Tempo Presente, a qual possibilitou uma análise descritiva. O desenvolvimento foi delimitado por um perfil estudantil na intenção de produzir dados como média de idade, lugar onde moravam, gênero e auto declaração racial. Nesse fazer, destacamos a grande relevância da Lei 10.639/03, pois a descrição e análise, interpretação e reflexão de documentos, evidenciaram anúncios apresentados pelos estudantes acerca da cultura africana e afro-brasileira e que os mesmos estão despertos para as concepções de negritude, discriminação, injúria racial, entre outros. Assim, analisados os documentos, compreendemos a necessidade de maior aprofundamento das concepções voltadas para a Lei 10.639/03, que contribuam para uma educação decolonial neste ambiente escolar, pois muitos sinalizaram acontecimentos negativos relacionados a tais temáticas.

Palavras-chave: Identidade Estudantil; Negritude; Lei 10.639/03; Discussões Étnico-Raciais

Ser negro é [...] tomar consciência do processo ideológico que, através de um discurso mítico acerca de si, engendra uma estrutura de desconhecimento que o aprisiona numa imagem alienada, na qual se reconhece. Ser negro é tomar posse dessa consciência e criar uma nova consciência que reassegure o respeito às diferenças e que reafirme uma dignidade alheia a qualquer nível de exploração. Assim, ser negro não é uma condição dada, a priori. É um vir a ser. Ser negro é tornar-se negro.

Neuza Santos Souza -Tornar-se Negro, 2021

4.2 Insinuações introdutórias

Primeira insinuação: peço licença para dedicar este trabalho a cada estudante do Colégio Estadual Manoel Benedito Mascarenhas e agradecer aos que têm se dedicado a desenvolver suas atividades numa perspectiva étnico-racial, sempre que possível.

Segunda insinuação: na sociedade brasileira, o povo negro sempre foi colocado à margem de tudo, especialmente os quilombolas. Minha gratidão, aos quase 60 estudantes quilombolas da comunidade do Chico Velho na Baixa Grande, localizada em São José do Itaporã, presentes no Colégio Estadual Manoel Benedito Mascarenhas. Seu corpo-território ((Miranda, 2020), já tem contribuído de forma *si ne qua non* para o desenvolvimento deste trabalho.

Terceira insinuação: o presente texto insurge na tentativa de elencar para tal laboro um referencial (ainda que diminuto) de corpos negro, por entendermos que no processo de reconhecimento da população preta que vivemos atualmente, essas figuras se apresentam com importante representatividade histórica no intuito de lutar para desfazer algum apagamento e ideias racistas no contexto brasileiro.

Apresentamos referenciais como bell hooks (2021) com as possíveis e necessárias discussões sobre a transgressão, o racismo e as lutas que devemos lutar, Joice Berth (2020) sobre colorismo, Djamila Ribeiro (2017,2019) com discussões sobre negritude, antirracismo e o lugar de fala, Chimamanda Ngozi Adichie (2009) para tentarmos contar outras histórias, Silvio Almeida (2019) para aprendermos sobre racismo estrutural, Kabengele Munanga (2004,2005), com cultura, Stuart Hall (2019), com cultura, raça e identidade, Nilma Lino Gomes (2019), com corpo e identidade negra. Todos, nos têm sido fundamentais nas leituras e contribuíram sobremaneira nessa escrita.

Quarta insinuação: pretensamente buscamos uma construção que se configure fora das amarras folclóricas, por entendermos que o povo negro já viveu desprestigiado na sociedade brasileira por muito tempo e corroboramos com os que não concebem mais contradições.

Diante das insinuações, esse texto se propôs reconhecer as manifestações de identidade negra a partir do olhar estudantil do Colégio Estadual Manoel Bendito Mascarenhas em Muritiba, Bahia, na perspectiva

reconhecer como esses estudantes manifestam suas identidades negras nos documentos produzidos em sala de aula nas mais diversas possibilidades desenvolvidas na referida unidade escolar.

Na insinuação metodológica, o estudo adotou uma abordagem qualitativa, a pesquisa e análise documental, alicerçada na Pesquisa Histórica do Tempo Presente, a qual permitiu uma análise descritiva. (DEENZIN; LINCOLN, 2006). Assim, o aspecto qualitativo assume algumas características tais como: o pesquisador é o instrumento-chave, o ambiente é a fonte direta dos dados, não requer o uso obrigatório de técnicas e métodos estatísticos, têm caráter descritivo, o resultado não é o foco da abordagem, mas sim o processo e seu significado, ou seja, o principal objetivo é a interpretação do fenômeno objeto de estudo (Godoy, 1995B, Silva; Menezes, 2005).

E mais, o aspecto qualitativo centraliza-se ainda no reconhecimento de características de situações, eventos e organizações (Lewellyn; Northcott, 2007), ao passo que o aspecto quantitativo permite que o pesquisador possa mensurar opiniões, hábitos, atitudes e reações a partir de sua amostra estatística que representa o todo pesquisado (Terence; Escrivão Filho, 2006). Segundo Zanelli (2002, p. 83), o propósito central da pesquisa qualitativa “é buscar entender o que as pessoas apreendem ao perceberem o que acontece em seus mundos”. Para Minayo (2009) o método qualitativo “[...] trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”

Nessa perspectiva, é de total relevância destacar que procedemos com uma pesquisa documental na qual exploramos a Lei 10.639/03 e para além de sua análise nos dedicamos às atividades desenvolvidos pelos alunos. Essas últimas merecem valor especial porque serão considerados como fontes de dados. E Delgado & d Ferreira, (2013;2014), nos asseguram que documentos escritos se constituem como uma fonte bastante oportuna para qualquer pesquisador. Dessa forma, é evidente que devemos aceitar que o uso desses documentos como dados fidedignos em pesquisa precisa ser considerado e prestigiado. A profusão de informações que podem ser extraídas e restauradas desses dados justifica sua aplicação em muitas áreas, visto que permite a possibilidade de ampliação de entendimento em determinados instrumentos

onde a percepção carece de um contexto sociocultural além do histórico e documental.

Assim, salientamos que a análise descritiva, para essa pesquisa específica, pôde proporcionar uma descrição fiel dos fenômenos estudados, permitindo assim uma análise dos resultados, contextualizada à estrutura, tentando esclarecer sua origem, suas relações, suas causas e consequências (Alvarenga, 2011).

4.3 De onde partimos...

Tudo posto, o Colégio Estadual Manoel Benedito Mascarenhas (CEMBEMA), ao qual desenvolvemos a investigação desta pesquisa, é uma instituição de ensino médio de pequeno porte, localizado em São José do Itaporã, distrito rural do município de Muritiba, interior da Bahia e faz parte do Núcleo Territorial de Educação do Recôncavo Baiano (NTE 21). A referida instituição oferta nos três turnos de funcionamento a modalidade de ensino médio desde sua fundação em 2002 e EJA, a partir de 2018. No início de 2023, a mesma contava com uma média de 398 estudantes matriculados.

A escola está localizada numa região pouco acessível e conta apenas com transporte alternativo para locomoção dos habitantes, sendo que os estudantes dependem, exclusivamente, dos ônibus escolares para sua chegada e permanência na instituição.

Figura 18 - Foto Exterior da Instituição



Fonte: Autoria própria, 2023

Mas vamos a quem nos interessa...

4.4 Diga-nos quem és, ó estudantes!

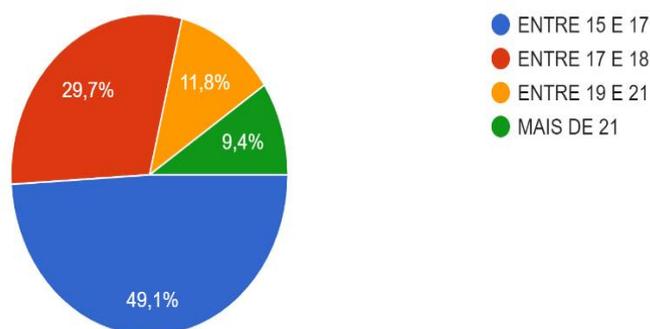
Para a realização da pesquisa elaborou-se uma pequena caracterização estudantil na referida escola. Este levantamento objetivou produzir dados como média de idade, lugar onde moravam, gênero e autodeclaração racial, conforme será apresentado nos gráficos abaixo. Em nenhuma das fases os sujeitos da pesquisa deveriam se identificar, pois seguimos as questões éticas norteadoras da área da educação e todos foram preservados de acordo com os termos da ANPED (2019).

4.5 Diga-nos de onde és, ó estudantes!

Nesta fase, a tentativa era que todos os estudantes matriculados participassem, mas por variados motivos a contribuição foi de 212 dos discentes, ou seja (53%), e este é um quantitativo expressivo que validou a presente pesquisa. Não pudemos esclarecer efetivamente os motivos pelos quais muitos não participaram desse levantamento, uma vez que, até a data de início da pesquisa não se sabia ao certo os números referentes à evasão e desistência escolar. Para tal intento, criamos gráficos no intuito de situar o leitor nesta realidade escolar. Apresentemos os corpos presentes e possíveis especificidades.

GRÁFICO 1: IDADE ESCOLAR

212 respostas

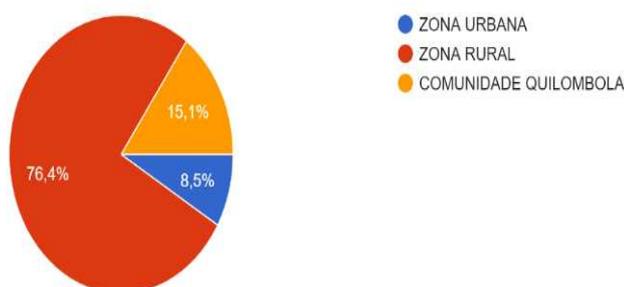


Fonte: Autoria própria, 2023

Nesse gráfico vemos que a maior parte do alunado segue a idade média para cursar o ensino médio, entretanto podemos observar que as pessoas que precisaram parar os estudos por algum motivo também estão no chão da escola com o ingresso na EJA. Outro fato percebido é o de que muitos estudantes entre 17 e 18 anos, estão no turno vespertino, nos trazendo uma possível indicação da necessidade de trabalhar, por estarmos tratando de uma região rural.

GRÁFICO 2: LOCALIDADE ONDE MORAM

212 respostas



Fonte: Aatoria própria,2023

4.6 Diga-nos, como se declaras?

Primeiramente, a análise dos dados demonstra que 76% dos discentes que participaram da pesquisa declararam-se moradores da zona rural do distrito e 15% da região quilombola, que também está inserida nessa região rural. Entretanto, aqui o que mais nos fica evidente na pesquisa, com discussões referentes à identidade, é ver que os mesmos já se assumem enquanto quilombolas e essa afirmação para os dias hodiernos é de fundamental importância e demonstra algum grau de entendimento, na medida que damos valor ao que nos é simbólico (Bordieu,1989) e pela presença das Leis 10.639/03 e 1942/22(Geledés, 2023).

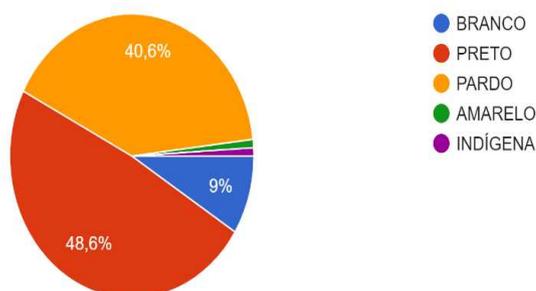
A unidade escolar atende o alunado da comunidade quilombola chamada Chico Velho,na Baixa Grande, povoada ainda no final do século XIX por negros que fugiam da escravidão no período colonial no Brasil.A referida comunidade

está a distância de 6 km do São José do Itaporã e tem aproximadamente 200 famílias em sua circunscrição. Em 2016, recebeu a Certificação Da Fundação Zumbi dos Palmares e é uma comunidade que possui o Coletivo Chico Vei ,a Associação Comunitária Rural de Baixa Grande e o Grupo de Mulheres Fruto da Terra Quilombola,todos muito ativos quanto as questões referentes ao fortalecimento identitário, com a defesa do território ,a partir da cultura local dos seus como a Feira do Quilombo,discussões sobre o Novembro Negro,o Grupo de Capoeira Arco-Iris ,do grupo de Samba de Roda Raiz do Chico Véi, palestras, entre outros eventos que evidenciam a importância das mulheres na comunidade.Boa parte da história dessa comunidade quilombola é contada na obra “Memórias de Baixa Grande contadas por nós”,do Coletivo Chico Véi.

Tais revelações podem ainda estar implicadas com o referencial da Década Internacional e Estadual dos Afrodescendentes que “[...]teve a missão de articular e integrar as ações de Governo que tenham relação com a promoção da igualdade racial e secretarias afins[...].”

GRÁFICO 3: AUTODECLARAÇÃO RACIAL

212 respostas



Fonte: Autoria própria,2023

4.7 Como mostra-se a nós...

O gráfico nos revelou que 48% da população estudada se considera preta, 40% como pardos, 09% como brancos. Isso só reforça um país de miscigenação onde a maior parte está entre pardos e negro.

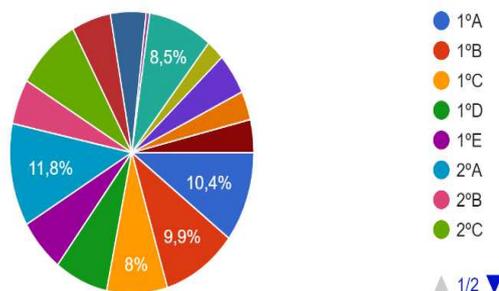
Essa declaração inicialmente demonstrou um entendimento muito positivo pois significou que 189 estudantes afirmaram entender que suas constituições étnicas advêm do negro africano, trazido para o Brasil enquanto escravizado e por isso, muitos podem se considerar, afro descendentes. Dessa constatação “numérica” podemos depreender alguma reflexão. A primeira delas é referente à questão da identidade, pois muitas vezes é preciso a aceitação do outro para que haja posteriormente a autoaceitação. Aqui entendemos que esse processo talvez não pareça ser tão marcante, observando-se o fato de admitirem-se negros nesse processo de construção de suas identidades (Ribeiro, 2017).

Como dito anteriormente, a identidade étnico-cultural não é uma realidade muda, ela é princípio de sentidos e de construção do real. Os processos culturais são convergentes, e em cada etnia há uma história de luta pela determinação de suas metas e valores (Betancourt,1997) e isso demonstra que etnia é um elemento das práticas sociais e também concorre para a constituição dos sujeitos e dos grupos. Outro fato que nos chama a atenção: a declaração como indígena.

Apesar da porcentagem de declarados como indígenas ser relativamente baixa, resolvemos, pelo valor simbólico, fazer também uma análise documental sobre a constituição étnica do povoado e descobrimos que alguns povos indígenas constituíram família por alguns anos nas circunvizinhanças do distrito no qual a instituição estudada está inserida.

GRÁFICO 4: TURMAS PARTICIPANTE DA PESQUISA

212 respostas

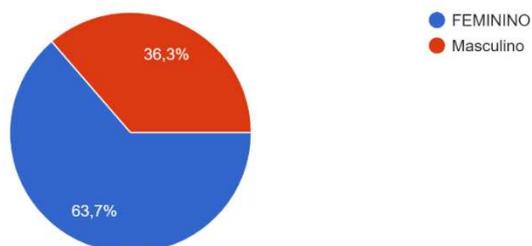


Fonte: Autoria própria, 2023

Esse gráfico foi construído para demonstrar a presença de estudantes de todas as turmas da referida unidade escolar. Outro fator importante de compartilhar, é que nem todos possuem celular, e para esses, fornecemos a pesquisa impressa.

GRÁFICO 5: GÊNERO

212 respostas



Fonte: Autoria própria, 2023

Nesta instituição estadual, a presença feminina é quase maciça e esta diferença em relação à menor presença masculina pode ser justificada pela localização deste colégio numa zona rural, e por conta do trabalho pesado e braçal, entendemos que o gênero masculino, por maior força e resistência, tende a se afastar com mais facilidade do ambiente escolar para ajudar no sustento da família, onde a maioria da população sobrevive efetivamente do que planta e

colhe. Entretanto, a presença feminina na lida da terra não deva ser descartada, uma vez que boa parte do alunado noturno é por composto por esse público feminino que trabalha diuturnamente e ainda estuda a noite.

Para conclusão dessa caracterização estudantil, entendemos que a porcentagem de apenas 09% dos estudantes declararem-se brancos, pode evidenciar que a presença do negro nesta Unidade Escolar é quase maciça e que a temática relacionada a Lei 10.639/03 precisa efetivamente fazer parte do cotidiano escolar. Há ainda, a possibilidade que os conceitos de negritude e branquitude certamente precisem ser levantados em alguma medida, no decorrer desse texto e espera-se que as análises dos documentos produzidos pelos estudantes possam responder de que forma a Lei está sendo desenvolvida.

4.8 O que anuncias...?

Produção documental estudantil

Para esta sessão, buscou-se reconhecer as manifestações da identidade negra a partir do olhar estudantil da escola pública em questão. A análise que foi feita, parte dos documentos produzidos pelos estudantes e levando-se em consideração para escolha, os documentos que apresentassem em alguma medida, uma perspectiva crítica que evidenciasse a consciência desse estudante enquanto corpo negro na unidade escolar (os dados confirmam que estes representam mais 70% dos participantes) e alguma reflexão manifesta em relação a sua identidade.

Para tais discussões, foram elencados 05 documentos, conforme a tabela abaixo:

TABELA 4 - PRODUÇÃO ESTUDANTIL

| Projeto | Produção estudantil |
|----------------------------|---------------------|
| FACE(Canção Estudantil) | 01 |
| AVE(Artes Visuais) | 02 |
| TAL(Artes Literárias) | 01 |
| FECIBA(Feira de Ciências) | 01 |

Assim, a partir dos estudos Cechinel et al. (2016), que analisando o desenvolvimento da Análise Documental asseveraram:

[...] inicia-se pela avaliação preliminar de cada documento, realizando o exame e a crítica do mesmo, sob o olhar, dos seguintes elementos: contexto, autores, interesses, confiabilidade, natureza do texto e conceitos-chave. Os elementos de análise podem variar conforme as necessidades do pesquisador. Após a análise de cada documento, segue-se a análise documental propriamente dita [...] (CECHINEL et al., 2016).

Sendo assim, iniciou-se essa análise a partir dos documentos 1 e 2 por entendermos que estas se configuram como imagens simbólicas, pois segundo (Santaela, 2012) “elas têm função de representar significados que vão além do que os olhos veem [...] e o simbolismo adiciona camadas de significados que estão por trás das imagens”.

A escolha das pinturas apresentadas se deu pelas aproximações peculiares que elas apresentaram, pois ambas, demonstraram o intuito de em alguma perspectiva, representar a beleza do povo negro e sua resistência. Desse modo analisar o que simbolicamente está representado nessas produções nos possibilitou entender a importância de apresentar referências simbólicas que positivem as identidades raciais no espaço escolar. Pois como nos diz Gomes (2006) em “O corpo e o cabelo como símbolos da cultura”. Ou seja, precisamos trabalhar na expectativa de que outras(suas) histórias possam ser contadas de forma diferente.

Portanto a Lei 10639/03 precisa atravessar todos os componentes curriculares no espaço escolar, se faz necessário uma prática pedagógica implicada em reparar historicamente todos os símbolos apresentados sobre a população negra, onde as histórias e a culturas africanas foram contadas pelas referências do colonizador. Logo, pensar criticamente o uso de materiais e métodos que positivem as identidades ainda é uma emergência na educação, pois como se apresenta nesta pesquisa, a partir das produções, uma prática que contemple toda diversidade étnico racial e entende a importância de pensar o uso das referências simbólicas, possibilita uma consciência racial, promove o fortalecimento das identidades negras positivamente, como podemos compreender no que representa as produções analisadas.

Documento 1 e 2: PINTURAS**Figura 19** - Obra sem título

Fonte: Produção estudantil

O documento 1, correspondeu a uma pintura, feita em tela, com desenho ao centro de uma mulher, a obra foi desenvolvida a lápis traços finos e tinta acrílica. A boca é pintada com tinta vermelha. Possui dois colares, 1 preto maior e outro, feito com círculos pequenos e coloridos. O cabelo também foi feito a lápis, em camadas, demonstrando o volume do cabelo negro e em cada camada foram escritas diversas palavras. As palavras apresentadas são liberdade, consciência, respeito, amor e paz.

A figura principal tem ainda um coque feito a lápis e utiliza um adereço preto, azul e amarelo cobrindo parte do coque e parte da região da orelha e do rosto, como que utilizasse uma grande alegoria na orelha. Seu tronco é feito com traços muito delicados, a lápis. O nariz também apresenta traços delicados, ela está como os olhos fechados e seu rosto demonstra serenidade. Ao redor da figura da mulher, temos do lado direito, duas flores construídas a partir de uma espiral, sendo uma verde e uma laranja, e, do lado esquerdo, apenas uma vermelha.

A espiral apresentada no centro das flores é um símbolo muito representativo para muitas culturas. A partir de Porto, é representação do divino feminino, crescimento corporal; equilíbrio e harmonia, além de ligação do passado e do futuro e servir como caminho de transformação e mudança. “Em África, a espiral possui o simbolismo da criação da vida e na expansão do mundo e, entre certas tribos, representa o deus masculino e também o movimento das almas e dos espíritos” (Porto,2023).

Figura 20- Obra intitulada “Florescer”



Fonte: Produção estudantil

O documento 2, intitulado “Florescer”, é uma pintura em tinta acrílica. No plano de fundo, temos a tela toda em tinta amarela e diversos tipos de flores e folhas coloridas. Do lado direito, temos 5 folhas coloridas, 3 em verde, 2 em azul, 1 flor azul e 1 laranja. Do lado esquerdo, temos partes de 3 folhas (1 azul, 1 verde, 1 amarela e 1 folha completa, lilás. Ainda do lado esquerdo, temos 2 flores, sendo 1 lilás e 1 laranja. No plano principal, temos a pintura de uma criança negra (pintada em cor preta) até o tronco. Com olhos grandes e firmes, que parecem querer nos dizer alguma coisa muito importante.

Um pano azul amarrado na cabeça. A vestimenta é apresentada como apenas parte de uma camiseta, nas cores amarela, preta e branca. Assim, neste

documento 2, podemos entender que esse olhar que pretende demonstrar alguma coisa, está muito relacionado com o título da obra “Florescer” pois pretende representar a beleza e a resistência do povo negro, que não importa quantas vezes é “destruído”, floresce novamente.

Nessa perspectiva, o sentimento apresentado pode ser explicado por Santaella (2012) porque para a autora “a nossa capacidade de reconhecer um objeto parece estar ligada à relevância biológica que ele tem para nós, o que faz que baste o objeto ter uma vaga semelhança para provocar uma reação positiva”. Assim, esse reconhecer pode ser concebido igualmente na leitura de imagem, pois pode “ocorrer de forma inconsciente quando estamos diante de algum conteúdo o qual exprime simbologias”.

Neste contexto, os documentos apresentados acima nos despertam para um viés crítico-discursivo quando refletimos como aponta Stuart Hall sobre “Quem precisa de identidade”, (Hall, 2008). Ademais, o documento 1, ao evidenciar as palavras liberdade, consciência, respeito, amor e paz no topo da cabeça, no cabelo de uma mulher, demonstra, em pleno século XXI, a consciência da presença de suas identidades, no entendimento de aceitação, de liberdade e principalmente de representatividade no ambiente em questão.

E mais, inevitavelmente nos aproximamos de discussões relativas a identidade negra, uma vez que, para Gomes (2006) “essa identidade é vista, [...] como um processo que não se dá apenas a começar do olhar de dentro, do próprio negro sobre si mesmo e seu corpo, mas também na relação com o olhar do outro, do que está fora”, uma vez que não se pode perder de vista que cabelo e o corpo negros são elementos culturais que fazem parte da sociedade brasileira e tais elementos devem ser fundamentalmente aceitos por essa mesma sociedade.

Da mesma forma, Silva (2021) em sua tese de doutorado, pesquisa sobre os corpos negros de estudantes universitários e suas identidades, apresentou uma entrevista com a estudante participante da pesquisa “Larissa Luz” (codinome escolhido) em que a autora esclarece como esta questão do cabelo se fundamenta para a “construção da identidade negra” a partir do trecho abaixo:

Onde começa mesmo é na nossa família, por exemplo, quando a pessoa quer mudar o cabelo. Eu falo por mim, minha **história familiar, porque sempre, desde criança, fui criada alisando o cabelo, todo aquele processo. Quando eu comecei a mudar, a minha própria família começou a falar, porque você não tá alisando seu cabelo? O seu cabelo tá feio.** Você percebe tudo **que é do negro, as pessoas tentam te levar a ser igual aquele corpo do branco, que é o corpo belo, bonito.** Então, não é fácil você sempre você tá tendo esses embates. Quando você fala família, você foi construída naquele seio. Se você não tiver um processo de formação, **posso falar que a universidade me ajudou muito em relação a isso, você não consegue se libertar entre aspas dessas questões.** Então, eu falo é a família, **é o mercado de trabalho, todos os ambientes acabam te forçando a isso** (Silva,2021, grifos da autora)

Assim, temos a evidência que para além de a imagem ser linguagem, ela deve ser representativa, como raiz de uma consciência e uma habilidade humana. Nesse sentido, podemos pensar que o racismo também se manifesta na linguagem, nos estereótipos, estes que são alimentados pela imagem do belo, ou como podemos dizer, o que foi eleito como belo, como ideal. Essas são algumas das manifestações simbólicas que afetam a corporeidade e as identidades. Afinal, (Frutuoso, 2020, p.76) nos diz que:

Pode-se dizer, portanto, que as relações de poder construídas por uma sociedade racializada que hierarquizam e privilegiam os brancos, também os colocam em posição de vantagem no que diz respeito a recursos materiais e simbólicos.

Essa mesma essência, pode ser vista no documento 3, pois o reforço dado à representatividade demonstra a relevância da temática levantada no texto de Nilma Gomes.

No texto abaixo, documento construído por “Elza Soares”, é possível compreender que a construção deste desenvolvimento identitário é (ou precisa ser) construído na interação com o outro, na permuta e na comunicação, que se estabelece num diálogo de fortalecimento inicial (Le Breton,2007).

Documento 3 – Produção textual - Poema

Sou Negra!

Meus olhos brilhavam, quando escutava a tal falsa liberdade.
 Meus lábios eram considerados estranhos e muito carnudos.
 Meu cabelo era julgado por ser CACHEADO, ENROLADO, CRESPO, PRETO
 ENCARACOLADO.
 E que tal falar da minha importância para a sociedade?
 Que importância?
 Se é que existia,
 me viam como mercadoria...
 - Quem dá mais? Quem dá mais?
 E de lá me vendiam.

HOJE levo na pele a RESISTÊNCIA.
 SOU espelho e Referência.
 HOJE meus olhos brilham pela verdadeira liberdade.
 Meus lábios são vistos como privilegiados, perante a sociedade.
 Minha importância?
 Descrevo com a palavra
 REPRESENTATIVIDADE.

Este texto poético produzido por uma estudante negra, nos mostra uma tomada de posição consciente acerca de sua presença no mundo, enquanto ser social, enquanto corpo negro que ainda que o racismo se aponte nas mais diversas camadas da sociedade, esta resiste.

Essa tomada de posição já se mostra no título do texto “**Sou Negra**”, onde a expressão que parece ter tendência descritiva, ganha força afirmativa à medida que se conhece o texto, produzindo no leitor encantamento e consciência dessa resistência.

Na primeira estrofe do texto, a autora utiliza verbos, na sua maioria no passado, porque ela faz referência à realidade vivida por seus ancestrais durante alguns séculos, embora use pronomes de primeira pessoa. Aí a descrição física

do ser, a ser comercializado, ganha importância, o que se justifica na pergunta: **“Quem dá mais”?**

Na segunda estrofe do poema é iniciada com um advérbio de tempo, **HOJE**, que sugere uma mudança de realidade vivida entre a sua ancestralidade e ela. O substantivo “resistência” que se origina no verbo resistir, reflete uma nova postura do ser humano negro: antes passivo, vendido; agora lutando por seu espaço no seu tempo presente. Convém observar que os verbos utilizados na segunda estrofe estão todos no presente porque referem-se à autora no seu tempo.

E outro aspecto que se observa nesta segunda estrofe é seu caráter descritivo: consciente, a jovem negra se descreve positivamente, até atingir a “representatividade” social, espacial e atemporal.

Ademais, a escolha em colocar em caixa alta termos que lhe são tão importantes e que fazem sentido de serem declarados no seu tempo presente nos traz a percepção que o cabelo **CACHEADO, ENROLADO, CRESPO, PRETO ENCARACOLADO** já não pode ser julgado, uma vez que essa parte do corpo negro já foi oprimida por séculos, pois como nos diz (Gomes,2003, p.173)

Compreender a complexidade na qual a construção da identidade negra está inserida, sobretudo quando levamos em consideração a corporeidade e a estética, é uma das tarefas e desafios colocados para os educadores. Deveria, também, ser uma das preocupações dos processos de formação de professores quando estes discutem a diversidade étnico-cultural. Os professores trabalham cotidianamente com o seu próprio corpo. O ato de educar envolve uma exposição física e mental diária. Porém, ao mesmo tempo em que se expõem, os educadores também lidam com o corpo de seus alunos e de seus colegas. Esses corpos são tocados, sentidos.

Sendo assim, podemos compreender o quão importante é trabalhar o corpo na educação, apontamentos que se apresentam nas falas de “Larissa Luz” da tese de Silva e de “Elza Soares” da presente pesquisa, quando apontam o cabelo negro como forma de “reafirmar sua identidade negra” (Silva ,2021). Ou seja, não existe mais espaço para invisibilizar os marcadores corporais no espaço escolar, estes são também territórios de aprendizagens.

Documento 4: Música

Fato também apresentado em partes que compõem o documento 4, a música de Sandra de SÁ, na qual declara com consciência que povo negro sempre sofreu na história do Brasil.

“Beleza Negra”

Um marco na história foi a escravidão

A resistência tá no coração,

liberdade e fé tá na sua cor,

O grito de esperança tá no amor.

...

Discriminação sempre passei,

Com respeito a negritude nunca me neguei.

Sou preta, negra, de beleza e dor.

Orgulho tenho da minha raça, origem e cor...

...

Por isso canto e encanto com exatidão

O negro é LINDO,

MUITO LINDO,

MEU IRMÃO!!

Ele tem Beleza, ele tem beleza negra... Tem beleza, tem beleza negra

Assim, apesar da dor ser apontada e os vestígios, certamente, serem vividos e sentidos, de diversas formas em cada negro brasileiro, o que se pode reconhecer na leitura desse texto, assim como no reconhecimento dos documentos 1 e 2 é que os sentimentos estão intrinsecamente ligados às resistências que se tem referência. Sandra de Sá canta que um **marco na história foi a escravidão, a resistência tá no coração, liberdade e fé tá na sua cor, o grito de esperança tá no amor negra de beleza e dor** com a mesma firmeza e convicção que **canta e encanta com exatidão que o negro é lindo,**

ele tem beleza fazendo menção à luta Zumbi dos Palmares e à edificação dos quilombos que é mais do que simbólica para o entorno do distrito do São José do Itaporã, assim como para os estudantes que ainda vivem na comunidade quilombola do Chico Vêi e que estão matriculados na referida unidade de ensino.

Assim como não podemos deixar de observar o conhecimento adquirido sobre negritude no trecho, **com respeito a negritude nunca me neguei /Sou preta, negra, de beleza e dor/ Orgulho tenho da minha raça, origem e cor...** porque como nos lembra muito bem, Munanga (1990) apesar de os conceitos de identidade e negritude serem conceitos comuns, nos anos 1990, entre os intelectuais que discutiam as relações inter-raciais e graças aos grupos científico-acadêmicos e militantistas essas palavras e conceitos começam a sair para penetrar nos espaços mais populares. Essa mudança pode ser positivamente interpretada como sinal do início de um processo de conscientização popular sobre uma questão nacional da maior importância.

Para Petrônio Domingues,

“No terreno político, negritude serve de subsídio para a ação do movimento negro organizado. No campo ideológico, negritude pode ser entendida como processo de aquisição de uma consciência racial. Já na esfera cultural, negritude é a tendência de valorização de toda manifestação cultural de matriz africana” (Domingues,2005) grifo nosso.

Nesse sentido, entendemos a necessidade de termos cada vez mais pessoas estimuladas a discutir a temática e a levá-la a todos na perspectiva de desfazer erros cometidos em várias situações na sociedade, inclusive na escola, que deve ser o lugar de superação das diferenças e que “os corpos das comunidades aqui apresentados, demandam discussões, construção de saberes que contemplem e fortaleçam suas identidades e a manifestação de suas culturas, no contexto da sociedade brasileira atual”(Melo;Silva,2023).

Cerqueira (2021) também apresentou corpos negros em sua tese de doutorado juntamente com um gênero poético, o rap, na perspectiva de expor algumas marcas sociais que oprimem o corpo negro, contexto vivido por inúmeros estudantes de escola públicas na cidade de Salvador, Bahia.

Assim, podemos perceber, que alguns dos vestígios citados anteriormente, já podem ser visualizados em **minha importância?** do

documento 3 e **Discriminação sempre passei, liberdade e fé tá na sua cor**, do documento 4 e fazem referência aos sofrimentos sociais, principalmente, que os negros sempre sofreram, de forma velada ou não, uma vez que, como bem nos lembra Munanga (2008) no livro “Rediscutindo a Mestiçagem”.

Assim vemos a necessidade de alicerçar os corpos -território estudantis na perspectiva de que suas manifestações corroborem na construção /fortalecimento de si como sujeitos históricos de si (Silva et al., 2023).

E mais, “a identidade negra é entendida, aqui, como uma construção social, histórica, cultural e plural. Implica a construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial sobre si mesmos, a partir da relação com o outro” (Gomes,2003).

Porque, segundo Munanga,

Um ponto deveras importante, no que relaciona à importância da concepção de “identidade negra”, é o fato dos negros pertencerem a um grupo social prejudicado devido às perversas consequências do racismo. Nesse sentido, no que se refere à identidade atribuída pelo “outro”, a população negra é marcada por estigmas que impactam todas as esferas de sua vida social: trabalho, educação, habitação, representatividade, entre outras (Munanga,1994).

Nessa perspectiva de dar importância da concepção “identidade negra” e aos negros como um “grupo social prejudicado”, podemos reconhecer tal problemática apresentada no documento 5 (em anexo) que corresponde a uma pesquisa feita por um grupo de estudantes do segundo ano (**alvo desta investigação**) com outros estudantes da unidade de ensino, intitulada “Injúria Racial e Racismo no ambiente escolar: reflexões sobre o tema”.

Como resultados, a pesquisa demonstra que apesar de muitos dos pesquisados não terem sofridos racismo ou injúria racial, eles percebem que as práticas do racismo ainda são constantes na escola e mais que isso, que a compreensão sobre a temática ainda é insatisfatória e que os mesmos entendem a necessidade de uma promoção de ações que desenvolvam nas pessoas a consciência de serem contra o racismo.

Para Lélia Gonzalez, o racismo se estabeleceu “como a ciência da superioridade cristã (branca e patriarcal)” nos dando a partir daí uma noção de quem pode ou não falar, que fala é reconhecida e qual não será. Mais que isso, que não se pode deixar de colocar em pauta as discussões relacionadas à

dominação de cunho racial, sem perder de vista a busca por estratégias de resistência.

Tais entendimentos apresentados no documento 5 nos trazem reflexões sobre a importância de que não basta não ser racista, é necessário que todos lutem contra essa prática como bem nos lembra Ribeiro (2017) com as discussões de uma luta antirracista. E Ribeiro assegura que existem dois passos imprescindíveis para essa ação antirracista. O primeiro, é “desnaturalizar o olhar condicionado ao racismo e o outro é criar espaços, sobretudo em lugares que pessoas negras não costumam ter acesso”. Assim como Ribeiro, Almeida, Carneiro e hooks se configuram como militantes assíduos contra o racismo e ressaltam a inevitabilidade da construção de uma educação crítica que contribua para a extinção do racismo tão internalizado em algumas sociedades, como a brasileira, por exemplo.

A referida experiência pode estar atravessada ainda pelas questões de classe, de gênero e de raça como tão bem discutem Akotirene, Ribeiro, hooks entre outros, na perspectiva de entendermos a necessidade de discutir sobre as relações de poder, enquanto temáticas a serem postas na pauta das mais variadas camadas da sociedade brasileira e da produção de conhecimento, inclusive da escola que precisa destrinchar tais conceitos e facilitando o entendimento.

Podemos perceber como a invisibilidade e o racismo estrutural de alguma forma estão impregnados no silêncio de muitos, seguindo um sentido onde muitos estudantes não se sintam pertencentes àquele lugar e principalmente não podem mais ser declarados como alunos dessa instituição, ou seja, como se não pudessem ser amparados por uma lei para cuidar de suas demandas naquela instituição de ensino ou seu direito à existência não mais interessasse. Ribeiro, (2017) nos lembra que “quando falamos de direito à existência digna, à voz, estamos falando de lócus social, de como esse lugar imposto dificulta a possibilidade de transcendência”.

Assim, Spivak e Ribeiro nos inquietam com a questão,

“Mas, quem poderia falar, então? O subalterno não pode falar. Não há valor algum atribuído à “mulher-negra, pobre” como um item respeitoso na lista de prioridade globais. A representação não definiu. A mulher

como uma intelectual tem uma tarefa circunscrita que ela não deve rejeitar com um floreio ((Spivak, 2010).

“Essa citação de Spivak nos ensina sobre como grupos subalternos não têm direito a voz, por estarem num lugar no qual suas humanidades não foram reconhecidas. Por pertencerem à categoria “daqueles que não importam”, para usar uma expressão da filósofa estadunidense Judith Butler. Para a autora, o postulado subalterno evidencia um lugar silenciado” (Ribeiro,2017).

Segundo (Almeida, 2019), entender que o racismo é estrutural, “e não um ato isolado de um indivíduo ou de um grupo, nos torna ainda mais responsáveis pelo combate ao racismo e aos racistas. Consciente de que o racismo é parte da estrutura social” [...] assim como é institucional porque “menos evidente, muito mais sutil, menos identificável em termos de indivíduos específicos que cometem os atos”. Tem origem na atuação de poderes determinados e prestigiados na sociedade e, assim, “recebe muito menos condenação pública do que o individual”.

Nessa perspectiva, Fanon na obra “Racismo e Cultura” nos prova que o “racismo já não ousa se apresentar sem disfarces”, pois agora, no lugar de aniquilar uma cultura, é mais interessante impor sua legitimidade e importância (Fanon, 2018).

E para além de não concordarmos com os danos causados pelo racismo, ainda é necessário um não contentamento e uma busca incansável de ações contra o mesmo e, que prestigiem o negro em todas as esferas sociais.

Podemos perceber que para além das questões anteriormente levantadas, temos que continuar lutando pelas questões identitárias e levantar o despertamento quanto a questão das práticas docentes e seu olhar para os estudantes é fundamental para o fortalecimento das identidades nesta unidade escolar.

Para finalizar, o objetivo do presente trabalho foi reconhecer as manifestações da identidade negra a partir do olhar estudantil em uma escola pública em Muritiba, Bahia. Portanto, as manifestações da identidade negra a partir do olhar estudantil podem ser reconhecidas como muito positivas na perspectiva de aceitação, de representação da beleza do povo negro e sua resistência, e principalmente, no conhecimento do conceito de negritude que se apresenta como elemento primordial para o fortalecimento das identidades e

consequentemente, o reconhecimento do desenvolvimento da Lei 10.639/03 nesta instituição. Tais anúncios são evidenciados nos documentos 1,2,3 e 4.

Assim, algumas manifestações evidenciam a não aceitação da presença desse corpo negro nesta unidade de ensino a partir dos documentos 5 produzidos pelos estudantes. Outros anúncios sinalizados como racismo, discriminação, assim como o de intolerância religiosa demonstram que, em alguma perspectiva, muito ainda carece ser feito nesta unidade escolar. Por fim, entendemos que os participantes da pesquisa trouxeram contribuições das mais variadas para o aprofundamento e finalização desse trabalho. E mais, tal heterogeneidade nos anúncios estudantis nos desperta para a procura de indícios outros que possibilitem uma educação que privilegie mais tais corpos.

4.9 Do que resultamos e concluimos...

Como resultado da presente pesquisa, foi possível observar que a busca para analisar as manifestações da identidade negra presente em produções de estudantes de ensino médio de uma escola estadual em Muritiba- Bahia nos permitiu conhecer a realidade dos corpos presentes nesta unidade escolar e seus atravessamentos estéticos, políticos, bem como sua percepção histórica como caminho de construção de consciência coletiva.

Com base nos dados obtidos a partir da caracterização estudantil, pôde-se observar que a presença do corpo negro e dos remanescentes de quilombola nesta instituição demarcam para além das memórias, são estes, um corpo e uma estética presente no território de Muritiba.

Desse modo, identificamos através das manifestações, que se apresentaram nos cinco documentos estudantis, sendo: 2 imagéticos, 2 textuais e 1 textual-imagético, a presença de referências da cultura africana e afro-brasileira, o que evidenciou o desenvolvimento de atividades que promovem a aplicabilidade da Lei 10. 639/03 na unidade escolar. Constatou-se ainda que as manifestações documentais dos estudantes demonstram que os mesmos estão despertados para os conceitos de negritude, discriminação e intolerância religiosa. Alguns estudantes relataram ainda a passagem por experiências que são tão dolorosas pelo povo negro no Brasil.

Assim percebemos que, apesar de os princípios da Lei 10.639/03 estarem presentes no chão da escola, em alguma perspectiva constatamos a necessidade de uma melhor aproximação nas discussões mais críticas referentes ao povo negro, partindo assim para o aprofundamento de conceituações decoloniais, descoloniais, e pós-coloniais também como possibilidades para o fortalecimento das identidades neste ambiente escolar.

REFERÊNCIAS

Akotirene, C., & Ribeiro, D. **Interseccionalidade**. São Paulo.151p. 2018. (Feminismos Plurais)

Almeida, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural** São Paulo: Pólen, 2019. 264 p. (Feminismos Plurais)

Carneiro, S. Prefácio. In: HENRIQUES, R. **Raça e cor nos sistemas de ensino**. Brasília, DF: Unesco, 2002. p. 7-10.

Cechinel, A. **Estudo/Análise Documental: uma revisão teórica e metodológica**. Criar Educação. Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação – UNESC. Criciúma, SC, v. 5, n.1, p.1-7, jan./jun. 2016.

Cerqueira, Cleidnalva S. **Educação, corpos negros e cultura rap: rasuras literárias e reescrituras de identidades em uma escola pública de Salvador-Ba**, SIBI/UFBA/Faculdade de Educação – banco de Teses, Biblioteca Anísio Teixeira, 2022

Delgado, L., & de Moraes Ferreira, M. **História do tempo presente e ensino de História History of present time and History teaching**. 2013.

De, A., & Silva, P. **A escola como território: relações de poder e políticas educacionais The school as territory: power relations and educational policies**. Caderno de Geografia, 29. 2019. <https://doi.org/10.5752/p.2318-2962.2019v29>

Fanon, F. **Racismo e Cultura**. REVISTA CONVERGÊNCIA CRÍTICA Dossiê: Questão ambiental na atualidade n. 13, 2018.

Ferreira, M. de M. **História do tempo presente: desafios**. Marieta de Moraes Ferreira. 111–124.2000.

Ferreira, T. **Quilombo e universidade: ressonâncias educacionais, dialogias entrecruzadas e ecologia de saberes no presente histórico**. 2020

Geledés. **Lei 10.639: a atuação das secretarias municipais de Educação no ensino de História e Cultura Afro-brasileira**. 2023.

Godoy, A. S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. Revista de Administração de Empresas, 35(2), 57-63.1995.

Gonzales, Lélia. **Racismo e sexismo** na cultura brasileira. Revista Ciências Sociais Hoje, São Paulo, p. 223-244, 1987.

Gomes, N. L. **Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v.29, n.1, p. 167-182, jan./jun. 2003.

Gomes, N. L. **Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra Body and hair as symbols of black identity.**2006

Hall, Stuart. **Quem precisa da identidade?** In. SILVA, Tomaz. T. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2008. cap.3, p.103-133.

Kripka, R.; Scheller, M.; Bonotto, D. L. **Pesquisa documental: considerações sobre conceitos e características na pesquisa qualitativa.** Atas CIAIQ. Investigação Qualitativa em Educação/Investigación Cualitativa en Educación, v. 2, p. 243-247, 2015.

Le Breton, David. **A sociologia do Corpo.** 2ª edição.Tradução de Sonia M.S.Fuhrman-Petrópolis,RJ:Vozes,2007

Le Breton, David. **Sinais de identidade:** tatuagens, piercings e outras marcas corporais. Lisboa: Miosótis, 2004b.

Melo, Duília de J. L.; Silva, M. C. de P. **Análise Das Manifestações Da Cultura Afro-Brasileira E Indígena Existentes Nas Marcas Nos Corpos Nessas Comunidades Relacionadas Às Problemáticas Do Ambiente Escolar: Uma Revisão.** International Journal Of Development Research, v. 13, p. 63603-63607, 2023.

Minayo, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Rio de Janeiro, RJ: Vozes, 2009

Miranda, E. (2020). **Corpo-território & Educação Decolonial :proposições afro-brasileiras na invenção da docência.** EDUFBA,2020

Oliveira, L. F. de, & Candau, V. M. F. **Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil.** Educação Em Revista, 26(1), 15–40,2010 <https://doi.org/10.1590/S0102-46982010000100002>
Porto Editora – espiral (simbologia) na Infopédia [em linha]. Porto: Porto Editora. [consulta. 2024-01-11].
Disponível em [https://www.infopedia.pt/\\$espiral-\(simbologia\)](https://www.infopedia.pt/$espiral-(simbologia))

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2017.

SANTAELLA, Lucia. **Leitura de imagens.** São Paulo: Melhoramentos, 2012. (Coleção Como eu ensino).

Santos De Souza, D. **Na teia da escravidão trabalho e resistência no Recôncavo baiano na primeira metade do século XVIII.** In Revista de História (Vol. 1). 2009 http://www.revistahistoria.ufba.br/2009_1/a04.pdf

Silva, M. de P., Maria D', C., Teixeira, Á., & Pereira Da Rocha Junior, C. **Educação, cultura corporal e lazer: desafios da pós-graduação e ciência no tempo presente.**2023.

Silva, M.C. de Paula. **Do corpo objeto ao sujeito histórico:** perspectivas do corpo na história; Edição · 1ª Edição; ISBN · 978-85-232-0623-9; Número de Páginas · 288.

Spivak, G. C. (2010). **Pode o subalterno falar?** www.editora.ufmg.br

5.0 Entre atos 3

Uma vez reconhecidas as manifestações do corpo negro a partir dos anúncios estudantis e constatarmos que muitos dos anúncios são de racismo, injúria racial e discriminação, entendemos que muito pode ser feito para o fortalecimento dessas identidades no ambiente escolar.

A partir do artigo, “**Educação e Práxis Pedagógica no Tempo Presente: Reflexões para uma perspectiva decolonial**”, pretendemos desenvolver uma pesquisa integrativa de literatura com o intuito de analisar como a práxis pedagógica e a pesquisa histórica do tempo presente podem contribuir para uma educação da colonial.

Como referencial teórico, Oliveira e Candau; Delacroix; Delgado e Ferreira; Moreira e Silva; Ferreira e Silva; Pisetta entre outros, contribuíram significativamente para as leituras e referências deste trabalho.

5.1 EDUCAÇÃO E PRÁXIS PEDAGÓGICA NO TEMPO PRESENTE: REFLEXÕES PARA UMA PERSPECTIVA DECOLONIAL

Duília de Jesus Lopes Melo

RESUMO

As discussões da práxis pedagógica orientadas pela Pesquisa Histórica do Tempo Presente demonstram a possibilidade de que esta inter-relação possa proporcionar uma perspectiva de educação decolonial. Para isso objetivou-se iniciar uma pesquisa integrativa da literatura com o intuito de analisar como a práxis pedagógica e Pesquisa Histórica do Tempo Presente podem contribuir para uma educação decolonial. Assim, destacamos que é preciso reconhecer a necessidade de diálogos de fortalecimento e democráticos, na luta pela diminuição das desigualdades sociais e educacionais. Nesse fazer, a construção de sentidos de docentes negros, opera como componente determinante na luta contra a condição de racismo que os negros ainda vivem. A perspectiva da História do Tempo Presente oferece um relevante entendimento da própria ação do tempo presente nessa discussão do conhecimento, especialmente nas discussões interculturais. Portanto, entende-se que a tríade ação-reflexão-ação seja um caminho possível em que se reverbere o fortalecimento de toda a educação brasileira e que a História do Tempo Presente se constitua como caminho metodológico que compreende, acolhe e reforça a necessidade de colocar o povo negro como constituinte efetivo da sociedade brasileira. Apesar do ranço do racismo ainda imperando na sociedade brasileira, a educação decolonial é um projeto de transformação social.

Palavras-chave: Educação Decolonial. História do Tempo Presente. Práxis Pedagógica

5.2 Introdução

A práxis pedagógica é uma das peças fundamentais do engendramento para a construção de educação de qualidade, especialmente quando pensamos em uma educação decolonial na perspectiva metodológica e social da pesquisa histórica do tempo presente. Assim, a práxis pedagógica pode ser compreendida como um percurso de transformação profissional a partir do diálogo multifacetado que envolve a tríade teoria, prática e reflexão, e este, configura-se o alicerce de todo professor (Loureiro, 2020; Oliveira & Candau, 2010).

Nessa perspectiva, ao discutir a educação brasileira pressupõe-se discutir como a sociedade tem se comportado e tratado todos os grupos étnicos que a compõe. Esse tratamento e cuidado com grupos étnicos, especialmente afro-brasileiros e indígenas, tem se configurado em novos estudos (Loureiro, 2020). Assim, “a pedagogia decolonial é expressar o colonialismo que construiu a desumanização dirigida aos subalternizados pela modernidade europeia e pensar na possibilidade de crítica teórica a geopolítica do conhecimento (Oliveira & Candau, 2010).

E mais, por perspectiva decolonial, compreendemos o resgate da missão crítica da escola, e posicioná-la no serviço de uma transformação social. Para tal, consideramos que a educação decolonial, “ao lado de uma orientação crítica e humanista”, contribuirá bastante para esse programa de sociedade que atravesse a educação (Loureiro, 2020).

Desse modo, a pesquisa histórica do tempo presente se configura como percurso imprescindível para discutir a temática dos que já foram subalternizados, pois, ela (HTP) é uma “mundialização da memória e à multiplicação das demandas memoriais e sociais de reconhecimento e de verdade sobre os “passados que não querem passar” (Delacroix, 2018).

Para além disso, a história do tempo presente,

é o período durante o qual se produzem eventos que pressionam o historiador a revisar a significação que ele dá ao passado, a rever as perspectivas, a redefinir as periodizações, isto é, olhar, em função do resultado de hoje, para um passado que somente sob essa luz adquire significação. Outra questão que mereceu destaque foi a noção de ‘tempo presente’ e suas relações com os contemporâneos, os testemunhos, os atores, a demanda social e as outras disciplinas. Desse debate, uma questão relevante que emergiu foi a afirmação de que o ‘tempo presente’ constitui um campo científico singular, pela sua própria definição (de Almeida Neves Delgado & de Moraes Ferreira, 2013).

Assim, entendemos a magnificência desse trabalho, ao demonstrar a possibilidade de uma práxis pedagógica voltada para uma metodologia que esteja completamente debruçada para discutir a educação brasileira numa perspectiva decolonial (Frutuoso, 2020; Lima & Frutuoso, 2018; Loureiro, 2020).

E para isso, apresentamos a pesquisa do tempo presente como pesquisa metodológica e social por compreendermos que seu arcabouço de métodos e coleta de materiais é *si ne qua non* para o fortalecimento dessa práxis, e mais, que essa prática pode refletir no fortalecimento da identidade desses grupos que estão presentes nos muros da escola são pertencentes à sociedade brasileira (Ferreira & Silva, 2020; Loureiro, 2020).

Desta forma, temos conhecimento do grande problema ainda persistente na sociedade e na educação brasileira, o de ver que os negros que foram escravizados e indígenas que de alguma forma foram marginalizados e subalternizados durante séculos, ainda precisam lutar para serem participantes efetivos da cidadania e na democracia do Brasil (Ferreira & Silva, 2020; Oliveira, 2022).

Portanto, fica a seguinte pergunta: Como a práxis pedagógica e pesquisa histórica do tempo presente podem contribuir para uma educação decolonial?

Por isso, o objetivo do atual estudo foi realizar uma pesquisa integrativa da literatura com o intuito de analisar como a práxis pedagógica e pesquisa histórica do tempo presente podem contribuir para uma educação decolonial.

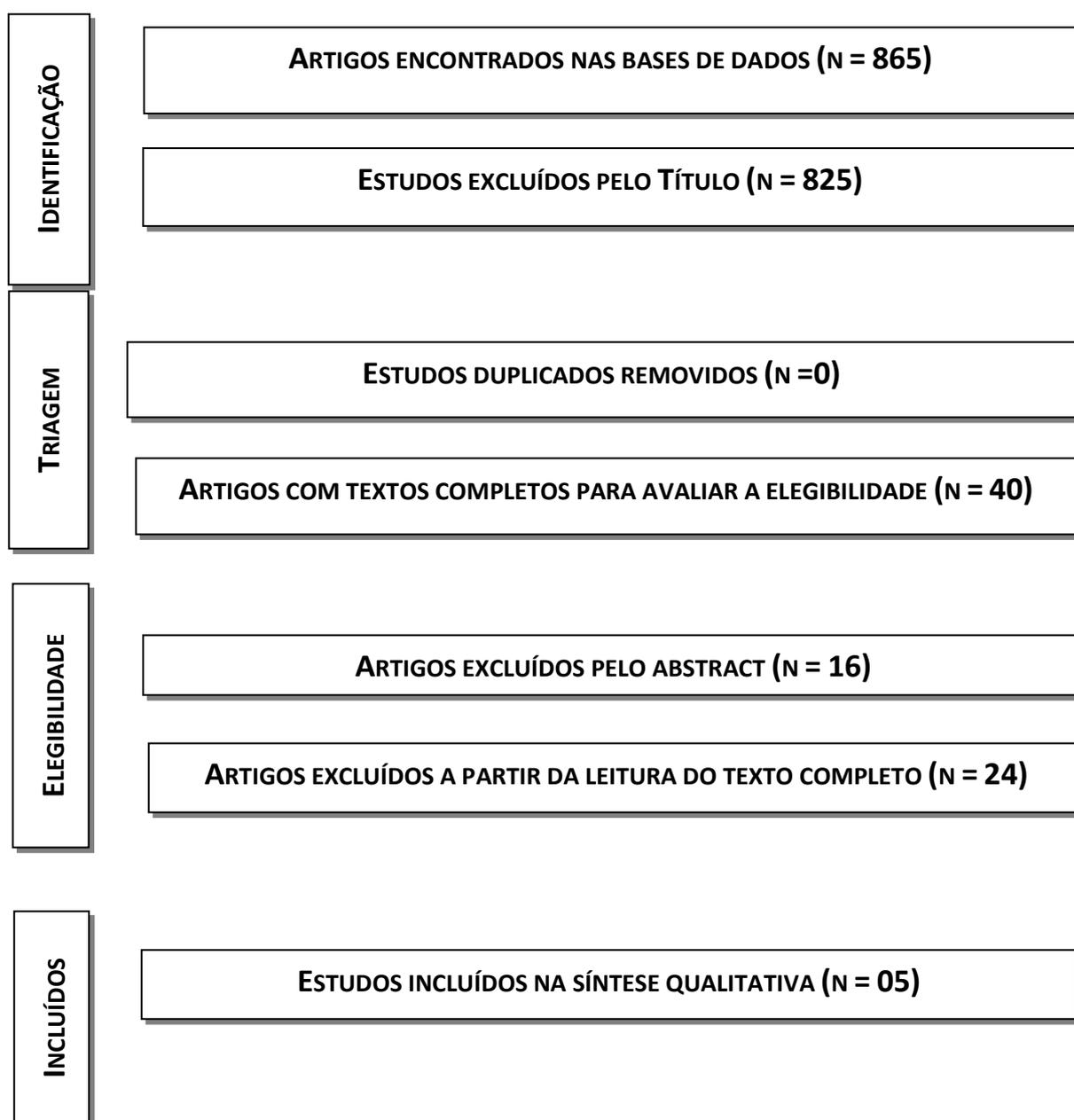
5.3 Caminho Metodológico

Foi feito um levantamento da literatura em maio de 2023. A revisão foi composta por: (1) Formulação da pergunta; (2) Definição de critérios de inclusão e exclusão; (3) Estratégia de busca e localização dos estudos; (4) Seleção dos estudos; (5) Extração dos dados; (6) Avaliação da qualidade do estudo; (7) Análise e interpretação dos resultados; (8) Discussão e Considerações Finais.

Foi realizada uma busca no período de junho de 2022, abrangendo dois grandes bancos de dados eletrônicos que contemplam extensa literatura, a saber: SciELO, Lilacs, Scopus, Periódicos CAPES, Google Acadêmico e Banco de Dissertações e Teses da UFBA. Foi utilizada na busca dos trabalhos a combinação dos descritores: “Criatividade” AND “Práxis Pedagógica” AND “Educação Decolonial” AND “Pesquisa Histórica do Tempo Presente” e, em inglês, “Pedagogical Praxis” AND “Decolonial Pedagogy” AND “Historical Research of Present Time” em todas as bases de dados.

Desse modo, foram selecionados 05 artigos sendo incluídos segundo os critérios de elegibilidade conforme a Figura 1. Os critérios de inclusão foram: artigos nos idiomas inglês, espanhol e português, nos últimos cinco anos, envolvendo como a práxis pedagógica e a pesquisa histórica do tempo presente podem contribuir para uma educação decolonial. Foram ainda excluídos os capítulos de livro, resumos de eventos, relatos de caso, editoriais, revisões sistemáticas, meta-análises e artigos de opinião.

2.0 Fluxograma e critérios de seleção e inclusão dos trabalhos



5.4 Repercussões Pedagógicas

2. Demonstrativo de artigos

| | | | |
|------------|---|-----|------|
| Nº 01 | | ANO | 2022 |
| PERIÓDICO | Repositório de Dissertações e Teses da UFBA | | |
| TÍTULO | Inscrições Negras e universidade: produção de sentidos e docência no Centro de Formação de professores da UFRB, Amargosa, Bahia | | |
| AUTORES | Carlos Adriano Santos de Oliveira | | |
| OBJETIVOS | <ul style="list-style-type: none"> • Compreender as marcas(efeitos) de sentido de docentes sobre inscrições corporais negras no Centro de Formação de Professores da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (CFP/UFRB), em Amargosa, Bahia. | | |
| RESULTADOS | <p>Defende-se que as marcas(signos) e efeitos(consequências) de sentidos (re)produzidos por docentes universitários/as negros/as são categóricos para a conscientização do significante negro no espaço universitário. A produção dos sentidos de docentes negros/as atua como fator preponderante na superação da dupla alienação, que resulta na condição de negros/as mistificados/as. A veiculação da produção de sentidos dos docentes negros/as reflete a experiência/vida desses corpos, em suas esferas existenciais individuais e coletivas. Por fim, a compreensão das inscrições corporais negras na universidade, como vetor semântico e profusão da sensível, implica efetivamente na dinâmica de alteridade ética e sistema de referência dos corpos.</p> | | |

| | | | |
|------------|---|-----|------|
| Nº 02 | | ANO | 2022 |
| PERIÓDICO | Revista Tempo e Argumento | | |
| TÍTULO | Desafios, avanços e especificidades: reflexões sobre a História do Tempo Presente | | |
| AUTORES | Kauê Pisseta Garcia | | |
| OBJETIVOS | <ul style="list-style-type: none"> • Demonstrar a trajetória dos diversos campos de estudos, avanços e desafios da obra “História do Tempo Presente :mutações e reflexões”, de Angelica Muller e Francine legelsk, que é um compilado de 10 artigos onde se abordam 5 eixos e as especificidades que a pesquisa em História do Tempo Presente apresenta. | | |
| RESULTADOS | A obra traz reflexões sobre o caminho da História Presente e oferece uma leitura importante para a compreensão da própria noção do tempo presente, das especificidades dessa área de conhecimento. | | |

| | | | |
|------------|--|-----|------|
| Nº 03 | | ANO | 2020 |
| PERIÓDICO | Revista humanidades e Inovação | | |
| TÍTULO | Quilombo e Universidade: ressonâncias educacionais, dialogias entrecruzadas e ecologia de saberes no presente histórico. | | |
| AUTORES | Taís de Jesus Ferreira e Maria Cecília de Paula Silva | | |
| OBJETIVOS | <ul style="list-style-type: none"> • Dialogar sobre ressonâncias educacionais decorrentes de extensão universitária em comunidades quilombolas no tempo presente, no Paraná e na Bahia. Reflexões baseadas na perspectiva decolonial do Projeto de Extensão “Pertencimento e criação de saberes” da UNIRB, Alagoinhas/Ba, Projeto de Extensão “Memórias na escola, Memórias na universidade”, na UFPR – litoral e ACSS Artes do Corpo e Educação :criar resistir e transformar da FACED/UFBA. | | |
| RESULTADOS | Ressalta-se a promoção de uma convivência ativa de saberes que convergem na possibilidade de criar uma outra lógica epistêmica na universidade. Esta ecologia de saberes oportuniza diálogos entre os saberes humanísticos e científicos produzidos pelas universidades e os saberes tradicionais provindos da cultura quilombola, em uma perspectiva intercultural e no tempo presente. | | |

| | | | |
|------------|---|-----|------|
| Nº 04 | | ANO | 2020 |
| PERIÓDICO | Revista humanidades e Inovação | | |
| TÍTULO | Aprendendo a transgredir: a pedagogia engajada de bell hooks como estratégia para o cumprimento da Lei 10.639/03 nas instituições de Ensino . | | |
| AUTORES | Fernanda da Silva Lima Paula Keller Frutuoso | | |
| OBJETIVOS | <ul style="list-style-type: none"> • Estudar a ideia de raça e o período colonial bem como a formação do grupo de pesquisadores intitulados colonialidade/modernidade. • Estudar as peculiaridades do racismo brasileiro, notadamente no que diz respeito ao mito da democracia racial. • Abordar a importância e circunstâncias de criação da lei 10.639/03 que determinou a integração nas disciplinas escolares de conteúdo programático aprofundado sobre a cultura negra na formação da sociedade brasileira. | | |
| RESULTADOS | Muito ainda precisa ser feito para a consolidação de uma sociedade que reconheça efetivamente a cultura do outro, sem qualquer imposição cultural, com fortalecimento de diálogos democráticos, a fim de buscar a inclusão das minorias e, a diminuição das desigualdades sociais. | | |

| | | | |
|------------|---|-----|------|
| Nº 05 | | ANO | 2018 |
| PERIÓDICO | Banco de dados da UF | | |
| TÍTULO | Paulo Freire, o autor decolonial | | |
| AUTORES | Camila Wolpato Loureiro | | |
| OBJETIVOS | <ul style="list-style-type: none"> • Investigar a perspectiva intelectual da colonialidade. “Paulo Freire, autor de práxis decolonial?” Procura (re)interpretar a epistemologia freiriana enquanto ação insurgente dos(as) subalternizados(as)/racializados (as) /oprimidos(as). | | |
| RESULTADOS | (Re)afirmação da epistemologia de Paulo Freire um questionador da própria racionalidade moderna ocidental. | | |

5.5 Discussão

O objetivo do presente estudo foi realizar uma revisão integrativa da literatura a fim de analisar como a práxis pedagógica e a pesquisa do tempo presente podem contribuir para uma educação decolonial. Entretanto, discutir sobre a educação brasileira, nos exige pensar a formação da sociedade brasileira, pois esta incide sobre as políticas educacionais e as legislações que historicamente direcionaram o objetivo da educação na sociedade. Logo, pensar uma educação decolonial, compreende utilizar-se de referenciais antes apagados e silenciados na história, pois mesmo nesta sociedade multiétnica, formada por indígenas, negros e brancos, a cultura brasileira se representa por uma parcela branca de práticas eleitas como credíveis, as demais que referenciam a cultura afro-brasileira e indígena, ainda permanecem relegadas ao folclore ou demonização.

Assim, precisamos evidenciar a importância desses grupos e suas manifestações no contexto cultural, social e principalmente educacional é imprescindível para o fortalecimento da identidade étnica do Brasil (Frutuoso, 2020). Dessa forma, entendemos que a “constituição” do povo brasileiro se deu pela hegemonia do branco. O negro sempre esteve e/ou foi colocado em papéis e funções subalternas. Sobre isso Spivak nos diz que

O subalterno retrata as camadas inferiores da sociedade que são constituídas por modos específicos de exclusão do mercado, representação política e jurídica e possibilidade de participação plena em estratos dominantes. (Spivak, 2010)

Segundo o dicionário Aurélio (2023,), “[...] hegemonia significa preponderância de alguma coisa sobre outra. É a supremacia de um povo sobre outros, através da introdução de sua cultura” Gramsci (1985) desenvolveu seu conceito de hegemonia política e cultural, descrevendo-a como um tipo de dominação ideológica de uma classe sobre outra, particularmente da burguesia sobre o proletariado. No olhar desse autor é preponderante relacionar poder e classes sociais.

Quando analisamos a história do negro educação, identificamos o quão difícil permanece a sua inserção na educação, pois muitas são as impossibilidades que acometem a população negra, estas que vão desde a legislação onde não sendo uma das primeiras legislações de garantia a educação, a Lei nº 1, de 1837, estabelecia que: “São proibidos de frequentar as escolas públicas: Primeiro: pessoas que padecem de moléstias contagiosas. Segundo: os escravos e os pretos africanos, ainda que sejam livres ou libertos”. Ou seja, todas as políticas de reparação educacional não dão conta de sanar esta dívida com a população negra, pois precisamos para além de políticas, práticas pedagógicas comprometidas com esse fazer, práticas de uma educação decolonial e para as relações étnico raciais.

Segundo Munanga (1999) em seu livro “Rediscutindo a Mestiçagem”. O autor aponta as produções de Gilberto Freyre que se coloca como uma das principais produções sobre o pensamento social brasileiro no que tange a romantização da mestiçagem no Brasil. Freyre defendia o processo de miscigenação como benéfico para a emancipação do Brasil, onde a escravidão era romantizada, considerada como meio de troca de culturas, silenciando toda violência sofrida pela população negra através do estupro, relações estas que são inerentes a condição mestiça da população brasileira.

Nesse movimento de luta, destaca-se a busca incessante por uma lei que tivesse um peso reparador, cobrança, não atendida, do Movimento Negro pelos governos por muito tempo. Logo pensar educação no Brasil, requer retomar a história de luta do movimento negro, pois como aponta (Frutuoso, 2020).

Com efeito, importante o estudo do Movimento Negro Brasileiro como verdadeiro ator político para uma mudança social, principalmente quando se diz respeito à educação brasileira e ao seu fundamental papel na luta contra o racismo e os pensamentos coloniais construídos.

E mais,

Não se pode olvidar, nesse contexto, o importante papel do Movimento Negro Brasileiro na busca por ressignificar a ideia de raça, trazendo esta como potência de emancipação do povo negro, questionando a história brasileira e a forma como ela é narrada, a fim de tentar demonstrar como o racismo opera na vida dos brasileiros, não somente

na estrutura do Estado, mas de uma forma geral e corriqueira (Gomes, 2017, p. 21).

Nessa perspectiva, a Lei 10.639/03 (BRASIL, 2003) foi pensada e criada para alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) ou Lei 9.394/96 (BRASIL, 1996) e tornou obrigatório o estudo sobre a cultura e história afro-brasileira nas instituições públicas e privadas de ensino. Ainda nessa perspectiva, as discussões sobre a cultura indígena também foram reconhecidas como necessárias e a Lei 10.639/03 (BRASIL, 2003) foi substituída pela Lei 11.645/08 (BRASIL, 2008) para acréscimo do estudo dedicado ao povo indígena (BRASIL, 2008).

O parecer procura oferecer uma resposta, entre outras, na área da educação, à demanda da população afrodescendente, no sentido de políticas de ações afirmativas, isto é, de políticas de reparações, e de reconhecimento e valorização de sua história, cultura, identidade. Trata, ele, de política curricular, fundada em dimensões históricas, sociais, antropológicas oriundas da realidade brasileira, e busca combater o racismo e as discriminações que atingem particularmente os negros.

Assim também como bem nos desperta Santana em sua dissertação sobre a “conscientização social sobre direitos e reconhecimentos destes corpos, são algumas das finalidades mais que cruciais na luta contra o racismo” (Santana,2021).

Entretanto, apesar de a escola ser um universo com tantos corpos presentes, ela ainda não tem tratado seu público com ênfase em uma concepção de diversidade. Ao se falar em educação, não se pode ter em vista somente a escolarização, mas também o preparo para a tolerância e a diversidade, aspectos fundamentais para uma sociedade culturalmente plural (Moreira & Silva, 2018). Assim, entendemos que é preciso uma educação totalmente voltada para esse propósito, uma práxis pedagógica pautada em discussões antirracistas pois:

Precisa-se dar ênfase aos saberes e conhecimentos daqueles que foram silenciados e esquecidos, buscando-se questionar as heranças e amarras da colonialidade que perduram até os dias atuais, mantendo as assimetrias sociais (Frutuoso, 2020).

Sob esse prisma, (Oliveira, 2022) nos desperta a pensar que de alguma forma os comportamentos relacionados por professores negros, são importantíssimos na perspectiva de conscientização no espaço educacional. E mais, para uma práxis pedagógica efetiva e eficiente, se faz necessário uma “veiculação dos sentidos docentes” para uma reflexão na “experiência/vida” das pessoas envolvidas na educação (Oliveira, 2022).

Então, de modo efetivo, o trabalho decolonial intenta conceber uma sociedade mais justa e equânime, buscando desconstruir a universalização dos saberes, que segue um modelo eurocêntrico, na perspectiva de experienciarmos “soluções as questões relacionadas à colonialidade, ao racismo, ao patriarcado e ao capitalismo” (Lima & Frutuoso, 2018).

Nesse sentido, a pesquisas histórica do tempo presente têm contribuições extraordinárias como metodologia que respondam as questões apresentadas nesse trabalho (Delacroix, 2018; (Ferreira, 2000; T. Ferreira, 2020) .Isso se deve ao fato da legitimidade e delimitação dada a História do Tempo Presente (HTP) como campo da história que se dedica ao passado de forma recente, no sentido de construir uma história que produza reflexões outras (Delacroix, 2018; Oliveira, 2022; Santana,2021;).

E para além, a HTP nos permite abordar e acolher episódios contemporâneos a partir de um ponto de vista que está profundamente relacionado com cenários traumáticos do início do século passado (Ferreira, 2020; Pisetta Garcia, 2023). Assim, discutir eventos tão semelhantemente cronológicos, inspira uma série de obstáculos cujo campo necessitou tratar já nos primeiros momentos (de Almeida Neves Delgado & de Moraes Ferreira, 2013; (Pisetta Garcia, 2023).

Nessa perspectiva, discutir o evento da escravidão no Brasil que seguiu por séculos, seus reflexos, e principalmente os problemas que o povo negro sofre com o racismo, até os dias hodiernos é uma temática totalmente passível de abordagem da História do Tempo Presente (Ferreira & Silva, 2020; Frutuoso, 2020; Oliveira & Candau, 2010).

5.6 Conclusão

O objetivo do presente estudo foi realizar uma revisão integrativa de literatura a fim compreender como a Práxis Pedagógica e Pesquisa Histórica do Tempo Presente podem contribuir para uma educação decolonial. Assim, entendemos que a tríade ação-reflexão-ação seja o caminho reflexivo onde se reverbere o fortalecimento de toda educação brasileira.

Assim sendo, práticas decoloniais de educação consistem num fazer implicada com a diversidade, protagonizando saberes de toda população educacional, utilizando-os como principal referência para as práticas pedagógicas, ou seja, é preciso implicação política e social no fazer educativo, a fim de contribuir com o combate às desigualdades raciais e educacionais.

Portanto, o uso da HTP que se configurou como percurso metodológico possibilitou uma análise sobre a emergência da práxis pedagógica, para repensarmos cotidianamente os caminhos históricos da educação e assim delineamos métodos e materiais que contribuam com uma educação decolonial e emancipadora dos sujeitos sociais. Logo apontamos que o combate ao racismo se constitua como ponto de partida e a educação, a solução para esta luta e para a concretização de um projeto de transformação social.

6.0 CONSIDERAÇÕES NÃO FINAIS

Aqui, expressamos nossas constatações considerando o texto dissertativo e seu desenvolvimento na formatação multipaper. Nossos artigos, aqui foram chamados de “atos”, por entendermos a possibilidade de uma cena montada para o texto científico. No Ato 1, intitulado **“HISTORICIZANDO TERRITÓRIOS E O NÚCLEO TERRITORIAL DE EDUCAÇÃO DO RECÔNCAVO BAIANO”**, discutimos os conceitos de território, investigando se os mesmos logram êxito no contexto educacional-identitário-social baiano e contextualizamos o município de Muritiba no Núcleo Territorial de Educação do Recôncavo Baiano.

Tais discussões evidenciam a necessidade e possibilidade de uma melhor consonância entre os municípios que compõem o Território do Recôncavo Baiano, podemos confirmar tal verdade tanto sobre o Território de Identidade quanto o de Educação.

Ainda nesta questão, é importante destacar que territorialmente o conceito alcançou êxito, entretanto, na perspectiva de descentralização, muita coisa ainda está por melhorar.

No Ato 1, para responder tal objetivo, foram construídas duas seções sendo a primeira uma pesquisa integrativa da literatura e a segunda, uma pesquisa documental referente ao Núcleo Territorial de Educação do Recôncavo Baiano e o município de Muritiba.

Após situar o município de Muritiba no contexto do Recôncavo Baiano (ainda que superficialmente), no Ato 2, **“MANIFESTA AÍ, NEGRO, A TUA IDENTIDADE: Anúncios estudantis em uma escola pública estadual em Muritiba, Bahia”**, nos propomos conhecer os participantes da pesquisa (uma vez que o locus foi apresentado de forma pormenorizada na Introdução dessa dissertação).

Os levantamentos feitos para apresentar melhor “aqueles que me inspiraram nesta pesquisa”, corroboram com a história e cultura do Recôncavo Baiano ao evidenciar a presença marcante dos pretos e remanescentes quilombolas. Presença maciça. Presença que já consegue e concebe sua identidade e sua cultura.

Metodologicamente, nos alicerçamos na Pesquisa Histórica do Tempo Presente e na Pesquisa e Análise Documental e nesse “tripé” metodológico, conhecemos, descrevemos, analisamos, reconhecemos e refletimos sobre/nas manifestações documentais dos estudantes do segundo ano do ensino médio da referida unidade escolar.

Para tal artigo, buscamos amadurecer numa leitura (ainda que minimante) referenciada na importante representatividade histórica de luta daqueles que buscam desfazer “os apagamentos”, “os silenciamentos” ou as ideias racistas que persistem em estar no contexto social brasileiro. Elencamos Almeida (2019); Akotirene (2022); Adichie (2009); Ribeiro (2017,2019); Munanga; Hall entre outros para “andarmos juntos”, buscando contar outras histórias para tentar “revirar a maré”.

E nessa tentativa de revirar a maré buscamos reconhecer as manifestações das identidades através dos estudantes. Partimos aqui da declaração talvez mais importante dessa pesquisa, a de que muitos se assumem, se aceitam e se identificam como quilombolas, sua presença é marcante e muito importante para este trabalho.

Percebemos também, que suas manifestações evidenciam conhecimentos deveras importantes para o povo negro como aceitação, identidade, negritude e beleza negra porque demonstram a consciência da presença do corpo negro nesta instituição de ensino. No entanto, muitos têm sentido na pele as marcas do racismo, da discriminação e da intolerância religiosa e nós sabemos da necessidade de lutar contra essas amarras da sociedade, que muitas vezes dilaceram e matam os pretos Brasil a fora.

Dessa forma, buscamos no Ato 3, intitulados **“Educação e práxis pedagógicas no tempo presente: reflexões a partir de uma perspectiva decolonial”**, objetivou-se iniciar uma pesquisa integrativa da literatura com o intuito de analisar como a práxis pedagógica e Pesquisa Histórica do Tempo Presente podem contribuir para uma educação decolonial.

Tal trabalho foi desenvolvido por entendermos que se constitua um caminho crítico inicial a ser instituídas e/ou fortalecidas nas instituições de ensino. Entende-se que a tríade ação-reflexão-ação seja um caminho reflexivo na qual se reverbere o fortalecimento de toda a educação brasileira e que a

História do Tempo Presente se constitua como caminho metodológico que compreende, acolhe e reforça a necessidade de colocar o povo negro como constituinte efetivo da sociedade brasileira. Apesar do ranço do racismo ainda imperando na sociedade brasileira, a educação decolonial é um projeto de transformação social.

Para tal desdobramento, nos referenciamos em Delgado; Ferreira (2013); Oliveira (2022); Ferreira; Silva (2020); Brasil (2003); Moreira; Silva (2018) entre outros. Dito isto, compreendemos que a referida pesquisa dissertativa apresentou uma relevância acadêmica, política e social deveras atual para o campo da Educação e desperta para possíveis desdobramentos em estudos futuros.

O primeiro deles, se apresenta partir do reconhecimento de que apesar de os princípios da lei 10. 639/03 estarem presentes no chão da escola, o contexto anunciado nos desperta para a possibilidade de apresentarmos para a instituição (que foi lócus dessa pesquisa) a necessidade de uma melhor aproximação nas discussões mais críticas referentes ao povo negro, partindo assim para o aprofundamento de concepções descoloniais e pós coloniais na perspectiva de uma prática docente desperta para o fortalecimento das identidades dos corpos negros presentes nessa unidade escolar.

Outro desdobramento se dá na aproximação de uma pesquisa ancorada nos corpos negros, remanescentes de quilombola da comunidade do Chico velho na Baixa Grande, uma vez que esta pesquisa evidenciou a presença tão significativa desses corpos na instituição escolar. Este desdobramento poderá acontecer no período doutoral que a pesquisadora dará início.

REFERÊNCIAS

Delgado, I., & de Ferreira, M. **História do tempo presente e ensino de história.** History of present time and history teaching, 2013.

Delacroix, C. **Present time history, a history (really) like the others?** Tempo e argumento, 10(23), 5–38. <https://doi.org/10.5965/2175180310232018005.2018>

Ferreira, T. De J., & Silva, M. C. De P. **Quilombo e universidade: ressonâncias educacionais, dialogias entrecruzadas e ecologia de saberes no presente histórico,** 2020.

Frutuoso, P. K. **Pensamento decolonial e a luta antirracista no Brasil: análise da aplicação da lei 10.639/03 nos cursos de graduação da UDESC.** <https://doi.org/10.639/03.2020>.

Gomes, Nilma L. **Sem Perder a Raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra.** Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

Lima, F. Da S., & Frutuoso, P. K. **Aprendendo para transgredir a práxis pedagógica.** 1–17, 2018.

Loureiro, C. W. **Paulo Freire, autor de práxis decolonial?** Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS. 2020

Moreira, A. J., & Silva, M. P. C. (2018). **No ensino da educação física: a importância da educação étnico-racial.** Holos, 34, 2020. <https://doi.org/10.15628/holos.2018.2891>

Munanga, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem. Identidade nacional versus identidade negra,** Ed Vozes, Petrópolis, 129 pg. 1999.

Nascimento, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de racismo mascarado.** Editora Paz e Terra: Rio De Janeiro, 183 pg. 1978.

Oliveira, C. A. **Inscrições corporais negras e universidade: produção de sentidos e docência no centro de formação de professores da UFRB, Amargosa-Ba,** 2022.

Oliveira, I. F. De, & Candau, V. M. F. **Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil.** Educação em revista, 15–40, 2010. <https://doi.org/10.1590/s0102-46982010000100002>

Pisetta Garcia, K. **Desafios, avanços e especificidades: reflexões sobre a história do tempo presente.** Revista tempo e argumento, 15(38), 2023. <https://doi.org/10.5965/2175180315382023E0301>

Souza, Tairine C.S. de. (Kageran) **Corpos, memórias e saberes inscritos na educação nos Terreiros de Candomblé da Bahia no tempo presente** , SIBI/UFBA/Faculdade de Educação – Biblioteca Anísio Teixeira, 2021.

Sotero, Edilza. P., Ilana d., Santos, Sônia b dos. **Pedagogias negras: o antirracismo, o bem viver e a corporeidade**. Inter-ação, Goiânia, v.46, n.3, p. 1314-1329, set./dez. 2021.

ANEXOS

1- Decreto 10.571/07 (Institui o Programa Territórios de Identidade)

DECRETO ESTADUAL Nº 12.354 DE 25 DE AGOSTO DE 2010

Institui o Programa Territórios de Identidade e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 105, inciso V, da Constituição Estadual,

D E C R E T A

Art. 1º - Fica instituído o Programa Territórios de Identidade, com a finalidade de colaborar com a promoção do desenvolvimento econômico e social dos Territórios de Identidade da Bahia, em consonância com os programas e ações dos governos federal, estadual e municipal.

§ 1º - Considera-se Território de Identidade o agrupamento identitário municipal formado de acordo com critérios sociais, culturais, econômicos e geográficos, e reconhecido pela sua população como o espaço historicamente construído ao qual pertence, com identidade que amplia as possibilidades de coesão social e territorial.

§ 2º - São territórios de identidade os agrupamentos de municípios referidos no Plano Plurianual, sem prejuízo do disposto no inciso III, do art. 4º, deste Decreto.

Art. 2º - O Programa Territórios de Identidade, coordenado pela Secretaria do Planejamento - SEPLAN, tem por objetivo elaborar estratégias de desenvolvimento territorial sustentável que contemplem:

I - a integração e compatibilização de políticas públicas com base no planejamento territorial;

II - a ampliação dos mecanismos de participação social na gestão das políticas públicas de interesse do desenvolvimento dos territórios;

III - a valorização das diversidades social, cultural, econômica e geográfica das populações.

Parágrafo único - Para o desenvolvimento das ações do Programa Territórios de Identidade, os órgãos públicos envolvidos poderão firmar convênios, acordos de cooperação, ajustes ou outros instrumentos congêneres, com órgãos da administração pública, bem como com entidades de direito privado, observada a legislação em vigor.

Art. 3º - Fica instituído o Conselho Estadual de Desenvolvimento

Territorial - CEDETER, fórum permanente de caráter consultivo, com a finalidade de

subsidiar a elaboração de propostas de políticas públicas e estratégias integrantes do

Programa Territórios de Identidade.

§ 1º - Ao CEDETER caberá coordenar, articular e propor ações que promovam o desenvolvimento territorial sustentável do Estado da Bahia, em diálogo permanente com instituições públicas, entidades da sociedade civil e Colegiados Territoriais.

§ 2º - O CEDETER contará com uma Secretaria Executiva, a ser exercida pela SEPLAN.

Art. 4º - Compete ao Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial - CEDETER:

I - Propor estratégias de implementação do Programa Territórios de Identidade, e diretrizes para a elaboração dos programas e projetos a ele relacionados;

II - Elaborar os critérios de agrupamento de municípios para a formação de territórios de identidade, a partir de estudos técnicos e indicadores, realizados pelos

órgãos estaduais competentes;

III - analisar propostas de criação e modificação dos territórios de identidade, encaminhando parecer acerca das propostas aprovadas para apreciação do Secretário de Planejamento, e posterior submissão ao Governador do Estado;

IV - Criar procedimentos para homologação dos Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável - CODETERs;

V - Promover o apoio político-institucional à atração de investimentos públicos federais, do setor privado e da cooperação internacional, destinados ao fortalecimento das atividades de geração e incremento da renda e da qualidade de vida dos habitantes dos territórios;

VI - Analisar e sistematizar as propostas dos CODETERs referentes às políticas públicas de interesse comum dos territórios de identidade;

VII - propor intercâmbio com organizações e instituições nacionais, públicas ou privadas, visando a implementação de políticas e programas de Governo para os territórios de identidade;

VIII - fomentar e promover eventos que estimulem o debate, a reflexão, a compreensão e a difusão da abordagem territorial para o desenvolvimento do Estado;

IX - Elaborar e aprovar o seu Regimento Interno, bem como homologar os Regimentos Internos dos CODETERs.

Art. 5º - À Secretaria Executiva do CEDETER caberá coordenar os processos de constituição e homologação dos CODETERs, de que tratam os incisos III

e IV, do art. 4º, os quais serão precedidos de amplo diálogo com os poderes públicos

municipais e com as entidades da sociedade civil atuantes em cada território proponente.

Parágrafo único - O reconhecimento dos CODETERs, pelo CEDETER, observará as seguintes diretrizes gerais:

I - Diversidade dos seus membros, assim entendida a pluralidade da participação do conjunto dos atores públicos e privados pertencentes aos territórios de identidade;

II - Representatividade da sua composição, que deve reunir segmentos regionalmente organizados.

Art. 6º - O Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial -CEDETER terá a seguinte composição:

I - 01 (um) representante da Secretaria do Planejamento, que o presidirá;

II - 01 (um) representante da Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional, que exercerá a vice-presidência;

III - 01 (um) representante da Secretaria da Saúde;

IV - 01 (um) representante da Secretaria da Educação;

V - 01 (um) representante da Secretaria de Cultura;

VI - 01 (um) representante da Secretaria de Desenvolvimento Urbano;

VII - 01 (um) representante da Secretaria de Relações Institucionais;

VIII - 01 (um) representante da Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária;

IX - 01 (um) representante da Delegacia Estadual do Ministério do Desenvolvimento Agrário;

X - 01 (um) representante do Ministério da Integração Regional;

XI - 08 (oito) representantes dos Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável - CODETERs.

§ 1º - O CEDETER funcionará com a presença da maioria dos seus membros, e suas deliberações serão tomadas pelo voto da maioria dos presentes.

§ 2º - Cada representante do CEDETER contará com 02 (dois) suplentes

para substituí-lo, um por vez, em suas ausências ou impedimentos, devendo cada um

dos membros de que trata o inciso XI pertencer a territórios de identidade diversos.

§ 3º - Os representantes do CEDETER e seus respectivos suplentes serão

indicados pelos seus respectivos órgãos e entidades, e designados através de Portaria

conjunta do Secretário do Planejamento e do Secretário de Desenvolvimento e Integração Regional para mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução.

176

§ 4º - Em casos de empate na votação de qualquer matéria, o Presidente do Conselho tem o voto de qualidade.

Art. 7º - Poderão ser convidados para participar das reuniões do Conselho as demais Secretarias, órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, oportunidade em que poderão manifestar-se quanto aos assuntos inerentes às suas respectivas áreas de atuação, sem direito a voto.

Art. 8º - Os serviços prestados pelos membros do CEDETER, inclusive a participação nas reuniões, são considerados de interesse público relevante e não serão remunerados.

Art. 9º - Caberá à Secretaria do Planejamento dotar o CEDETER do apoio técnico, administrativo e financeiro necessário para subsidiar as suas reuniões.

Parágrafo único - O apoio financeiro limitar-se-á às despesas indispensáveis para viabilizar as reuniões do Conselho e da Secretaria Executiva, considerando o deslocamento, a alimentação e a acomodação dos seus participantes, bem como a organização, o local e o material necessários à sua realização, observado o disposto no art. 8º.

Art. 10 - São Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável - CODETERs os fóruns consultivos de discussão local das ações e projetos de desenvolvimento territorial, compostos paritariamente por representantes dos poderes públicos estadual e municipal, e pela sociedade civil organizada, presentes na esfera de cada território.

§ 1º - A participação dos representantes e suplentes do CODETER é considerada de interesse público relevante, não ensejando qualquer tipo de remuneração por parte do Estado.

§ 2º - Caberá aos CODETERs elaborar e aprovar, em plenária especialmente convocada para este fim, através do voto da maioria simples de seus membros constitutivos, seus regimentos internos, a serem homologados pelo CEDETER, nos quais constarão os deveres e atribuições dos seus componentes, a organização e a forma do seu funcionamento.

Art. 11 - Para a instalação do CEDETER, e até que o processo de homologação dos Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável seja finalizado, os representantes de que trata o inciso XI do art. 6º serão eleitos dentre os membros dos CODETERs que sejam representantes de organizações civis legalmente constituídas, em plenária coordenada pela SEPLAN, garantida a participação de todos os Colegiados Territoriais.

Parágrafo único - A primeira homologação dos CODETERs deverá ser realizada pelo CEDETER no prazo máximo de 01 (um) ano, a partir da data da publicação deste Decreto, em conformidade com o estabelecido no inciso IV do art. 4º e no *caput* do art. 5º.

Art. 12 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de agosto de 2010.

JAQUES WAGNER

Governador

Eva Maria Cella Dal Chiavon

Secretária da Casa Civil

Antônio Alberto Valença

Secretário do Planejamento

Edmon Lopes Lucas

Secretário de Desenvolvimento e Integração Regional

Jorge José Santos Pereira Solla

Secretário da Saúde

Oswaldo Barreto Filho

Secretário da Educação

Márcio Meirelles

Secretário de Cultura

Emilson Gusmão Piau Santana

Secretário de Relações Institucionais

Cícero de Carvalho Monteiro

Secretário de Desenvolvimento Urbano

Eduardo Seixas de Salles

Secretário da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária

2 - Decreto 15.806/14 (Cria 27 Núcleos Regionais de Educação tendo como referência os Territórios de Identidade)

DECRETO ESTADUAL Nº 15.806 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014

Dispõe sobre a organização territorial dos Núcleos Regionais de Educação, e dá outras

providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso V, do art. 105, da Constituição do Estado da Bahia,

D E C R E T A

Art. 1º - Os Núcleos Regionais de Educação - NRE terão sua regionalização definida de acordo com os Territórios de Identidade do Governo do Estado.

Parágrafo único - Os cargos de Diretor dos Núcleos Regionais de Educação serão providos, exclusivamente, por servidores públicos efetivos, de acordo com o parágrafo único, do art. 14, da Lei nº 13.204, de 11 de dezembro de 2014.

Art. 2º - Os Núcleos Regionais de Educação terão suas sedes estabelecidas conforme dispositivos abaixo:

- I - NRE 01: Irecê;
- II - NRE 02: Bom Jesus da Lapa;
- III - NRE 03: Seabra;
- IV - NRE 04: Serrinha;
- V - NRE 05: Itabuna;
- VI - NRE 06: Valença;
- VII - NRE 07: Teixeira de Freitas;
- VIII - NRE 08: Itapetinga;
- IX - NRE 09: Amargosa;
- X - NRE 10: Juazeiro;
- XI - NRE 11: Barreiras;
- XII - NRE 12: Macaúbas;
- XIII - NRE 13: Caetité;
- XIV - NRE 14: Itaberaba;
- XV - NRE 15: Ipirá;
- XVI - NRE 16: Jacobina;

XVII - NRE 17: Ribeira do Pombal;

XVIII - NRE 18: Alagoinhas;

XIX - NRE 19: Feira de Santana;

XX - NRE 20: Vitória da Conquista;

XXI - NRE 21: Santo Antônio de Jesus;

XXII - NRE 22: Jequié;

XXIII - NRE 23: Santa Maria da Vitória;

XXIV - NRE 24: Paulo Afonso;

XXV - NRE 25: Senhor do Bonfim;

XXVI - NRE 26: Salvador;

XXVII - NRE 27: Eunápolis.

Art. 3º - Os municípios que compõem a circunscrição dos Núcleos Regionais de Educação são os constantes do Anexo Único, que integra este Decreto.

Art. 4º - Os atos complementares necessários ao cumprimento deste Decreto serão regulamentados por Portaria da Secretaria da Educação.

Art. 5º - Fica revogado o Decreto nº 6.212, de 14 de fevereiro de 1997.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 30 de dezembro 2014.

JAQUES WAGNER

Governador

Carlos Mello

Secretário da Casa Civil em exercício

Oswaldo Barreto Filho

Secretário da Educação

(Redação de acordo com o Decreto nº 16.722, de 12 de maio de 2016.)

ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL DOS NÚCLEOS REGIONAIS DE EDUCAÇÃO

APÊNDICES

A -

Documento 3: POEMA

Sou Negra!

Meus olhos brilhavam, quando escutava a tal falsa liberdade.

Meus lábios eram considerados estranhos e muito carnudos.

Meu cabelo era julgado por ser CACHEADO, ENROLADO, CRESPO, PRETO
ENCARACOLADO.

E que tal falar da minha importância para a sociedade?

Que importância?

Se é que existia,

me viam como mercadoria...

- Quem dá mais? Quem dá mais?

E de lá me vendiam.

HOJE levo na pele a RESISTÊNCIA.

SOU espelho e Referência.

HOJE meus olhos brilham pela verdadeira liberdade.

Meus lábios são vistos como privilegiados, perante a sociedade.

Minha importância?

Descrevo com a palavra

REPRESENTATIVIDADE.

Documento 4: **Musica**

“Beleza Negra”

Beleza, a beleza negra

Beleza, a beleza negra

Beleza, a beleza negra...

Um marco na história foi a escravidão

A resistência tá no coração,
liberdade e fé tá na sua cor,
O grito de esperança tá no amor.

Beleza, a beleza negra
Beleza, a beleza negra
Beleza, a beleza negra...
Beleza, a beleza negra.

Discriminação sempre passei,
Com respeito a negritude nunca me neguei.
Sou preta, negra, de beleza e dor.
Orgulho tenho da minha raça, origem e cor...

Beleza, a beleza negra
Beleza, a beleza negra
Beleza, a beleza negra
Beleza, a beleza negra...

Por isso canto e encanto com exatidão
O negro é LINDO,
MUITO LINDO,
MEU IRMÃO!!

Ele tem Beleza, ele tem beleza negra... Tem beleza, tem beleza negra

Por isso canto e encanto com exatidão
O negro é LINDO, muito LINDO,
MEU IRMÃO!!!!

Beleza, a beleza negra
Beleza, a beleza negra...

Documento 5:



VI FEIRA DE CIÊNCIAS DO COLÉGIO ESTADUAL MANOEL BENEDITO MASCARENHAS
TEMA: Conhecimento, Inovação e Protagonismo Juvenil



INJÚRIA RACIAL E RACISMO NO AMBIENTE ESCOLAR: REFLEXÕES SOBRE O TEMA

TAÍS ARAÚJO¹, LUDMILA¹, RAFAELA MREIRA¹, ISABELA CRISTINA¹, LÁZARO RAMOS¹, MILTON SANTOS², GHANDI²

¹ Estudante do Col. Est. Manoel Benedito Mascarenhas, Muritiba-BA ² Orientador e professor do Col. Est. Manoel Benedito Mascarenhas, Muritiba-BA.

INTRODUÇÃO

A injúria racial diz respeito a uma discriminação contra um indivíduo em um determinado contexto. "Ela parte de um ato racista em detrimento da honra de alguém, com base em alguma característica dela." Um exemplo é o que passou a ser reconhecido pela lei como "racismo recreativo", ou seja, supostas "piadas" e "brincadeiras" em um contexto de diversão ou descontração, mas que guardam caráter discriminatório. Já o racismo, para a lei, se trata de qualquer atitude que atinja toda uma coletividade determinada de indivíduos, por causa de suas características, e não apenas uma pessoa. Exemplos disso são atos mais amplos, como o recusar ou impedir acesso de um grupo a um estabelecimento comercial, impedir uso de elevadores ou entradas sociais etc. O presente trabalho tem o intuito de fomentar reflexões acerca do tema, bem como revelar o conhecimento que os estudantes do Colégio Estadual Manoel Benedito Mascarenhas têm sobre o assunto e se já foram vítimas desses atos.

OBJETIVOS

- Compreender o nível de conhecimento que os estudantes do CEMBEMA têm sobre o tema
- Identificar se os discentes já foram vítimas de injúria racial dentro da unidade escolar
- Conscientizar as pessoas a como lidar com o racismo na escola

METODOLOGIA

Foi disponibilizado um formulário na plataforma Google Forms, contendo seis perguntas referentes ao tema para 40 estudantes de ambos os sexos do Colégio Estadual Manoel Benedito Mascarenhas, no entanto, desse total obtivemos 38 respostas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

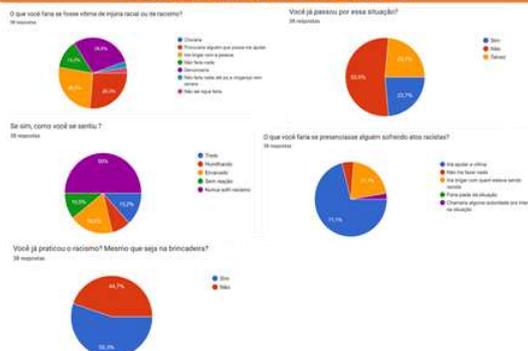


Figura 1. Respostas dos estudantes

Quadro 1. O que você realmente sabe sobre o racismo ?

| RESPOSTAS | % |
|-----------------------------|------|
| É crime | 15,8 |
| Preconceito | 15,8 |
| Discriminação | 2,6 |
| Discriminação e preconceito | 7,9 |
| Ofensa | 15,8 |
| Outros | 42,1 |

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo demonstrou que 52,6% dos entrevistados não passaram pela situação de serem vítimas de injúria racial ou de racismo e 55,3% já praticaram o chamado "racismo recreativo". O estudo apontou também que o conhecimento dos estudantes sobre o racismo ainda não é satisfatório, demonstrando a necessidade de promover momentos de imersão nesse tema, afim de promover ações de conscientização que diminuam os números obtidos acima.

Referências

- Como lidar com o racismo na escola? Entenda! Disponível em: <<https://www.radeinspiraeducadores.com.br/blog/como-licar-com-racismo-na-escola/>> Acesso em 04 Abr 2023.
- Qual o papel da educação para o fim da discriminação racial? Disponível em: <<https://www.stellamaris.com.br/qual-o-papel-da-educacao-para-o-fim-da-discriminacao-racial/>> Acesso em 05 Mai 2023.
- Você sabe a diferença entre racismo, preconceito e injúria racial? Disponível em: <<https://www.insper.edu.br/noticias/voce-sabe-a-diferenca-entre-racismo-preconceito-e-injuria-racial/>> Acesso em 10 Ago 2023.

Agradecimentos



B –

DECLARAÇÃO

Eu , Eliana Conceição Braga Nunes, na qualidade de responsável pela unidade escolar Colégio Estadual Manoel Benedito Mascarenhas ,autorizo a realização da pesquisa intitulada **“CORPOS, EDUCAÇÃO DECOLONIAL E TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE:REFLEXÕES A PARTIR DE ESTUDANTES DE UMA ESCOLA DE ENSINO MÉDIO EM MURITIBA/BA NO TEMPO PRESENTE”**, pode ser conduzida sob a responsabilidade da pesquisadora **Duília de Jesus Lopes Melo** e DECLARO que esta instituição apresenta infraestrutura necessária à realização da referida pesquisa.

Muritiba,15 de Agosto de 2023.

Eliana Conceição Braga Nunes

C -

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
Resolução nº 466/ 2012 e Resolução nº 510/2016, Conselho Nacional de
Saúde

Prezado (a), meu nome é Duília de Jesus Lopes Melo e, sou aluna do curso de Pós-graduação em Educação, da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Você está sendo convidado(a) para participar de um estudo/pesquisa **CORPOS, EDUCAÇÃO DECOLONIAL E TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE: REFLEXÕES A PARTIR DE ESTUDANTES DE UMA ESCOLA DE ENSINO MÉDIO EM MURITIBA/BA NO TEMPO PRESENTE**. Neste estudo/pesquisa, pretendemos analisar como as manifestações da cultura afro-brasileira tem sido “apreciadas”, destacando a importância do lugar de fala do negro, especialmente do corpo negro, uma vez que corpo fala e dialoga com seus pares e precisamos entender como essas falas tem reverberado no ambiente em questão e quais análises têm contribuído para a valorização e respeito à identidade afrodescendente.

Para realização dessa pesquisa, usaremos como estratégias para obtenção dos dados/informações os instrumentos de pesquisa, a pesquisa e análise documental. Os documentos serão os desenvolvidos por diversos estudantes da referida unidade escolar.

A participação na pesquisa não acarretará nenhum dano físico e/ou material aos senhores. A expectativa é que essas produções sejam desenvolvidas no decorrer do ano pelos estudantes. Você terá o esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade.

Caso você tenha alguma dúvida ou necessite de qualquer esclarecimento ou ainda deseje retirar-se da pesquisa, por favor, entre em contato com a pesquisadora abaixo:

DUÍLIA DE JESUS LOPES MELO e-mail: duilinhadejesus@yahoo.com.br
Celular: (75) 981474110.

Quanto as questões relacionadas a ética da pesquisa, seguimos as discussões norteadoras da área de educação (ANPED,2019), baseada na dignidade, na liberdade e na diversidade de indivíduos e nos “princípios de integridade, transparência e responsabilidade na condução da pesquisa e seus resultados” (HERMANN,2019).

Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique a sua participação não será liberado sem a sua permissão. O termo de consentimento livre e esclarecido encontra-se impresso em duas vias originais, rubricadas em todas as suas páginas, as quais serão assinadas, ao seu termino, por Sr.(a)você ou por seu representante legal, assim como pela pesquisadora responsável. Uma das vias ficará arquivada pela pesquisadora responsável, no Colégio Estadual Manoel Benedito Mascarenhas e a outra será fornecida a você. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador por um período de cinco (5) anos, e após esse tempo serão destruídos. A pesquisadora tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução N°466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

Para participar deste estudo você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. No entanto, caso tenha qualquer gasto, em cumprimento à Resolução CNS N° 466 de 2012, item II.21, de modo que, caso haja despesas com passagem, alimentação, materiais para eventuais usos, entre outras, a pesquisadora irá assumir totalmente as despesas.

Caso você venha a sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa, terá direito a receber a assistência integral e imediata, de forma gratuita, pelo tempo que for necessário, tanto após o encerramento do estudo quanto no caso de interrupção da pesquisa, além de lhe ser garantido o direito à indenização de acordo com a Resolução CNS n° 466 de 2012, item V.7. Caso haja qualquer tipo de dano, seja físico ou material, a pesquisadora irá prestar assistência no sentido de assumir as despesas, sejam estas médicas, aquisição

de medicamentos, reembolso de algum bem qual seja, celular, veículos, entre outras. Há ainda a possibilidade de interrupção da pesquisa.

Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participação se assim o desejar. Declaro que concordo em participar. Recebi uma via deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Salvador, _____ de _____ de 2023.